

SESSÕES DO PLENÁRIO

127ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, de 10 de dezembro 2013.

PRESIDENTE: DEP. ADOLFO MENEZES *AD HOC*

À hora regimental, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos seguintes senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Adolfo Viana, Alan Sanches, Álvaro Gomes, Ângela Sousa, Ângelo Coronel, Augusto Castro, Bira Corôa, Bruno Reis, Cacá Leão, Capitão Tadeu, Carlos Brasileiro, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, Cel. Gilberto Santana, Delegado Deraldo, Elmar Nascimento, Euclides Fernandes, Fabrício Falcão, Fátima Nunes, Gaban, Graça Pimenta, Herbert Barbosa, Ivana Bastos, J. Carlos, João Bonfim, João Carlos Bacelar, José de Arimatéia, Joseildo Ramos, Jurandy Oliveira, Kelly Magalhães, Leur Lomanto Júnior, Luciano Simões, Luiz Augusto, Luiza Maia, Marcelino Galo, Marcelo Nilo, Maria del Carmen, Maria Luiza, Mário Negromonte Júnior, Marquinho Viana, Nelson Leal, Neusa Cadore, Pastor Sargento Isidório, Paulo Azi, Paulo Rangel, Pedro Tavares, Reinaldo Braga, Roberto Carlos, Rogério Andrade, Ronaldo Carletto, Rosemberg Pinto, Sandro Régis, Sidelvan Nóbrega, Targino Machado, Temóteo Brito, Vando, Yulo Oiticica, Zé Neto e Zé Raimundo. (61)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

(O Sr. Presidente procede à leitura do expediente.)

OFÍCIOS

Do Dep. Cacá Leão, comunicando sua ausência da sessão no dia 11/11/2013, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar.

Do Dep. Zé Raimundo, comunicando sua ausência da sessão no dia 18/11/2013, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar.

Do Dep. Nelson Leal, comunicando sua ausência da sessão no dia 15/10/2013, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato

parlamentar.

Do Dep. Luiz Augusto, comunicando sua ausência das sessões nos dias 14, 21 e 30/10/2013, devido a compromissos assumidos no exercício do mandato parlamentar.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Pequeno Expediente.

Com a palavra o deputado Marcelino Galo pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. MARCELINO GALO:- Sr. Presidente, nobres deputados, queria saudar os nossos companheiros das Galerias que aqui se encontram presentes, estudantes da Universidade Católica do Salvador que estão em uma grande missão no sentido de mobilizar os parlamentares desta Casa para as eleições lá realizadas de forma extremamente democrática, com a participação de toda a comunidade universitária da UCSal, deputada Luiza Maia, uma das mais tradicionais do nosso Estado. Ali 91% dos professores fizeram uma escolha, 82% dos funcionários, mas os estudantes que participaram do pleito não foram devidamente mobilizados porque estavam inclusive desconfiando do processo.

O reitor atual, Zé Carlos, teve uma vitória expressiva com a maioria esmagadora. Esse resultado tem que ser respeitado. Na democracia e principalmente na conjuntura política de aprofundamento que nós vivemos hoje no País, pois é o período mais longo da democracia brasileira, no exercício de governo sucessivo do Partido dos Trabalhadores dando essa contribuição fundamental para construir um novo Brasil com a participação do povo no fortalecimento da cidadania, essas eleições são um exemplo para a sociedade, já que há um olhar especial de toda a população para a comunidade acadêmica da Universidade Católica. Então, o que esperamos é que também naquela instituição seja reafirmado o processo democrático e respeitada a vontade da maioria para que sirva de exemplo, ao fortalecer e radicalizar no sentido da democracia em nosso País e nosso Estado.

Esperamos que logo, logo o resultado seja reconhecido e feita a vontade de toda aquela comunidade. Por isso, digo aos companheiros que nós estamos acompanhando, esta Casa está acompanhando e também a população de todo o Estado, que espera o desfecho com a nomeação do reitor José Carlos, o grande vitorioso daquele processo eleitoral.

Gostaria de falar agora da audiência pública realizada ontem na Universidade Federal da Bahia, mais precisamente no Instituto de Educação, para discutir a universalização da Internet aqui no Estado e no Brasil sendo colocada como direito fundamental, um direito individual de não só ter acesso, como também os meios.

A Bahia já tem índices vergonhosos, fruto de uma herança maldita, com mais de um milhão e meio de analfabetos. Não podemos concordar que agora, em plena era da inclusão digital, não sejam possibilitados os meios para que a população seja inserida não apenas na comunicação, mas sobretudo na interação, que tem igualmente

uma importância fundamental. Isso foi comprovado nas últimas manifestações populares ocorridas em junho, quando a Internet foi um instrumento fundamental de mobilização das pessoas.

Aquele seminário estiveram presentes o vice-presidente da Comissão Especial da Câmara dos Deputados de Acesso à Internet aos Cidadãos, deputado Antônio Imbassahy, e o relator Amauri Teixeira, que foi uma revelação. Ele domina todo o Parlamento Federal, pois tem uma facilidade muito grande de dialogar em temas fundamentais para a sociedade brasileira.

Foi uma audiência muito importante. Outras virão. Que esse tema seja aprovado no Congresso Nacional para que possibilite a inclusão digital da maioria da nossa população.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra a deputada Kelly pelo tempo de cinco minutos. (Pausa) Em permuta com ela, concedo a palavra à deputada Luiza Maia.

Antes, Srs. Deputados, há um requerimento sobre a mesa.

(Lê) *“Exmº Sr. Presidente, os deputados infrafirmados, com base no que dispõe o inciso II, Art. 92 do Regimento Interno, requerem a convocação de uma sessão extraordinária, a ser iniciada dois minutos após o encerramento desta, com o objetivo de apreciar as seguintes matérias: Projeto de Lei nº 20.503/2013, Projeto de Lei nº 20.505/2013 e Projeto de Lei 20.535/2013.”*

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Deputada Luiza.

A Srª LUIZA MAIA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados e Deputadas, falarei sobre duas questões. Quero pedir a esta Casa que olhe pelo município de Lajedinho, meu vizinho. Nasci em Ruy Barbosa, e Lajedinho faz parte da Chapada. Vimos a tragédia que se abateu sobre ele. Estamos arrecadando donativos em Camaçari. Na sexta-feira e no sábado enviaremos para lá. Quem mora nessa cidade aqui ao lado de Salvador ou conhece alguém lá, pode fazer a sua doação na Defesa Civil ou no 12º Batalhão. A destruição em Lajedinho nos deixa muito tristes.

Sr. Presidente, quero agora mais uma vez fazer um outro pedido a esta Assembleia, pois desde domingo a imprensa noticia que votaremos hoje a PEC do voto aberto, de minha autoria. Fazendo uma retrospectiva, em fevereiro de 2011 apresentei-a pela primeira vez. Fui derrotada. No ano passado, apresentei essa PEC novamente. E principalmente depois de tanta luta, de tanta gente nas ruas indicando e apontando para nossas autoridades as suas reivindicações, sinto que esta Casa hoje está dividida.

Já temos 31 Srs. Deputados que votam favoravelmente ao voto aberto, sem restrição. Preciso ainda de mais sete votos para completarmos os 38 para aprovar e esta Casa fazer esse gesto para a sociedade.

No mês de junho, que foi o momento mais evidente da sua participação nas ruas, e em todas as manifestações, Líder Zé Neto, nesse período, tinha uma

faixazinha pedindo às autoridades o voto aberto já. Fizemos as campanhas aqui pelas redes sociais onde tivemos uma receptividade muito grande – “O voto aberto já, Assembleia sem segredo” – porque compreendo que votar aberto num País que já aprovou a Lei de Acesso à Informação é mais um passo para consolidar a democracia neste Brasil. Não consigo entender uma Casa composta por representantes, deputado Bruno Reis, e quero aproveitar para pedir o seu voto também para completar os 32 votos na PEC do Voto Aberto Sem Restrição. Já temos 31 deputados favoráveis a essa PEC, ao voto aberto sem restrição. Acho que é uma demonstração de coragem, não só de coragem, mas de querer realmente a transparência e atender um desejo da nossa sociedade. Estou falando aqui em nome de quem esteve nas ruas durante mais de um mês – junho e julho –, acompanhamos de perto e vimos essa importância.

Então, os deputados que não foram localizados – Alan Sanches, Graça Pimenta, com quem conversei ontem, Ivana Bastos, João Bonfim, Jurandy Oliveira, Kelly Magalhães, que acaba de me dizer que vota com a PEC Voto Aberto Sem Restrição, Luciano Simões, Maria Luiza Carneiro, Maria Luiza Laudano, Reinaldo Braga, Rogério Andrade e Sidelvan Nóbrega e ainda os deputados Ângela Sousa e Pedro Tavares que estão em dúvida... Mas eu queria pedir, fazer este apelo, inclusive aos dezenove deputados que já declararam que votarão com restrições para três proposições, porque esta Casa precisa dar uma demonstração de coragem e votarmos sem restrições.

Eu acho, Líder Zé Neto, que temos hoje quase uma maioria dos deputados, já 32 votos favoráveis ao voto aberto sem restrições. Temos treze que ainda não se posicionaram. Eu queria parabenizar os deputados como Roberto Carlos e outros mais, a Bancada do PT, que já declararam seu voto sem restrição, e pedir a quem ainda não tomou essa decisão que ainda tem algum momento para refletir para que realmente atendamos essa necessidade, esse apelo da nossa sociedade.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra a deputada Kelly Magalhães pelo tempo de 5 minutos.

A Srª KELLY MAGALHÃES:- Sr. Presidente, colegas deputados e deputadas, hoje, com certeza, é um dia especial, dia em que todos nós celebramos o Dia Internacional de Direitos Humanos. O sentimento pelo que aconteceu em Lajedinho é de tristeza. Quero solidarizar-me com o seu povo que viveu tragédia da seca, a penúria, e agora sofre com a destruição em massa por força da natureza das águas da chuva.

Portanto, nossa solidariedade ao povo de Lajedinho e que possamos ter toda solidariedade para reconstruir e ajudar as pessoas que estão em dificuldade neste momento. Sr. Presidente, colegas, tenho certeza de que muitos me escutam e me assistem neste momento, na cidade de Barreiras. Com certeza o que presenciamos naquela cidade é o completo abandono, o descaso, a vergonha de uma gestão desastrosa que não disse a que veio, uma cidade completamente esburacada, uma cidade que não paga o salário de seus servidores em dia, de um prefeito que insiste

em dizer na cidade de Barreiras. Vejam, o que nós presenciamos, com certeza, naquela cidade, é um completo abandono, descaso e vergonha. Barreiras está com um gestão desastrosa que não disse a que veio. É uma cidade esburacada completamente. É uma cidade que não paga em dia os salários de seus servidores. Barreiras tem um prefeito que insiste em dizer que não entende como um professor pode ganhar R\$ 5 mil; um prefeito que não paga nada em dia; um prefeito que não realizou uma obra sequer; um prefeito que, agora, decretou estado de emergência, pois disse que a cidade estava na UTI.

E, agora, ao final de sua gestão, ele está enterrando e está matando, de vez e por completo, a cidade, porque, até agora, não disse a que veio em seu mandato pífio para o povo de Barreiras.

Para a tristeza do povo, Barreiras recebe, agora, mais uma traição de um prefeito que enganou o povo ao dizer em sua marca de governo que era *Antônio Resolve, Barreiras Urgente*. Portanto, para traição e desgosto da população de Barreiras, o prefeito encaminha para a Câmara de Vereadores um projeto de urgência urgentíssima criando mais três secretarias. É uma infraestrutura enorme de novos cargos comissionados. Ele fez isso depois de demitir mais de 300 pessoas já contratados.

E a educação está, totalmente, sem funcionar. É um fiasco a educação na cidade de Barreiras. São escolas, na zona rural, fechadas por falta de professores. E há professores que não recebem seus salários. Está aqui (mostra um documento) a prova de que os professores recebem por ordem alfabética. Dê graças a Deus quem nasce com a letra “a” no município de Barreiras para poder receber o salário, colega Joseildo, porque quem tem o nome começado pela letra “a” até à letra “l” ainda tem a sorte de receber. Mas, daí em diante, é como Deus quer ou na boa vontade do prefeito ou do secretário da Educação, porque não tem assistência administrativa.

Todos os outros prestadores de serviços estão sem receber o salário desde novembro e eles estão sem previsão de receber os repasses para fazer o pagamento do 13º salário. Quanto ao reajuste de salário, foi só 7% até hoje!

E o prefeito, agora, manda a pérola para a Câmara de Vereadores em regime de urgência urgentíssima, a fim de criar, anualmente, uma despesa de mais de R\$ 2 milhões ao custo mensal de R\$ 160 mil com a criação de vários cargos comissionados. São 3 secretarias ao custo de R\$ 24 mil. São 5 assessores especiais a R\$ 35 mil. E, por aí, vai.

E há mais uma infinidade de cargos e penduricalhos para envergonhar a cidade de Barreiras e para agradar a alguns. Enviou-se à Câmara de Vereadores, para a aprovação, projetos imorais que envergonham a população de Barreiras que, até hoje, não viu, absolutamente, nada ser resolvido.

Portanto, eu me solidarizo com o povo da Barreiras.

Ao mesmo tempo, gostaria de pedir especialmente ao vereador Carlos Tito, presidente da Câmara de Vereadores, e ao demais vereadores que tenham consciência da imoralidade desse projeto enviado com urgência urgentíssima. Digam ao prefeito que a urgência urgentíssima é pagar a quem ele deve; é botar a cidade em dia; é

arrumar as ruas de Barreiras; é fazer a iluminação pública; é arrumar as escolas; é fazer com que a saúde, que nunca funcionou, funcione a contento, porque, até agora, só tem causado vergonha àqueles que visitam a cidade, aos que moram, aos que têm morrido e aos que têm passado necessidade.

Ontem, em meu escritório, a fila era grande de pessoas pedindo uma passagem para fazer tratamento de saúde fora.

Portanto, quero repudiar mais essa traição do prefeito Antônio Henrique que envergonha a cidade de Barreiras ao criar o gasto de mais R\$ 2 milhões anuais sem contar os custos adicionais que advêm dos impostos, especialmente do INSS.

Enquanto muitas prefeituras estão aqui diminuindo salário, inclusive salário do prefeito, de seus secretários e enxugando máquina, o prefeito de Barreiras, vergonhosamente, aumenta os gastos do município em mais R\$ 2 milhões. Ele quer aumentar em R\$ 2 milhões por ano para agradar os apaniguados e fazer o trem elétrico ou o trem da alegria que envergonha a política de Barreiras, sem cuidar da cidade como ela merece.

Fica registrado o meu repúdio ao prefeito e ao seu governo.

Espero que o povo de Barreiras fique atento para mais esta manobra vergonhosa.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Joseildo Ramos pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, todos os que nos ouvem e nos assistem, venho a esta tribuna para me solidarizar com a comunidade acadêmica da Faculdade Católica. Posiciono-me, na condição de parlamentar, ombreado com a manifestação feita por nosso companheiro Marcelino Galo, no sentido de cerrar fileiras na direção do interesse majoritário da comunidade acadêmica da UCSal Católica. Posiciono-me, na condição de parlamentar, ombreado com a manifestação feita por nosso companheiro Marcelino Galo, no sentido de cerrar fileiras na direção do interesse majoritário da comunidade acadêmica da UCSal. Na Bahia, isso não pode, jamais, continuar a acontecer, pois isso significa a contramão da história.

Não se pode colocar ou tampouco encaminhar posição contra a vontade majoritária de uma comunidade acadêmica, principalmente, no estado da Bahia que tem respirado, ultimamente, um outro momento nas relações democráticas do seu povo. Portanto, coloco-me à disposição dos companheiros da comunidade acadêmica da Universidade Católica aqui de Salvador.

Mas, também, manifesto o interesse de trabalhar uma articulação importante na política. Para tanto, convido os Srs. e Sr^{as} Deputadas para fazermos uma articulação coletiva no sentido de reivindicar do governo federal a implantação, em definitivo, da futura universidade federal do Nordeste na Bahia.

Existe a convergência de vários interesses. Há encaminhamentos feitos, de maneira desarticulada, por diversas regiões do semiárido, do Litoral Norte e do

agreste da Bahia. É necessário a manifestação de diversas lideranças como prefeitos, líderes dos consórcios municipais, lideranças das diversas associações, diversas comunidades que representam esses vários territórios por reconhecer que o maior vazio que existe no País hoje, da presença de uma unidade de ensino federal, é exatamente no estado da Bahia. Não adianta fazer isso de maneira apartada ou de maneira desarticulada.

Não poderemos ter uma universidade que trabalha a caatinga do semiárido; não poderemos ter outra universidade que trabalha o agreste; e, ainda, outra universidade federal para o Litoral Norte do estado da Bahia.

Precisamos, definitivamente, fazer convergir os esforços e os interesses dessa parte da Bahia que, do ponto de vista territorial, do ponto de vista da população, da sua história riquíssima, tem condição, tem um incremento de atitudes na política e na história capazes de justificar a implantação da universidade federal no Nordeste do estado da Bahia.

Para tanto, o nosso mandato reivindicou da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia uma proposta de anteprojeto nesse sentido. Estaremos nos articulando com senadores, deputados federais e estaduais, prefeitos, presidentes dos diversos consórcios dos municípios e outras lideranças dos diversos municípios que representam todo o Nordeste independente dos territórios de identidade, a fim de que a gente vá conversar com o nosso governador e, depois, com a nossa presidente, porque, além dos princípios, além das histórias, temos, sem sombra de dúvida, todos os requisitos e a força política necessária para a demanda qualificada desse porte.

Portanto, nós estamos aqui inaugurando o sentimento de que precisamos marchar unidos de maneira multipartidária e suprapartidária para que possamos fazer convergir o interesse histórico que, há décadas, se encontra sem o olhar obsequioso dos governos federal e estadual.

Muito obrigado, Sr. Presidente, por sua tolerância de sempre.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Aderbal Fulco Caldas pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. ADERBAL FULCO CALDAS:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, venho, deputado Joseildo Ramos, na esteira da sua fala, engrossar essa fileira do pleito mais justo que se pode apresentar nesta Casa, a criação da Universidade Federal do Nordeste da Bahia. É uma região densamente povoada, é uma das regiões de colonização mais antiga da Bahia e do Brasil.

Em Alagoinhas, cidade de grande porte do Estado da Bahia, que faz a ligação entre o Litoral Norte e o agreste baiano, mister se faz que se instale mesmo, com a urgência necessária, a universidade, porque nenhuma região carece mais do que a região Nordeste da Bahia, que é uma região de densidade demográfica acentuada e de altos índices de pobreza.

Eu dizia, uma certa feita, ao governador atual, disse também ao anterior, que aquela região nossa de Alagoinhas, Olindina, Cipó, Nova Soure e Itapecuru se

assemelha ao indivíduo que procura o trabalho e o empregador diz que ele é doido e não pode trabalhar, aí ele procura a Previdência, que diz que ele é são e não pode se aposentar. E nós ficamos da mesma maneira com o indivíduo que nem trabalha, nem se aposenta. Meu querido Marcelino Galo, todos os projetos de açudagem, de barragem que vem beneficiar aquela região nossa, o sertão, consideram que estamos muito próximos do litoral e que, portanto, não nos enquadrados. Ficamos de fora, muitas vezes, dos projetos, dos investimentos e dos aportes de recursos que vêm beneficiar o Litoral Norte, porque julgam que nós já estamos no sertão, como também dos projetos direcionados aos sertões.

Todos sabem da densidade demográfica e dos altos índices de pobreza dessa região, que só é tão habitada dado ao amor que aquele povo tem à região, que passa por agruras e por constantes secas que dizimam rebanhos, exaurem os mananciais e expulsam pessoas do seu habitat natural. A força do amor daquele povo do semiárido do agreste prende aquelas pessoas que vivem ali teimosamente, vivendo do nada que tem, mas ansiosos pela oportunidade de acesso à cultura e ao saber, e estão por tanto tempo, por todos esses tempos excluídos desse que é o maior benefício, porque sabemos, meu caro Joseildo Ramos, que sem educação todo o progresso é falso. A educação não é um dos meios, mas o único meio de acesso das pessoas proletárias à socialização, ao desenvolvimento pela via do saber, pela vida da cultura. Nós nos ressentimos profundamente da falta desse equipamento, que é o único meio de avançarmos. A Universidade Federal será a redenção do Nordeste baiano, região tão castigada por situações adversas de estiagem e de pobreza, mas que o povo que tem tanto amor àquela região, bravamente, resiste sempre à espera de um benefício dessa natureza, que é o maior benefício que podemos, nós da região Nordeste da Bahia, obter, principalmente do governo federal: uma universidade para que o povo pobre e humilde daquela região tenha realmente acesso à cultura e ao saber como o seu único meio de socialização e independência.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Roberto Carlos pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ROBERTO CARLOS:- Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, povo que prestigia esta Casa, funcionários, imprensa, gostaria de parabenizar o governador Jaques Wagner, mas não pela maneira democrática, deputado Bruno Reis, e transparente como tem administrado a Bahia, nem pelas obras que tem feito no Estado, como as estradas. São mais de sete mil quilômetros de asfalto que o governo baiano já colocou nelas, sem falar nos cinco hospitais novos que S.Ex^a já fez. Enfim, também não vou elogiar o governador pelo Programa Água Para Todos. Não vou elogiá-lo pela Via Expressa nem pelo Programa Topa, mas sim pelo prestígio que tem, pois conseguiu trazer para cá o sorteio da Copa do Mundo de 2014.

Presenciamos uma festa magnífica e espetacular na Costa do Sauípe, onde ele foi realizado. Muitos Estados com poder até maior do que o da Bahia, como os de

São Paulo e Minas Gerais, também se credenciaram a participar do sorteio. Porém foi o nosso Estado, através do governador Jaques Wagner, que conseguiu realizá-lo.

Não é um evento qualquer. Mais de 2 bilhões e meio de pessoas assistiram pela televisão no mundo inteiro ao sorteio das seleções da Copa do Mundo de 2014. Eu falei no registro de 2 bilhões e meio de pessoas assistindo a esse sorteio.

Aquela festa, além de contar com a participação efetiva das pessoas que a viram, também teve mais de 5.000 repórteres no mundo inteiro fazendo a cobertura. E só de credenciados pelos países do mundo inteiro foram mais de 200. Ao menos um repórter de cada país fez o registro do sorteio da Copa do Mundo na Costa do Sauípe.

Por isso, Sr. Presidente, gostaria de registrar o fato parabenizando o governador Jaques Wagner, que conseguiu não só o sorteio, mas, sobretudo, também sediar aqui na Bahia dois jogos da Copa do Mundo. Pelo menos dois já estão garantidos. Podem ser três, até quatro. E ainda conseguiu fazer junto com o governo federal, com a participação de empresários, a Arena Fonte Nova. Isso sem falar também do Estádio Roberto Santos, que S.Ex^a recuperou.

Enfim, são várias e várias obras que o governador conseguiu. Mas um evento primordial, importante para dar visibilidade à Bahia foi o sorteio da Copa do Mundo, na qual o Brasil, Croácia, México e Camarões. E o nosso Brasil tomara que tenha muita sorte e seja o campeão da Copa do Mundo de 2014, que tem um jogo de abertura no dia 12 de junho de 2014, lá na Arena do Corinthians, em São Paulo. Realmente, o Brasil tem que levar essa Copa do Mundo, porque em 1950 o Brasil foi vice-campeão, sendo campeão o Uruguai, e chegou o momento, chegou a hora dos brasileiros mostrarem a sua força no futebol.

Eu concluo, Sr. Presidente, parabenizando, mais uma vez, o governador pelo prestígio que ele teve com a FIFA de trazer esse sorteio da Copa do Mundo. E como foi bonito, um encerramento tipicamente baiano, com Margareth Menezes, com o Olodum cantando *We are the world, we are Carnaval*, muito bonito, espetacular.

Por isso que quero deixar registrado nos Anais desta Casa esse sentimento que os baianos têm para com o governador Jaques Wagner.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Gaban pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. GABAN:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, meu caro líder do governo, que não está aqui, para variar, mas, meu caro Carlos Brasileiro, V.Ex^a que está na vice-liderança, tem uma licitação feita pela Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia, que foi publicada no Diário Oficial do dia 16 de julho deste ano.

(Lê) “*Resolve rescindir unilateralmente, ao contrato nº 29/2013, que tem por objeto a prestação de serviços de obras e de engenharia para a construção do prédio do Centro Integrado de Gestão de Emergências – CIGE e Centro Estadual de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais - Cemaden*”.

Mais do que justo, mais do que necessário, até porque o governo comprou em torno de 500 milhões de equipamentos e tem onde abrigá-los.

O que estranhei, à época, foi que vi, logo em seguida, a Secretaria de Segurança Pública cancelar esse processo licitatório. No mesmo dia eu liguei para o secretário Maurício, estranhando, e ele me disse que a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação alegava que não tinha mais estrutura para fazer um processo licitatório, estranho para mim, totalmente estranho, mas que iam fazer. Eu alertei o secretário do perigo que isso poderia incorrer. Não deu outra. Fiquei extremamente atento quando a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação fez uma licitação num pregão eletrônico, e agora tem o resultado: (Lê) *“A Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado da Bahia – SECTI, vem divulgar o resultado o processo seletivo simplificado ...olha lá, cancela um, faz um projeto num pregão, simplificado... para a continuidade das obras do CIGE, no qual sagrou-se vencedora a empresa Construtora Damiani Ltda., com valor global de R\$53.510.578,65(cinquenta e três milhões, quinhentos e dez mil, quinhentos e setenta e oito reais e sessenta e cinco centavos.)”*

Deputado Carlos Brasileiro, V.Ex^a sabe qual era o preço que a Secretaria de Segurança Pública iria pagar pelo mesmo prédio? Quarenta e dois milhões, cento e noventa e nove mil, quinhentos e oitenta e cinco. Ou seja, em pouco mais de dois meses a Secretaria de Ciência e Tecnologia consegue a proeza de convencer o Secretário de Segurança Pública de cancelar uma licitação que teve como empresa vencedora a Civil Construtora, empresa renomada, conhecida na Bahia, rompe o contrato com essa empresa, ela alegando que não tinha estrutura para fazer obra civil, e depois de participar de um processo licitatório, porque se não tivesse condições não poderia participar do processo licitatório.

Agora, a grande proeza: a Secretaria de Ciência e Tecnologia contrata pela bagatela de R\$53.510.578,65 o mesmo prédio que tinha sido licitado pelo valor de R\$ 42.200.000,00. Um ágio de 26,8%. Isso não é nem questão de investigação, mas de cadeia!

Vou repetir para V.Ex^a, deputado Roberto Carlos, essa é uma questão de extrema gravidade. A Secretaria da Segurança Pública tinha contratado em julho, através de um processo licitatório, para construção de dois prédios extremamente necessários para abrigar os equipamentos que eles compraram, em torno de 500 milhões, e saiu vencedora a empresa Civil Construtora, renomada na Bahia, todo mundo conhece essa empresa. Logo em seguida cancelou. Fiquei atento e liguei para o secretário da Segurança. Ele disse que não, que a Secretaria da Ciência e Tecnologia tem mais estrutura para fazer a licitação. E falei: “Secretário, cuidado! Está me cheirando mal.” Fiz isso. A Secretaria da Ciência e Tecnologia fez um processo simplificado de contratação, saiu do preço de R\$ 42.000.000,00 milhões e foi para R\$ 53.000.000,00. Um ágio de 26,8%.

Estou orientando o advogado da Minoria para entrar no Tribunal de Justiça contra um processo, contra uma fraude numa licitação. É uma fraude num momento em que o governo diz que não tem dinheiro para a Segurança Pública e gasta, numa

licitação, uma fábula de 11 milhões a mais num prédio. O valor de 26,8% é um descalabro, meu caro Líder. Temos que ir ao Tribunal de Contas, vamos ao Ministério Público. Agora há no Tribunal de Justiça da Bahia um presidente que honra o cargo que ocupa e não vai deixar passar impune um escândalo dessa natureza.

Então fica o registro, meu caro deputado Roberto Carlos. Olha que absurdo, eu estava atento e liguei para o secretário. É lógico que não tem nada a ver com o secretário da Segurança Pública, mas eu quis alertá-lo. Porque chegar para a Civil e dizer: “Olha, cancela essa, que vamos fazer uma outra simplificada. E você vai ganhar na frente outra.”

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Para concluir, nobre deputado.

O Sr. GABAN:- Concluindo, Sr. Presidente.

(...) Mas para o Estado gastar 26,8%, mais de 11 milhões, para construir o mesmo prédio, é um absurdo. Só pode acontecer neste governo. Não vamos permitir que esse escândalo seja mais um dos que temos visto nas licitações do Estado.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Com a palavra o nobre deputado Adolfo Menezes, pleo tempo de até 5 minutos.

O Sr. ADOLFO MENEZES:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, deputada Kelly Magalhães, estou com inveja de Barreiras, com esses salários da Suíça. Srs. Deputados, praticamente não tenho mais tempo neste Pequeno Expediente, irei usar o tempo do PSD para falar um pouco sobre a questão da Segurança. Não da Bahia como um todo, deputado Targino Machado, mas do que está me atingindo hoje.

O Horto Florestal, onde resido, passou a ser um antro de marginais. Todos os dias há assaltos. Quero saber onde está o delegado-chefe da Polícia Civil, onde está a Secretaria da Segurança Pública que não tomam providências? É claro que, hoje, estou falando de um bairro, mas é uma situação que está praticamente disseminada por todos os bairros de Salvador.

Os moradores não podem sair de casa, deputado Jurandy. E V.Ex^a, que tem tanta experiência, acredito que nunca viu uma situação dessa. Os bandidos ficam soltos, aqui na Bahia, e os moradores cada dia mais presos, deputada Luiza Maia. Eu mesmo para chegar em casa, tenho que ficar preso num portão, aí o segurança olha, depois abre, depois fecha o outro portão. É uma coisa absurda. E os assaltos tomando conta. Foi motivo até de matéria do jornalista Samuel Celestino. Veja bem, é uma área que paga impostos altíssimos, ninguém pode mais ir à farmácia, ninguém pode mais ir à delicatessen, porque são sequestros, deputado Roberto Carlos, diários.

Vou passar uma correspondência para a área da segurança. Vejo que nesse bairro, nessa rua, deputado Roberto Carlos, moram o vice-governador e outro secretário. É claro que todos têm direito a segurança, tanto nos bairros mais humildes, quanto nos de classe média e de classe alta, até porque todos merecem viver num Estado no qual se possa transitar, viver em paz e isso não está acontecendo.

Então é um escândalo, deputado Targino, o que está acontecendo.

Estou falando da área da segurança. E o secretário não admite, deputado Carlos, reparação.

Há pouco dias, deputado Elmar, tive um problema com o secretário, fazendo coro com o deputado Carlos Brasileiro, defendendo o delegado Felipe Neri, de Senhor do Bonfim, não porque eu ande pedindo nada ao delegado, até porque durante todo esse tempo, deputado Jurandy, em que o delegado Felipe Neri é o delegado coordenador-geral da região de Senhor do Bonfim, eu estive com ele uma única vez, mas defendo o nome dele para permanecer na região acompanhando os anseios da população.

Eu passei uma mensagem para o secretário, porque é difícil ele atender o telefone, e disse que não atendia nem para colocar, nem para tirar delegado. E eu mandei logo uma de volta mais desaforada ainda, dizendo que querendo ou não ele teria que ouvir, até porque ele foi nomeado por uma pessoa que foi o governador e eu fui nomeado por 54 mil pessoas que me delegaram, através do voto democrático, para que eu representasse aquela região; que eu estava defendendo um nome qualificado e, talvez, o único que eu conheço na Polícia. Porque um delegado que coloca 3 colegas delegados na cadeia, eu disse ao secretário da segurança que eu não conhecia. Na estrutura da Polícia, eu não conheço nenhum delegado que meteu 3 colegas na cadeia. Então isso diz tudo da coragem, da determinação, desse delegado coordenador regional de Senhor do Bonfim. O deputado Carlos Brasileiro também fez todos os esforços.

Parece que o secretário ouvindo, não só as nossas reivindicações, minha e do deputado Carlos Brasileiro, e da população que fez diversos movimentos, resolveu manter esse profissional qualificado que é o que a Polícia está precisando em todas as regiões. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

GRANDE EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Grande Expediente.

Concedo a palavra ao nobre orador inscrito deputado Elmar Nascimento pelo tempo de até 25 minutos.

O Sr. ELMAR NASCIMENTO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhores da imprensa, no ano de 2006, o último ano do governador Paulo Souto, fui escolhido relator do orçamento de 2007. E tive o cuidado, inclusive por recomendação do governador Paulo Souto, de atender todas as solicitações que fossem feitas pelo governador eleito Jaques Wagner no sentido de modificar o Regimento para adaptá-lo à gestão que o governador houvesse por bem executar a partir do ano de 2007.

E, naquele ano, recorde-me com bastante clareza, o orçamento destinado à propaganda do governo era da ordem de 70 milhões de reais. Pois bem, de uma simples assessoria de comunicação que existia, hoje, nós temos no âmbito do governo do Estado uma secretaria de Comunicação Social; de um orçamento de pouco mais de 60 milhões, hoje, nós temos um orçamento de quase 180 milhões de reais para mentir

reiteradas vezes, afirmando coisas que não são verdades.

Diuturnamente, em todas as oportunidades que temos de vir a esta tribuna, temos denunciado que a propaganda do governo não é institucional, é uma propaganda mentirosa que sempre repete inverdades, colocando números difíceis de conferir e quando comparamos com a realidade vemos que são números que destoam completamente do geral. A Secretaria de Comunicação Social do governo tem se caracterizado por fazer uma política do dinheiro na mão e o chicote na outra. Distribuindo recursos, inclusive com rádios comunitárias, e exigindo, em contrapartida, uma fidelidade absoluta, canina, aos fatos divulgados pelo governo. E, mais ainda, cerceando a liberdade de imprensa de poder dizer a verdade quando essa verdade fere o governo de qualquer forma.

Pois bem, vítima desse processo, está aqui na minha frente o deputado Carlos Geilson que teve a rádio que trabalhava perseguida para que fosse retirada a oportunidade dele exercer a sua profissão naquela rádio, como também, o ex-deputado Uziel Bueno. Hoje, às 6 da manhã, vi uma notícia que passo a ler para os deputados aqui presentes tomarem conhecimento: “Ministério Público pede bloqueio de verbas do Estado e revela dívida na saúde de R\$ 200 milhões.” Ilustrando a matéria a foto da promotora de Justiça Rita Tourinho, que é uma das autoras da ação. A matéria diz o seguinte:

(Lê) *“O Ministério Público da Bahia (MP-BA) entrou com uma ação civil pública na segunda-feira (9/12) que pode resultar no bloqueio de 30% ou mais da verba de publicidade do governo da Bahia para 2014, estimada em R\$ 147 milhões. A intenção do processo é de que o recurso seja usado para custear despesas da Secretaria Estadual da Saúde, que somam cerca de R\$ 200 milhões. Ação assinada pelas promotoras de Justiça Rita Tourinho e Patrícia Medrado, e protocolada no Tribunal de Justiça da Bahia aponta que o Executivo baiano tem utilizado verbas vinculadas – aquelas já comprometidas com determinadas áreas e programas – para pagar o custeio das contas do Tesouro, onde fica toda a receita do Estado que não tem vinculação direta. A ação é baseada em supostas irregularidades encontradas na Secretaria Estadual da Saúde. (Sesab) O processo tem como base uma série de denúncias feitas por deputados estaduais da oposição à Procuradoria do Estado, como o presidente estadual do DEM, deputado estadual Paulo Azi, e o Líder do Bloco da Minoria na Assembleia Legislativa, Elmar Nascimento. (DEM) Com a análise das contas do governo do Estado de 2011, ambos apontaram que o Executivo “utilizou R\$ 1,97 bilhão de Recursos Vinculados, todos com destinação legal específica, para cobrir insuficiência de caixa de Recursos Não Vinculados.” Segundo a ação do MP-BA, o próprio secretário da Fazenda da época, Luiz Alberto Petitinga, admitiu que verbas eram “realocadas”. Caso a Justiça aceite o pedido do MP-BA, além de depositar parte da verba em uma conta separada, os secretários da Saúde, Jorge Solla, e da Fazenda, Manoel Vitorio, estariam sob pena de multa de R\$ 100 mil, em caso de descumprimento.”*

Essa reportagem é fruto de uma ação ajuizada pelo Ministério Público na segunda-feira próxima passada.

O Sr. Gaban:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. ELMAR NASCIMENTO:- Deputado Gaban, V.Ex^a está inscrito. Hoje, às 6 da manhã, acordei e, antes de tomar banho para ir ao *Café da Manhã* com Mário Kertész, a primeira coisa que fiz foi ler as notícias, e estava essa notícia publicada. Chegando ao *Café da Manhã*, conversando à mesa com o governador Paulo Souto em função dessas denúncias que fiz junto com o deputado Paulo Azi, ele me perguntou: “Você viu aonde?” Aí eu disse que tinha visto no *site Bahia Notícias*.

Abri no meu *iphone* o *site* para mostrar ao ex-governador. Já às 7 horas da manhã, pasmem os senhores, a notícia tinha desaparecido. Pasmem, deputado Gaban, às 6 horas da manhã eu li no *site*, e às 7 horas da manhã havia desaparecido. A sorte é que as notícias que me chamam a atenção, tenho como praxe salvá-las no meu computador, para depois fazer o dossiê das matérias que devo postar.

Inclusive, temos na nossa assessoria um sistema que recoloca as matérias reproduzidas pelo *sites* do interior. Por exemplo: o *Jequié Repórter* foi um desses que reproduziram a matéria do *Bahia Notícias*, e está ela postada até agora no *Jequié Repórter*. Neste instante, quero solidarizar-me com o *site* mais lido da Bahia, o *Bahia Notícias*, vítima dessa asquerosa perseguição política do governo, que, através da Secom, faz política com o dinheiro em uma mão e o chicote na outra.

Tudo que eles achavam que os outros faziam, o governo atual faz. Está comprovado, é um *site* sério. Mas qual é a imprensa que resiste ao poder do dinheiro da Comunicação do Estado? V.Ex^a, que já foi vítima disso, deputado Carlos Geilson.

O Sr. Carlos Geilson:- V.Ex^a me concede um aparte?

O Sr. ELMAR NASCIMENTO:- Tenho o prazer de conceder um aparte ao deputado Carlos Geilson.

O Sr. Carlos Geilson:- Deputado Elmar Nascimento, parabéns pelo seu pronunciamento e pela forma corajosa como o senhor aborda esse tema da propaganda do governo, lembrando a propaganda nazista de Joseph Goebbels, que diz que uma mentira dita repetidas vezes pode se tornar realidade.

Em relação a essa denúncia, que é grave, V.Ex^a traz este tema que é recorrente nos meios de comunicação da Bahia – a forma de censura, de coerção com que o governo usa a sua força, para mudar, demitir, fazer com que órgãos de comunicação sofram censura no seu mister, no exercício livre da comunicação.

Não sabemos por que essa notícia estava postada e de repente desapareceu. Desapareceu porque faltavam elementos comprobatórios? Desapareceu porque houve a censura do Estado? Desapareceu porque houve pressão em cima da sua direção? Por que desapareceu uma notícia dessas, tão importante?

Julgo que esse é um motivo de preocupação, mesmo sem conhecer os detalhes, deputado Elmar Nascimento, mas sabendo a forma de proceder do governo, não tenho dificuldade de entender que houve uma verdadeira pressão de cima para baixo para que a notícia fosse retirada, para que a notícia saísse, tivesse sua postagem cancelada.

De modo que ficamos preocupados aqui e prestamos a nossa solidariedade a todos do *Bahia Notícias*, esse *site* tão importante, tão lido no Estado da Bahia. É

necessário que haja uma explicação, o porquê do desaparecimento dessa notícia tão grave e ao mesmo tempo tão importante para esclarecer os desmandos verificados no governo do Estado da Bahia.

Fique bem claro aqui: eu, que já sofri, que trago as marcas da forma perversa de esse governo atuar, não tomo como surpresa se assim o governo não procedeu mais uma vez, através da pressão, da coerção, usando métodos nada democráticos para, no meio de comunicação, fazer valer sua força e a sua vontade.

Infelizmente, é esse governo dito republicano, que de republicano não tem coisa nenhuma.

O Sr. ELMAR NASCIMENTO:- Incorporo o aparte de V.Ex^a para dizer que nos chegam informações de funcionários de *blogs*, inclusive, que todos os *blogs* patrocinados pelo governo do Estado, toda vez que publicam uma notícia que desagrada ao governo, imediatamente são acionados para retirar essa notícia. Há um verdadeiro departamento de censura na Secretaria de Comunicação Social.

É uma denúncia muito grave porque esse governador que costuma vir a esta tribuna e a outros lugares para dizer que é um governador republicano, para dizer que é um governador que construiu um patrimônio imaterial, interfere na Imprensa.

Toda Imprensa que é patrocinada pelo governo e produz uma nota, eles mandam tirar. A nossa Bancada resolveu à unanimidade pedir uma audiência ao presidente da Associação Baiana de Imprensa para pedir a participação deles. É uma coisa que requer a investigação do Ministério Público.

Está aqui a prova concreta do que aconteceu, uma notícia simples de uma ação protocolada pelo Ministério Público na segunda-feira, e está no *Diário do Ministério Público*, inclusive, foi protocolada pelas promotoras Rita Tourinho e Patrícia Medrado. Porque contrariava os interesses do governo, foi retirada do *site*.

Quantas e quantas, deputado Carlos Geilson, notícias são postadas às 5, 6, 7 da manhã, quando os *blogs* começam a funcionar, são retiradas sem que sequer tenhamos conhecimento. É preciso que haja uma investigação. Há um órgão de repressão funcionando na Secretaria de Comunicação do governo. O novo Goebbels é o secretário Robson Almeida, sob o comando do governador Jaques Wagner, que é um tirano. Na base do dinheiro e da pressão, ameaça a Imprensa e a liberdade de expressão no nosso Estado.

Fica o repúdio em meu nome pessoal e em nome de nossa bancada da Minoria que tenho o prazer de representar neste Estado.

O Sr. Gaban:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. ELMAR NASCIMENTO:- Ouço com todo prazer o deputado Gaban.

O Sr. Gaban:- Meu caro Líder deputado Elmar, mais uma vez brilhante pronunciamento de V.Ex^a.

Acho que nós da Oposição, deputado Elmar Nascimento, devemos ir ao Tribunal de Contas do Estado. V.Ex^a e o deputado Paulo Azi já tinham feito essa denúncia. O Tribunal de Contas do Estado julgou as contas do governo, e isso passou despercebido, como sempre tem passado. Agora o Ministério Público, através da Dr^a. Rita Tourinho e sua equipe, pessoa da extrema responsabilidade e seriedade, entra

com essa ação no Tribunal de Justiça.

Nós deveríamos também fazer uma visita ao presidente do Tribunal de Justiça para que seja célere esse processo. As coisas não podem continuar impunes aqui no Estado da Bahia.

No início do ano já havíamos denunciado que a Fundação José Silveira tinha ganho processo sem licitação; 37,7 milhões. São em torno de 321 empresas que são pessoas físicas que, para o secretário da Saúde contratá-las, montam uma empresa, criam um CNPJ, que qualquer pessoa pode fazê-lo, e são contratadas. Mesmo se estivessem trabalhando corretamente, antes dessa gravação denúncia que saiu no *Fantástico*, já sabíamos que a Secretaria da Saúde não tem estrutura para fiscalizar trezentas e tantas empresas.

Por isso a população chega, mas não tem médico para atender, não só aqui na capital, mas, sobretudo no interior. O esquema foi montado pelo *Fantástico*. Uma senhora que não sei o nome e o chefe dela disseram: “olha, se quiser, podemos reduzir os custos para a margem ficar maior”. Ou seja, põe um número de homem-hora X, na realidade vão prestar X menos Y, a população não é atendida, dinheiro superfaturado.

Então, essa ação que a Dr^a. Rita Tourinho, através do Ministério Público, entrou, nós da Oposição, e V.Ex^a melhor do que ninguém pode nos auxiliar nisso aí, porque é advogado, e nos instruir sobre as medidas jurídicas que a Oposição terá de tomar. Proponho que a gente vá, imediatamente, ao presidente do Tribunal de Contas do Estado, ao corregedor do Tribunal de Contas do Estado e ao presidente do Tribunal de Justiça.

Já disse, hoje, e repito: o presidente do Tribunal de Justiça merece toda a consideração e o respeito da população baiana, porque esse, sim, é um homem sério que vai acabar com a imagem que tem o Tribunal de Justiça, em todo o Brasil, de corrupção, de que os processos são os que correm de forma mais lenta no Brasil. Com ele as coisas vão andar, mas nós, da Oposição, temos de fazer a nossa parte.

Tenho a certeza de que aqueles deputados verdadeiramente comprometidos com o seu mandato, porque foram eleitos para agir corretamente, de acordo com o que manda a Constituição Estadual, se quiseram, poderão ser solidários a nós para darmos o encaminhamento jurídico que esse assunto merece.

Parabéns a V.Ex^a.

Tenho que lamentar também a retirada do material do Bahia Notícias. Tenho o maior respeito e consideração por todos os profissionais que trabalham no *Bahia Notícias*, mas, enfim, há certas coisas que os profissionais... Não é só no *Bahia Notícias*, não, há outros veículos de imprensa. Ninguém sabe as limitações que eles estão tendo, porque, infelizmente, todos precisam da ajuda do governo. O governo faz ali o seu aporte financeiro, e fica utilizando disso como uma espécie de chantagem. É lamentável, mas isso faz parte do dia a dia. Vamos fazer a nossa parte e darmos todo o apoio que o Ministério Público necessita neste momento.

O Sr. ELMAR NASCIMENTO:- Incorporo o aparte de V.Ex^a, deputado Gaban. É preciso que isso fique bem claro para a sociedade baiana, porque esse

governo não tem nada a apresentar. Se olharmos a execução orçamentária do governador, de 2007 até 2013, não há uma única obra com recursos próprios do governo da Bahia. Fica pondo, às vezes, em alguma coisa feita pelo governo federal. A verdade é que, temos de admitir, no governo Lula e no governo Dilma há alguma coisa positiva, mas as boas práticas o governador da Bahia não procura imitar. Ele procura imitar o que há de pior. O que há de pior!

Foi publicado na revista *Veja*, no último final de semana, deputado Targino Machado.... Falei, inclusive, com o presidente do nosso partido, deputado Paulo Azi, para que a fundação promova, aqui, na Bahia, para mostrarmos à Bahia o que é o PT, o livro de autoria de Romeu Tuma Júnior, ex-delegado federal e ex-secretário nacional de Justiça, nomeado pelo presidente Lula, o qual ficou no cargo durante 4 anos, que mostra os bastidores do funcionamento do Ministério da Justiça e da Secretaria Nacional de Justiça, mostra que esses órgãos de inteligência do Estado funcionavam a serviço do partido.

Como era a fraude? Como era o *modus operandi* da quadrilha instalada no Planalto? Eles fabricavam dossiês apócrifos, igual ao que está fazendo o criminoso, o atual ministro da Justiça. Eles pegavam dossiês apócrifos, sem assinatura de ninguém, sem digital de ninguém, contra determinada autoridade, liderança política ou jornalista adversário do governo, e entregavam ao ministro da Justiça. O ministro da Justiça, por sua vez, repassava esses dossiês ao secretário nacional de Justiça para esquentá-los.

Talvez, esse seja um dos maiores escândalos da República! Maior ainda que o do mensalão, porque mensalão comprava a consciência de quem estava à venda, mas esse, não, denegria a reputação de homens, em tese, de bem simplesmente, porque eram adversários do governo, como pode estar a ocorrer no caso de São Paulo, utilizando para isso o CAD, o verdadeiro FNI que existe no gabinete de segurança institucional da presidência da República.

Quem está acusando, deputado Targino Machado, pasmem, não é a Oposição, é o secretário nacional de Justiça do presidente Lula, o delegado federal Romeu Tuma Júnior, com base em fatos, evidências e provas, e pedindo ao Congresso Nacional que o convoque. Ele está pedindo isso, porque tem muita coisa a dizer, envolvendo o ministro chefe da Secretaria da Presidência da República, Gilberto Carvalho, e o então ministro da Justiça, Tarso Genro, que abafou provas sobre o dinheiro do mensalão no exterior. Esse foi o maior escândalo da República e o Supremo Tribunal Federal condenou à prisão os chefes do PT. E não se pegou muito mais gente, com mais provas, através dos recursos de campanha no exterior, porque o Sr. Tarso Genro, atual governador do Rio Grande do Sul, abafou provas que chegaram das Ilhas Cayman, informando a existência de contas para pagar o mensalão.

Essa matéria, deputado Carlos Geilson, só não foi capa da revista *Veja* – e, diga-se de passagem, com justiça – por causa da morte de Nelson Mandela, maior líder negro da história recente da humanidade. Senão seria um dos grandes escândalos descobertos e produzidos através da revista *Veja*.

É um livro de 567 páginas que, com riqueza de detalhes, conta o mundo

sombrio, os porões do Palácio do Planalto, do Ministério da Justiça, da Secretaria Nacional de Justiça, que, pior do que na época da ditadura, produzia ou esquentava dossiês contra adversários, acabando com a reputação dos mesmos. Foram vítimas desses dossiês o governador de Goiás, Marconi Perillo, o senador Tasso Jereissati. Tudo descrito com data, nome e revelações. Trazendo, inclusive, fotos e outras comprovações que mostram uma relação muito próxima entre o delator e o presidente Lula e o pai do delator, o ex-senador Romeu Tuma.

É um livro enriquecedor, deputado Paulo Azi. Quero sugerir a V.Ex^a que a Fundação do nosso partido promovesse aqui o lançamento desse livro: “Assassinato de reputações - Um crime de Estado”, de autoria do delegado federal Romeu Tuma Júnior, ex-secretário Nacional de Justiça, nomeado pelo presidente Lula. Eles é que estão denunciando. É sempre assim, uma quadrilha é descoberta muito mais pela delação de seus próprios integrantes do que pela operação da polícia. Se ele, que acompanhou tudo, participou ou não, eu não sei. Sei que foi nomeado pelo presidente Lula e exerceu o maior cargo de chefia da Polícia Federal. Agora, lastreado em fatos e evidências denuncia um crime de Estado.

É isso que está a ocorrer aqui, no governo do Estado, através da Secretaria da Comunicação, que age com o dinheiro em uma mão e o chicote na outra. Dinheiro para a imprensa que se subordina, abaixa a cabeça e reproduz as matérias mentirosas do governo do Estado e chicote para aquelas que não abaixam a cabeça, que tendem a reverberar coisas simples e de conhecimento público como uma simples ação protocolada pelas promotoras que combatem a corrupção em nosso Estado.

É o que passo a revelar com a indignação de todo cidadão baiano que assiste o governador dizer que o maior patrimônio que construiu neste Estado foi o patrimônio imaterial. Que patrimônio é esse, governador, com a perseguição à imprensa livre do nosso Estado?

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir, deputado.

O Sr. ELMAR NASCIMENTO:- Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Srs. Deputados, principalmente os Líderes da Maioria e da Minoria, V.Ex^{as} sabem que a imprensa constantemente cobra desta Casa e, em especial, do próprio presidente, que representa o Parlamento por decisão de V.Ex^{as}, a votação de projetos. Portanto gostaria de colocar em votação hoje três PECs: a PEC do voto aberto, e designo o deputado Leur Lomanto Junior como relator; a PEC que acaba com a reeleição, designo o deputado Rosemberg Pinto como relator; e a PEC dos *royalties*, que foi uma proposta do deputado Gaban.

Eu só posso colocá-las em votação se o deputado Elmar Nascimento dispensar as formalidades. Estou propondo porque foi o deputado Gaban que fez essa proposta. Deputado Gaban, eu só posso colocar os três projetos em votação por acordo. Primeiro, o projeto do voto aberto, para o qual vou designar como relator o deputado Leur Lomanto Júnior. Segundo, o que acaba com a reeleição nesta Casa, para o qual

designarei o deputado Rosemberg Pinto como relator. Todos os deputados sabem a minha posição, que é clara, em relação a esse projeto. E o terceiro é o dos *royalties*, que só posso colocar em votação se o deputado Elmar, Líder da Oposição, dispensar as formalidades. Esse projeto, repito, foi sugestão do deputado Gaban. Se V.Ex^{as} concordarem, eu coloco; se não, aguardamos outro prazo, não há problema.

O Sr. Elmar Nascimento:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Elmar Nascimento.

O Sr. Elmar Nascimento:- Sr. Presidente, a Oposição não tem dificuldade em discutir esses projetos que foram citados, porque são de interesse da sociedade. Queremos apenas aperfeiçoá-los. Dos relatores que V.Ex^a tem apontado, temos certeza que eles podem elaborar o mais rapidamente possível um texto de consenso na Casa para que possamos votar.

Com referência ao dos *royalties*, na semana passada o deputado Zé Neto me falou que o deputado Gaban seria escolhido relator desse projeto. Portanto, não vejo dificuldade. Mas quero trazer a esta Casa que estão sobrestando a pauta o projeto nº 20.503, que altera os limites do Parque Estadual de Morro de Chapéu, instituído pelo Decreto nº 7.413, de 17 de agosto de 1988, e o projeto que dispõe sobre segurança contra incêndio e pânico nas edificações. Foram lidos os pareceres deles e houve pedidos de vista. O prazo está esgotado e os dois estão sobrestando a pauta. Só poderemos passar à discussão dessas PECs após ultrapassar o sobrestamento.

E estamos com uma dificuldade hoje, Sr. Presidente, haja vista que acabei de fazer um discurso no Grande Expediente comunicando que foi identificado um ato arbitrário da Secom – até quero acreditar que vai contra a orientação do governador –, exigindo do *site Bahia Notícias* que fosse retirada do ar a notícia de uma ação promovida pelo Ministério Público na segunda feira passada. Todos nós, deputados da Oposição, os 17, vamos ler essa notícia hoje.

E como vamos discutir esses dois projetos, acho que fica difícil promover a votação hoje. Mas V.Ex^a tem o nosso compromisso de que assim que a pauta estiver liberada nós passamos imediatamente a discutir essas PECs. V.Ex^a tem razão, elas são do interesse da sociedade baiana.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Elmar, só posso colocar para votar essas três PECs se votarmos os dois projetos. Exceto por acordo. Por acordo, aqui, eu permito, porque eu imaginava que esses dois projetos estavam acordados...

O Sr. Zé Neto:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Zé Neto.
O Sr. Zé Neto:- Eu queria apenas concordar plenamente com o deputado Elmar que nas duas PECs, havendo acordo...

Reconheço que não há acordo em relação à do voto aberto. Conversei com a deputada Luiza agora e disse-lhe que só há possibilidade de votar se houver consenso. Eu, pessoalmente, tenho um posicionamento. Como Líder, devo ter o posicionamento do conjunto. Acho que podemos ter uma conversa com os Líderes para encontrar um consenso. Quanto à questão da reeleição, deputado Marcelo, acho

que já há um consenso na Casa.

Com relação à PEC dos *royalties*, na semana passada eu não votei na Comissão de Constituição e Justiça em consideração ao deputado Gaban, e, inclusive, o deputado Paulo Azi havia apresentado uma emenda. Nós acatamos a emenda, fizemos uma alteração, e liguei para o deputado Paulo Azi, dizendo que não haveria problema algum para aceitar tanto a ideia como as condições que foram postas. Ele estava em São Paulo, não votei na comissão, e ficamos de votar – espero que possamos votá-la hoje. Temos dois projetos que estão sobrestando a pauta, espero que possamos caminhar para votá-los.

Quero dizer ao deputado Bruno Reis que na semana passada, se tivéssemos votado na comissão, poderíamos votar hoje. Deputado Bruno, quero explicar ao senhor que na semana passada a PEC estava na pauta. Falei com o senhor.

O Sr. Bruno Reis:- Comigo, não.

O Sr. Zé Neto:- Falei com os representantes, falei com o Líder e conversei com o deputado Gaban, para o senhor não pensar que estou agindo de forma... Quero apenas comunicar-lhe que falei com o Líder, conversei com o deputado Gaban. Quero apenas explicar isso.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Entendi e concordo com os dois Líderes. Os dois projetos estão sobrestando a pauta. Deputado Zé Neto, vai retirar os dois projetos que estão sobrestando a pauta? (Pausa.)

O parecer já foi lido, então, não pode mais. Então os dois projetos entrarão na Ordem do Dia. Caso votem, nós votaremos hoje ou daqui... Deputado, tenho que informar a imprensa.

Está certo que colocaremos em votação os projetos do voto aberto e da reeleição? Não estou entendendo. Não está certo, não?

O Sr. Elmar Nascimento: Sr. Presidente, queria sugerir que V.Ex^a marque para a próxima semana a votação do voto aberto, porque nem na minha Bancada houve consenso, e pelo que pude perceber o PT já tem consenso, mas na Bancada do governo também não há consenso. Fica difícil para o relator produzir sem pelo menos ouvir os Líderes de cada Bancada.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Tudo bem. Escolhi pessoalmente o deputado Leur Lomanto, porque já sei o posicionamento dele e sei o posicionamento da maioria, mas é óbvio que tem que ser decidido no voto.

O Sr. Elmar Nascimento:- Sr. Presidente, sem entrar no mérito, o meu ponto de vista é jurídico. A Constituição federal foi modificada através de uma PEC em que se estabeleceu abrir o voto para tudo, menos para eleição da Mesa e para indicação de autoridades.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Parece que até para veto a maioria esmagadora já...

O Sr. Elmar Nascimento:- Já decidiram abrir o veto. Então, o que não quero construir aqui é a possibilidade de jogar para a imprensa a ideia de abrir completamente, quando não podemos ir contra a Constituição federal. Não estou discutindo o mérito. Inclusive queria que o relator ouvisse a Procuradoria da Casa, se

podemos votar uma PEC contra a Constituição federal.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Claro, claro.

Deputado Elmar, V.Ex^a tem toda razão. Então vamos usar o bom senso. Votaremos na terça-feira próxima as duas PECs e a terceira, se V.Ex^as concordarem.

A proposta da deputada Luiza Maia não necessita de dispensa de formalidades, porque o projeto já está tramitando há muito tempo – gostaria de fazer a votação por acordo, mas é óbvio que cada um vota do jeito que quer. Fica para próxima terça-feira o voto aberto e o fim da reeleição na Casa, e a terceira PEC, se as oposições concordarem, votaremos na próxima terça-feira.

O Sr. Elmar Nascimento: Concordo. Por último gostaria de saber se V.Ex^a poderia nos trazer uma posição de V.Ex^a e da Mesa, porque assinei um requerimento que já continha 40 assinaturas, mas o deputado Euclides Fernandes assegurou-me que já há 43 assinaturas, pela PEC do orçamento impositivo. Há alguma posição para colocar em votação?

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Falo apenas como presidente, mas quem decide é a maioria. Assumi o compromisso na Mesa Diretora de que, no dia em que votarem a emenda impositiva no Congresso Nacional, colocarei em votação.

Não gostaria de votar antes, porque somos estaduais e eles, federais. Não é que tenhamos a obrigação de segui-los, mas é um indicativo. Já assumi o compromisso na Mesa Diretora: no dia em que for votada no Congresso Nacional, for promulgada, no dia seguinte coloco em votação aqui a emenda impositiva. Mas não acho justo votar antes do que o Congresso.

Fechamos um pré-acordo. Então fica para a próxima semana.

Horário das Lideranças Partidárias.

Com a palavra o Líder do PSL-PT para falar ou indicar orador pelo tempo de 12 minutos.

O Sr. Carlos Brasileiro:- Sr. Presidente, falará pelo tempo de 11 minutos o deputado Zé Neto.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, só gostaria de dizer que, por tradição, hoje vou entregar cinco livros de pessoas que fizeram a história da Bahia – Euclides Neto, Jorge Calmon... cinco figuras importantes para o nosso Estado. Sou obrigado a suspender a sessão às 5h, 5h30min para este evento, que é uma tradição na Casa no dia 10 de dezembro. Então, eu gostaria da compreensão dos Srs. Líderes e já vou prorrogar a sessão para que tenhamos tempo.

O Sr. Zé Neto:- Sr. Presidente, se quiser, abrimos mão do tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Se V.Ex^as chegarem a um acordo, se os líderes chegarem a um acordo não tem problema algum, mas prefiro suspender a sessão para que V.Ex^as participem, porque é uma tradição. São figuras importantes, personalidades que fizeram a história da Bahia, que participaram e fizeram a história do nosso Estado.

Vamos prorrogar a sessão por, no mínimo, 700 minutos. Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram (Pausa). Aprovada. A sessão está prorrogada por 700 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Zé Neto pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. ZÉ NETO:- Sr. Presidente, todos presentes, imprensa, Srs. Deputados e Deputadas, aqueles que nos assistem, deputado Elmar, primeiro quero dizer a V.Ex^a que todas as vezes que a Oposição trouxe alguma informação para esta Casa, tivemos o cuidado de investigar e saber a procedência. Tenho a tranquilidade de dizer que durante o governo Wagner as irregularidades encontradas e levadas a público, as que realmente foram contundentes, essas irregularidades foram investigadas pelo próprio governo e todas as medidas foram tomadas dentro do próprio governo, inclusive com prisões de servidores, de diretores. Chegamos até a ter um problema grave dentro da gloriosa Polícia Militar e não tivemos nenhuma dúvida em agir no caso da Agerba, no caso da Polícia Militar, no caso da Secretaria do Meio Ambiente. Em todas essas situações a ordem do governador sempre foi a de investigar e fazer Justiça e evidentemente levar adiante a nossa missão, que é a de preservar o dinheiro público com transparência.

Quero apenas, deputado Elmar, informar a V.Ex^a que lhe passaram números equivocados. Quero apenas lembrar que, no ano de 2005, os gastos com comunicação do governo Paulo Souto foi da ordem de R\$ 166,93 milhões; no ano de 2006, o governo Paulo Souto gastou R\$ 173,77 milhões; e o ano que o governador Jaques Wagner, durante seu governo mais gastou foi o ano de 2009, praticamente quatro anos depois de 2005, quando gastamos R\$ 162,8 milhões. No ano de 2012 V.Ex^a disse que houve um gasto excessivo, quero trazer o número: R\$ 161,80, portanto, menor em 2012, sete anos depois, menor do que 2005, quando V.Ex^a gastaram R\$ 166,9 milhões. Essa é a verdade.

A outra verdade, quero dizer a V.Ex^a... Está aqui ao meu lado o deputado Carlos Geilson, que por três anos seguidos trabalhou na Rádio Subaé de Feira de Santana como âncora e no programa de audiência do qual, aliás, eu próprio era ouvinte dele e ainda o sou. De vez em quando ouço o programa do meu amigo Carlos Geilson – que, hoje, trabalha na rádio *Transamérica* –, das 5h30min até as 8 horas. Estou fazendo a propaganda dele aqui. Vocês podem ouvir das 5h30min às 8 horas o deputado Carlos Geilson na rádio *Transamérica*. O nome do programa é *Jornal Transamérica*. Está vendo aí, tudo arrumadinho. (Risos.)

Então, quero dizer que ele trabalhou 3 anos seguidos sem qualquer problema com o governo. A direção da rádio *Subaé* mudou a estratégia e encerrou os programas terceirizados. Ao fazer isso, como o de Carlos Geilson era terceirizado ele ficou sem programa. O dono conversou com ele e... Aí, paciência!

Agora, ele, hoje, trabalha numa rádio, a *Transamérica*, que recebe recursos do governo. Aliás, com um detalhe: a *Transamérica* é de Antônio Lomes, que é muito amigo nosso, amigo pessoal de Sidônio, de Robinson, de todos nós. Na rádio dele, independentemente de ser amigo ou não, há propaganda do governo. No programa do deputado Carlos Geilson, que é da rádio, que tem o programa dele, há propaganda. Nada, absolutamente nada que possa acontecer... Ele continua trabalhando numa rádio em que há propagandas do governo.

Não existe problema, gente. Ele é oposição, tem o programa dele, faz a política dele aqui, na Assembleia, tem o seu posicionamento político, e isso, para mim, não tem nada o que dizer, não se pode utilizar disso. Ao contrário, o deputado Carlos Geilson, no seu programa, comenta o que fez aqui no dia anterior, fala das coisas que aconteceram no dia anterior.

Nitidamente, ele faz dentro do seu programa uma linha de ofensiva permanentemente ao governo. Se alguém ligar no programa dele durante a manhã, percebe que em 2/3 do tempo ele faz críticas ao governo Jaques Wagner e elogia o governo municipal. Ele tem o posicionamento dele na rádio e nunca surgiu alguma dificuldade para continuar com o programa, que, se não me engano, apresenta há 2 anos.

Então, vamos acabar com essa história de que alguém perseguiu, porque isso é folclore e invenção. Não tem ninguém sendo perseguido. Ao contrário, ele está lá, trabalhando, faz o trabalho dele, e respeitamos. De vez em quando ainda ouço o programa dele, como ouvia na rádio *Subaé*.

Não é a nossa prática, e não vai ser. Em Feira de Santana, algumas vezes tem alguma campanha e é feita nos *sites*, nas rádios. Inclusive, a política do governo é de trabalhar com o critério técnico. Então, não há problema algum com relação a essa questão de que foi perseguido, não foi. Se o *site* publicou uma matéria e retirou, paciência. Pode ter colocado. Nem vi a matéria e faço até questão de, depois, lê-la.

Quero dizer que não aprendemos esse caminho. Ao contrário, temos demonstrado todo dia nesta Casa a nossa capacidade de dialogar.

A Oposição tem de nós o respeito. Hoje mesmo estamos dando exemplo aqui, em Salvador, de um bom convívio, de um bom diálogo com o atual prefeito, que é do DEM. É um prefeito do DEM! Não há problema algum. Temos feito várias parcerias com ele, trabalhado conjuntamente nas ações administrativas.

Em Feira de Santana, até temos tentado. Lá é mais complicado, e não entendo muito bem o que passa pela cabeça do prefeito. Nesta semana, por exemplo, ele devolveu uma emenda parlamentar de R\$ 5 milhões. Não entendi aquilo, sinceramente.

A emenda do senador João Durval só foi depositada no dia 21 de novembro. Como o próprio senador João Durval colocou, a emenda dele só foi confirmada e depositada no dia 21 de novembro. E a do deputado Fernando Torres está depositada desde o começo de maio. Infelizmente, o prefeito não aceitou a emenda do deputado Fernando Torres, no valor de R\$ 5 milhões. E nós chegamos com mais R\$ 4 milhões para fazer uma combinação em prol de uma das avenidas importantes da cidade, que, aliás, nós é que fizemos a avenida, praticamente. Tiramos as casas, indenizamos as famílias, abrimos a avenida, construímos unidades para que as pessoas fossem relocadas, e hoje está lá, a avenida, sendo objeto de uma licitação feita pelo município. Não sei como vai ficar, porque a nossa era R\$ 9 milhões, apertando o cinto, e eles dizem que vão gastar R\$ 5 milhões, e não sei se isso dá para fazer a avenida.

Então, não há dificuldade nenhuma de nossa parte. Quando a Oposição tiver

um posicionamento que seja interessante para o governo, não temos por que dizer “Não vamos ouvir, não vamos...” Acabou aquele tempo. Aqui há vários deputados da Oposição que viveram nesta Casa em outro momento e sabem o que estou dizendo, deputados que entendem exatamente qual a política que se passava aqui e que se passa hoje. Acabou aquele tempo em que deputado não tinha nenhum direito a alterar o projeto. Ao contrário, queremos a Oposição compartilhando conosco, quando for necessário, projetos de lei que possam ser melhorados pela Oposição, como já aconteceu algumas vezes nesta Casa. Não há dificuldade.

Hoje, estamos fazendo um grande esforço para que tenhamos aqui uma indicação parlamentar, que é o início de um processo que hoje está se discutindo aqui na Casa, está se discutindo no governo federal, acerca das emendas impositivas. Estamos discutindo essa questão e já estamos evoluindo, com medidas que vão dar aos deputados, inclusive aos da Oposição, a possibilidade de indicação em situações que antes não aconteciam.

Então, para mim está muito tranquilo, esse relacionamento deve ser maduro. Claro que há posicionamentos ideológicos muito diferentes. O deputado Elmar colocou as posições dele aqui. Agora, é preciso que tenhamos a capacidade de trazer a verdade a público. Fazemos parte de um governo que tem um histórico tranquilo de democracia, de respeito à imprensa, de respeito à Oposição, de respeito ao diálogo e de respeito à transparência.

E, hoje, inclusive, deputado Gaban, queria que V.Ex^a tivesse a condição de dar uma olhada no que ficou pronto com relação à alteração da política que temos para a cobrança da taxa de incêndio. Ela foi alterada num debate aberto. O jornal *A Tarde*, a imprensa esteve presente, na sala de debates – eu tive o cuidado de abrir a reunião –, e este debate sobre a taxa de incêndio foi feito alterando-se ponto a ponto. O jornal *A Tarde* acompanhou todo o debate, que se iniciou, inclusive, numa audiência pública nesta Casa, realizada pelo deputado João Bacelar, e dali se criou um grupo de trabalho que sentou conosco, com o apoio da Oposição. O resultado está aí e foi repassado para a Oposição, sem nenhuma dificuldade, numa formulação que muda a base de cálculo da taxa de incêndio. Houve um consenso, um debate tranquilo, sereno, com o setor produtivo, no qual a Oposição teve espaço para indicar e opinar sobre a mudança da base de cálculo.

Então, agradeço a V Ex^a a tolerância. Vamos continuar os debates, pontuando sempre as situações aqui colocadas para que não haja exagero na crítica e não se transponha a verdade.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Concedo a palavra ao nobre Líder da Minoria ou do Bloco Parlamentar PSDB/PTN/PRP para falar ou indicar orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Gaban:- Sr. Presidente, falará, por 6 minutos, o deputado Sandro Régis e, pelos 5 minutos restantes, o deputado Carlos Geilson.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Com a palavra o deputado Sandro

Régis pelo tempo de 6 minutos.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, amigos da *TV Assembleia*, parece que o Líder Zé Neto não vem acompanhando o que o seu candidato a governador, Rui Costa, anda dizendo nas rádios e na imprensa da Bahia.

Trago aqui, não sei se vocês acompanharam, a coluna do escritor Antônio Risério, famoso, bem conceituado, que sempre, deputado Carlos Geilson, militou no campo da esquerda. Ele ficou indignado com as declarações do candidato do governador Jaques Wagner sobre o PSB. Quem diz isso não é o deputado Sandro Régis. Trouxe aqui a coluna do jornal *A Tarde*, escrita pelo senhor Antônio Risério, escritor muito bem conceituado, que sempre defendeu e militou na esquerda.

E ele começa, deputado Targino Machado:

(Lê) *“Quanto mais a gente reza, mais babaquice aparece. Agora, amigos me chamam a atenção, vou logo conferir e vejo que é a mais pura verdade. O candidato do governador Jaques Wagner à sua sucessão o sindicalista Rui Costa, um ilustre desconhecido, bate na mesa para perguntar o seguinte: o que Eduardo Campos, governador de Pernambuco e candidato a presidente da República, quer se metendo em assuntos? Mais: pernambucano não tem nada de se meter nas coisas da Bahia.”*

Deputado Gaban, aqui quem fala não sou eu, estou lendo aqui, deputado Gaban, a coluna do jornalista Antonio Risério.

(Lê) *“Mas o ataque do pequeno polegar de Wagner não atinge apenas o ex-presidente Lula. Atinge, também, o próprio Wagner, que, como todos sabem, não é baiano, mas carioca.”*

E ainda diz mais aqui: (Lê) *“É autoritário como um coronel irritado com alguém que prega reforma agrária em sua fazenda. E de um preconceito antigo e rasteiríssimo, que o classifica como um indivíduo mentalmente raquítico e sem a menor grandeza que se deve exigir de um sujeito que quer governar a Bahia.”*

Para finalizar a coluna, o Sr. Antônio Risério diz: (Lê) *“Primeiro, Eduardo Campos é presidente do PSB. Esse partido tem quadros de relevo na Bahia a começar pela senadora Lídice da Mata, candidata ao governo baiano. É o presidente de um partido nacional tem de se meter, até obrigatoriamente, no jogo político de cada unidade da federação. Em segundo lugar, Eduardo é candidato a presidente. O grosseirão Rui Costa quer proibir que ele faça campanha na Bahia? Terceiro, ele vem com Marina Silva, para apoiar a candidatura de Lídice.”*

Como é que o deputado Zé Neto sobe à tribuna para dizer que o seu governo é a favor da democracia? E o seu próprio candidato vai para rádio questionar legitimidade do presidente do PSB nacional, o governador de Pernambuco, que eu não apoio, eu apoio Aécio Neves. Mas questionar sua legitimidade? Disse que isso interferiria na política da Bahia.

Ora, Líder Zé Neto! Vocês têm de agir da mesma forma que vocês falam! Ninguém aguenta mais, deputado Carlos Geilson, o discurso político e as ações totalmente contrárias ao que dizem. Vamos parar com a hipocrisia. O povo da Bahia não aguenta mais tanta enrolação. O povo da Bahia, presidente Rogério Andrade, não aguenta mais tanta mentira. Eu trago a esta Casa uma coluna escrita, deputado Adolfo

por um escritor que sempre militou na Esquerda, por um escritor que tem respeito em todo território nacional. Um escritor competente, um escritor que tem respaldo, que questiona, Capitão Tadeu, como o novo candidato do governo do PT quer se intrometer não dando condições para que o governador de Pernambuco opine sobre a política estadual baiana. Imaginem se o candidato de Wagner, se o candidato de Zé Neto, for governador. Se, como candidato, deputado Leur, ele está querendo questionar um presidente de um partido que opinou sobre uma candidatura do seu partido em nosso Estado, como governador irá querer governar com um chicote na mão e a corrente na outra.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Com a palavra o deputado Carlos Geilson pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Sr. Presidente Rogério Andrade, Srs. Deputados, Sr^{as}. Deputadas, o deputado Zé Neto precisa tomar o remédio *memoriotol*. Vou refrescar a memória do deputado Zé Neto.

Em 2006, quando perdeu a eleição para governador, no mês de novembro, Paulo Souto esteve em Feira de Santana e autorizou a licitação para a construção da avenida Ayrton Senna. Quando o governador Wagner assumiu o governo, cancelou o processo de licitação. Isso em 2007, o cancelamento.

Pois bem, agora, em 2013, ao final do ano, o deputado Zé Neto quer ser o pai da criança. No entanto, Zé Neto teve todo esse tempo para construir a Avenida Ayrton Senna. E o deputado Fernando Torres já estava avisado de que a emenda de 5 milhões ele poderia aplicar em outra obra que não na avenida Ayrton Senna, porque já tinha o recurso empenhado pelo senador João Durval Carneiro.

Então, o deputado Zé Neto levou esse tempo todo sem fazer nada. Quando o município assume a obra, ele agora está reclamando! Tem de reclamar com seu governo, pois ficou na preguiça e na letargia tanto tempo durante os anos de 2007, 2008, 2009, 2010 e 2012. E, agora, ao final de 2013, quer fazer obra, deputado?! Pelo amor de Deus! O deputado Zé Neto faz espuma e espalha a brasa.

Agora, com relação à questão da rádio, vejam só, não gostaria de voltar a esse assunto. Mas inquerido e instado por V.Ex^a, o dono da rádio chega para mim e diz que recebeu uma pressão do governo para que mudasse o nome do programa. Aceitamos mudar o nome do programa. Isso ocorreu em uma sexta-feira. Na terça-feira seguinte, já estava com um outro argumento, qual seja, o de que o governo estava oferecendo um valor significativo e que precisava de uma outra composição no programa. Deixei a rádio em questão.

Fui para a Rádio Povo. Quando cheguei, havia contrato assinado e estreia marcada. O dono da rádio tem uma distribuidora de remédios e essa distribuidora de remédios foi fechada. Ele tentou reabrir e não conseguiu. Ele me disse o seguinte: “Estou recebendo pressão.” Não me disse se era do governo do estado ou do governo do município. Quem falou do estado foi justamente na Rádio Subaé.

Na Rádio Povo, que o deputado Marcelino Galo conhece o dono, Roberto Pazzi, cancelou-se o contrato. Quando foi cancelado o contrato, a distribuidora de remédio, que estava fechada pela Anvisa, inexplicavelmente, voltou a funcionar, ou seja, foi reaberta. Retiraram o lacre. Coincidência ou não.

Mas uma coisa é certa. Agradeço, aqui, publicamente, ao empresário Luiz Eduardo Magalhães Filho que nos levou até o Sr. Antônio Lomes. Nós conseguimos este espaço na Rádio Transamérica. E, graças a Deus, estamos muito bem, pois ganhamos o Ibope agora. E gostaria de dizer ao deputado Zé Neto que se nós estamos hoje em um outro veículo de comunicação foi muito mais pela amizade que construímos ao longo do tempo, porque, caso contrário, nós estaríamos hoje sem um veículo de comunicação.

E gostaria de dizer ao deputado Zé Neto que o nosso programa de rádio é como um outro qualquer, apenas questionamos a segurança pública, porque, a todo instante, um ouvinte entra no ar pela manhã e diz que foi assaltado em um ponto de ônibus ou foi assaltado quando ia para o trabalho ou foi assaltado dentro de um veículo de transporte alternativo. E nós reclamamos da segurança pública. Não é uma carga contra o governo, mas é pedindo solução, porque o cidadão já não aguenta mais, deputado Zé Neto!

V.Ex^a, Zé Neto, deve andar com muitos seguranças e protegido, pois não sente, então, em sua própria pele, o que o cidadão comum sente, uma vez que, a todo o instante, o cidadão é assaltado. Das 5 até às 8 horas da manhã, Feira de Santana é uma cidade sem policiamento. Por falta de investimento, acabou o moto-bairro que dava segurança logo cedinho. Feira de Santana padece por ser uma das cidades mais violentas desse Estado. E V.Ex^a, como representante do governo, não deveria estar reclamando quando o ouvinte entra no ar para questionar a segurança pública, que é muito ruim, que é deficitária, e sim deveria somar coro com as pessoas para poder cobrar do governo uma melhor segurança pública para o cidadão e para a cidadã desse Estado.

Muito obrigado, meu caro deputado Carlos Ubaldino.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Ubaldino):- Com a palavra o Líder do governo e da Maioria ou Líder do Bloco Parlamentar PDT/PCdoB para falar ou indicar orador pelo tempo de até 11 minutos.

O Sr. Carlos Brasileiro:- Sr. Presidente, falará por 5 minutos o deputado Marquinho Viana, do PV e por 6 minutos o deputado Álvaro Gomes.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Ubaldino):- Com a palavra o nobre deputado, companheiro, amigo, parlamentar desta Casa, Marquinho Viana.

O Sr. MARQUINHO VIANA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, obrigado, nobre presidente, pelos elogios. Eu quero lembrar aos nobres colegas deputados que os convites já estão em seus gabinetes, mas na segunda-feira, às 10 horas, o ex-governador Newton Cardoso irá receber, aqui nesta casa, a Comenda 02 de julho. Então, desde já ficam todos convidados, embora o convite já esteja em seus

gabinetes, mas será às 10 horas, do dia 16 de dezembro.

Mas, Sr. Presidente, eu venho a esta tribuna mais uma vez para agradecer ao nosso governador pela sua atuação, principalmente na área do semi-árido nosso, que eu participo, sou do município de Barra da Estiva, agradecer a atuação, principalmente da Secretaria da Casa Civil, que o Rui Costa coordena muito bem esta área, para dizer que em nosso município, Barra da Estiva, já foram perfurados e instalados, aproximadamente, 16 poços artesianos.

Recentemente, em Guanambi, o município de Ituaçu assinou também uma autorização, juntamente com a Cerb, de instalação do sistema de água de Bonito, onde irá atender mais de 150 famílias, juntamente com o distrito de Tranqueiras, onde um convênio de 513 mil reais irá atender 1.444 pessoas daquele distrito.

Então, nobre presidente, esta área, não só no município de Ituaçu, mas também em Barra da Estiva, que no programa em parceria com a Prefeitura Municipal de Barra da Estiva à frente, o prefeito Adriano Pires, conhecido como Dinho, já foram feitos através do Programa Mais Água, 37 barreiros para armazenar água da chuva. Iniciou-se, na quinta-feira passada, seis barragens na área mais crítica do município, que é no distrito de Triunfo do Sincorá, cada barragem, aproximadamente 50 mil reais, obra feita pela CAR. Então, é recurso do governo federal juntamente com o governo do Estado, e também a parceria do município.

Isso prova o atendimento do governo do Estado junto ao deputado Marquinho Viana e ao prefeito Aldecinho, juntamente com o prefeito de Barra de Estiva, conhecido como Dinho.

Também, nobre presidente, visitei o município de Contendas do Sincorá onde já está pavimentando a sua avenida principal, numa parceria também da Secretaria de Infraestrutura, onde temos o nosso vice-governador à frente, como o Secretário Oto Alencar, e também no Derba a pavimentação de aproximadamente 1.100 metros daquela avenida, onde os veículos que trafegavam anteriormente pela BR, hoje com o desvio pelo anel viário de Contendas do Sincorá, a nossa rua, a avenida principal, ficou muito desgastada, e com a parceria com a prefeitura o prefeito já está pavimentando, e em breve irá entregar aos seus moradores a rua toda pavimentada, o que irá, realmente, embelezar aquela cidade. Juntamente com essa pavimentação, nobre presidente, Srs. Deputados, também está vindo a iluminação de toda a avenida, já autorizada pelo secretário Oto Alencar. Também a Coelba já esteve no local, fazendo a devida inspeção e iniciou-se a obra, já colocando os postes. Deu uma parada por causa do final de ano. Mas acredito que após a avenida ficar totalmente recapeada, a Coelba irá concluir os trabalhos de iluminação.

Queria ainda, nobre presidente, só deixar registrado que o nosso secretário Rui Costa tem dirigido muito bem os trabalhos na área do convívio com a seca nos municípios do Semiárido. Em Guanambi foram entregues diversas máquinas ao Consórcio Rodoviário. E lá também foi dada a ordem de serviço, a autorização, para fazer o projeto de barragens na bacia do Rio de Contas, juntamente com os Rios Sincorá e Ourives. São os três maiores rios da nossa região. Com exceção do nosso Rio Paraguaçu, que é o maior da Bahia, nasce em minha cidade, Barra da Estiva, e

deságua na Baía de Todos os Santos.

Para concluir, hoje estão presentes aqui nas Galerias duas pessoas importantes em meu município, representantes das Comunidades Quilombolas, do povoado de Camulengo, que têm atuação excelente. A CAR também autorizou os terreiros e o despovoamento de café que irá ajudar muito aquela comunidade. Esperamos ainda porque há pedidos de uma fábrica de rapadura e também as cisternas de produção. É uma comunidade unida...

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Ubaldino):- Para concluir, nobre deputado.

O Sr. MARQUINHO VIANA:- Concluindo, Sr. Presidente.

(...) Para concluir, nobre deputado.

Queria só agradecer a presença dos dois cidadãos do meu município, Wilton e Elsimar, que estão presentes vendo os trabalhos desta Casa.

Então, Sr. Presidente, muito obrigado pela tolerância.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Ubaldino):- Com a palavra o deputado Álvaro Gomes.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, em primeiro lugar, eu queria saudar os estudantes da Universidade Católica do Salvador que estão aqui, acompanhando esta sessão. Eu queria informar a eles que estamos preparando um ofício para os Srs. Deputados e pretendemos entregar ao arcebispo Dom Murilo, no sentido de levar em consideração o resultado das eleições da Universidade Católica do Salvador. Mesmo reconhecendo o direito do arcebispo de indicar qualquer um dos três que compõem a lista tríplice. Nós estamos ponderando para que Sua Eminência, o arcebispo, leve em consideração o resultado das eleições. Porque sendo um voto facultativo, sendo um voto secreto, o atual reitor Zé Carlos obteve 82% dos votos dos professores e 82% dos votos dos funcionários. É o quadro fixo da Universidade Católica do Salvador. Com os estudantes, o reitor teve uma votação equilibrada.

Portanto, a vitória do candidato e atual reitor Zé Carlos foi uma vitória esmagadora, uma vitória com uma diferença muito grande. Para se ter uma ideia, a vitória do atual reitor é mais que o dobro dos dois candidatos juntos. Então é algo que tem que ser levado em consideração. A nossa preocupação é porque a Universidade Católica do Salvador é uma universidade de grande importância para a sociedade. E o que nós estamos buscando é evitar uma crise naquela universidade a exemplo do que ocorreu na PUC de São Paulo em que o escolhido não foi o mais votado, gerou uma grande crise e uma greve que durou vários meses com sérios prejuízos para a sociedade e com sérios prejuízos para os alunos.

Nós queremos evitar exatamente isso, uma crise na Universidade Católica do Salvador. Reconhecemos, se é que se o atual reitor já está lá há muito tempo, mas todas as vezes é reconduzido pelo voto direto, pelo voto facultativo e pelo voto secreto, nós até concordamos que deva haver um processo de transição, um processo de renovação, mas esse processo de transição, de renovação, não deve se dar de

forma traumática. Esse processo precisa ser negociado com os professores, com os alunos, com os estudantes, para que a Universidade não venha a passar por uma crise e cause um sério prejuízo para a sociedade tal a sua importância.

Portanto, na qualidade de presidente da Comissão de Educação desta Casa, fui procurado pelos professores, por funcionários, por estudantes, e não poderia deixar de fazer esse debate e essa ponderação.

Estamos com um ofício que já tem 36 assinaturas de deputados de todos os partidos. Vamos buscar mais assinaturas. Mas o número de deputados que assinaram até então é um número muito representativo. São 36 deputados que estão assinando embaixo dessa ponderação, mesmo reconhecendo o direito do arcebispo de indicar quem ele achar que deva indicar. O que nós estamos fazendo é uma ponderação, uma reflexão, para que ele analise e leve em consideração o resultado das eleições.

Mas, Sr. Presidente, nesse minuto que nos resta, eu não poderia deixar de registrar, e é importante que a gente registre, que hoje é o Dia estadual da Cultura da Paz com Justiça Social. Nós fizemos uma sessão especial, hoje pela manhã, para celebrar esse Dia. Essa lei é de nossa autoria e foi sancionada em 2004, portanto já completou 9 anos de existência. Todos os anos nós comemoramos, fazemos alguma atividade, mas essa atividade geralmente é de iniciativa do Iapaz, entidade da qual eu sou presidente e que completa também este ano, no dia 15 de dezembro, 10 anos de existência.

Precisamos, no Dia estadual da Cultura da Paz com Justiça Social, fazer grandes comemorações, grandes manifestações, debates, seminários, espalhar essa cultura pelo Estado da Bahia inteiro.

Portanto eu queria registrar que não é por acaso que o Dia estadual da Cultura da Paz é exatamente o Dia da Declaração Universal dos Direitos Humanos que completa 65 anos.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Ubaldino):- Concedo a palavra ao nobre Líder da Minoria ou ao Líder do Bloco Parlamentar PMDB/PSB para falar ou indicar o orador pelo tempo de até 11 minutos.

O Sr. Bruno Reis:- Nobre presidente, essa cadeira faz muito bem a V.Ex^a, que ficou até mais jovem.

Mas eu queria indicar, em nome da Bancada do PMDB/PSB, para falar por metade do tempo o nobre líder deputado Gaban e o restante do tempo eu utilizarei se assim V.Ex^a permitir.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Ubaldino):- Concedo a palavra ao nobre companheiro Gaban pelo tempo de até 6 minutos.

O Sr. GABAN:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, vou voltar ao assunto que tratei rapidamente no Pequeno Expediente em relação à licitação estupidamente majorada numa dispensa de licitação para a construção de um prédio. Repito que a Secretaria de Ciências e Tecnologia havia feito um processo licitatório no qual saiu vencedora a Civil Construtora Ltda. Todo engenheiro que milita nessa

área conhece a tradição de uma empresa com o nome Civil Construtora Ltda. Até aí nada de mais. O processo licitatório foi no mês de julho e saiu vencedora uma empresa de nome conhecido por todos aqui.

Só que chega em novembro e essa licitação é cancelada. Chamou minha atenção. Como que é cancelada a licitação? Tive o cuidado de ligar para o secretário de Segurança Pública, já que a licitação foi feita pela Secretaria de Ciências e Tecnologia mas para abrigar equipamentos da Secretaria de Segurança Pública. O secretário de Segurança Pública, Maurício, homem extremamente sério, correto, me disse: “Olha, deputado, quem está fazendo a licitação é a Secretaria de Ciências e Tecnologia, sou apenas o repassador dos recursos, e eles acharam que a Civil Construtora não tem muitas condições de construir esse prédio.” A Civil Construtora construiu centenas de prédios na Bahia! Afirmar a ele: Secretário, fique atento porque essa licitação que vai ser feita novamente vai ter majoração de preços, tem esquema atrás disso.

Ele ficou meio surpreso. Voltei a afirmar a ele. Viajei nesses últimos dias, já que a Secretaria de Ciências e Tecnologia lançou uma consulta simplificada no final do mês de novembro, e fiquei aguardando. Estava em São Paulo, mas ligava todo dia para minha assessoria perguntando se o resultado tinha saído. Finalmente o resultado sai hoje. Uma licitação ganha num processo licitatório pela Civil Construtora tem agora uma dispensa de licitação, uma outra empresa. Consultei os engenheiros que tem aqui e ninguém conhece, liguei para alguns amigos perguntando se conhecem a Construtora Damiani Ltda. Só que o preço saiu de 42 milhões 199 para o valor de 53 milhões 510 mil. Uma majoração de 26,8% no preço.

Parece que as coisas não têm limite nesse governo. É uma coisa absurda que não vai passar em branco. Já orientei o advogado da Liderança da Oposição para mover uma ação civil pública. Vamos ao Tribunal de Contas do Estado que, desta vez, não poderá ser omissa diante de um flagrante dessa natureza. Porque alertei, avisei, repito, nenhuma culpa tem o secretário de Segurança Pública, ele não fez a licitação. Quem fez a licitação foi a Secretaria de Ciências e Tecnologia, ela é a responsável por cancelar um contrato com uma empresa conhecida e fazer uma dispensa de licitação, conforme publicado no *Diário Oficial* de hoje, no valor de 53 milhões, 26, 8% de majoração.

O Sr. Adolfo Viana:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. GABAN:- Concedo o aparte a V.Ex^a.

O Sr. Adolfo Viana:- Deputado Gaban, quero parabenizar V.Ex^a pelo pronunciamento e pela atenção no que diz respeito aos recursos empregados pelo Estado da Bahia. Vejo que essa licitação teve o valor elevado em mais 26% em cima do valor inicial...

O Sr. GABAN:- Onze milhões e meio, aproximadamente, a mais.

O Sr. Adolfo Viana:- V.Ex^a afirma dessa tribuna que a Construtora Civil é uma construtora reconhecida e que já tem diversos serviços prestados no Estado da Bahia. E essa própria secretaria afirmou que essa construtora não teria qualificação para executar tal obra. Resta saber se essa outra empresa que está a substituir a

Construtora Civil está tão mais qualificada que a Construtora Civil. Resta saber se essa tal empresa – a qual desconheço, não sei se V.Ex^a tem o nome aí – tem realmente essa musculatura maior para executar tal obra.

Fica aí o meu questionamento. Parabenizo mais uma vez V.Ex^a pelo comprometimento com o bom uso do dinheiro público.

Sr. GABAN:- Agradeço, meu caro deputado Adolfo Viana, e incorporo o aparte de V.Ex^a ao meu pronunciamento.

Não entrando no mérito da idoneidade e das condições ou não de essa empresa agora fazer a execução dessa obra, mas o prédio de uma construção civil, fazer-se um processo de dispensa de licitação após ter-se cancelado a licitação na qual uma empresa saiu vencedora?! Se essa empresa que foi vencedora, a Construtora Civil, não tinha condição, não deveria nem ter sido habilitada para participar do primeiro processo licitatório.

Pior que isso, ganha por R\$ 42 milhões, e agora se contrata uma empresa, por dispensa de licitação, saindo de R\$ 42 milhões para R\$ 53,5 milhões. É um abuso, um desrespeito ao dinheiro público! Nós, da Oposição, tomaremos todas as providências necessárias para que a punição, desta vez, seja exercida no governo do Estado da Bahia, porque estamos cansados de impunidade.

E agora nós temos, repito, um presidente no Tribunal de Justiça que dignificará o cargo de presidente, fazendo com que os processos andem e os culpados sejam penalizados nas formas previstas na lei.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Ubaldino):- Concedo a palavra ao nobre amigo e companheiro deputado Bruno Reis pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. BRUNO REIS:- Sr. Presidente, nobres deputados e deputadas, todos que se encontram nas Galerias, imprensa, os que nos ouvem e nos assistem através da *TV Assembleia*, na semana passada recebemos com muita tristeza e preocupação a confirmação, por parte do IBGE, do que já sentíamos, nobre presidente, nas ruas do nosso Estado, nas ruas do interior da Bahia: o desaquecimento geral da economia.

Já percebíamos que o nosso Estado – que já teve, no passado, uma economia pujante, forte, nobre deputado Carlos Brasileiro, que era a locomotiva do Nordeste – agora já não funcionava bem.

Pois bem, na semana passada o IBGE confirmou o que nós já sentíamos: o Estado deixou de ser a 6^a economia do País e caiu para a 8^a posição, atrás de Estados, deputado Carlos Brasileiro, menores que o nosso, com economias que já estiveram muito atrás da nossa, e que nos surpreendem hoje. Se analisássemos só o Nordeste, hoje, o nosso PIB *per capita* é menor do que o do vizinho Pernambuco. Sei que essa comparação com Pernambuco deixa vocês um pouco ou muito agoniados, mas é uma verdade, é uma constatação, nobre deputado Marquinho Viana.

Mas, nesse caso específico, o PIB *per capita* da Bahia está atrás do do Estado de Sergipe.

É este o grande legado que o PT vai deixar para a economia baiana? É de tirar

o Estado da liderança pujante que a Bahia exercia no Norte e Nordeste do país, que era o centro da economia nordestina, e hoje vive na sombra de outros Estados, em especial de Pernambuco.

Graças ao PT, vamos deixar de ser protagonista da economia regional para ocupar a posição de coadjuvante. É este o legado do PT para a Bahia. Na hora da economia, que é o assunto de que trato nesta tarde.

O PT não criou, Sr. Presidente, sequer condições internas para o Estado crescer economicamente, tanto que o Estado está quebrado. Alardeávamos desta tribuna que as finanças não iam bem, que o Estado estava pegando dinheiro de convênios, portanto, de contas vinculadas para pagar custeio. E as obras estão todas paralisadas na Bahia. A Bahia virou um verdadeiro cemitério de obras paralisadas.

Hoje foi anunciado o rombo da Secretaria de Saúde em mais de 200 milhões. Não pagam os fornecedores, não pagam os empreiteiros, os prestadores de serviço. Se o funcionário não recebe, não movimenta a economia, o dinheiro não circula, não tem geração de emprego e renda. Se não há obras em andamento, não há novas contratações. Por outro lado, a iniciativa privada, que teve um *boom* na construção, também deu uma paralisada. Sr. Presidente, já são sete anos de governo Wagner na Bahia. Infelizmente, esse governo vai encerrar o seu período de 8 anos de forma melancólica. Deixamos de iniciar boas realizações para estarmos a cada dia preocupados em abafar maus exemplos, em abafar notícias ruins. O governo Wagner chega ao final na UTI, preocupado em pedir que as coisas saiam na Imprensa.

Chegou ao ponto de um jornalista internacional, na sexta-feira, no evento da Fifa, ao invés de perguntar o que a Bahia tem de bom, foi perguntar ao governador o que ele achava da questão da segurança em nosso Estado. O governador, como não tinha o que responder, ficou sem resposta, Sr. Presidente. É por isso que, infelizmente, não temos o que comemorar.

Se V.Ex^{as} que no passado eram da Oposição, ficavam felizes quando a Bahia aparecia nas manchetes nacionais com notícias ruins, nós, não; não fazemos a política do quanto pior, melhor. Fazemos política porque só através da política podemos transformar e melhorar a vida das pessoas, nobre deputado José de Arimatéia.

Não há como o Estado, que tinha a sexta economia do país, cair para a oitava posição e as pessoas estarem bem. Só se for assistencialismo. Somos o campeão do bolsa-família, mas o bolsa-família não resolve. Sabemos que qualquer país ou qualquer Estado só se projeta, só consegue gerar riqueza se conseguir crescer, e a Bahia vem caindo ano a ano no mercado.

Nosso Estado sempre cresceu o dobro da média nacional. Agora, nem sequer estamos conseguindo acompanhar o PIB nacional, Sr. Presidente.

É por essas e outras razões que nessa noite, que será extensa, vamos invadir a madrugada discutindo, debatendo os projetos; coisas que não fazíamos nas comissões, vamos fazer hoje, aqui no plenário. Ao debater os diversos projetos, vamos ter oportunidade, Sr. Presidente, de, ao longo do decorrer deste dia e desta noite, discutir diversos outros temas. Aproveito esta oportunidade para me dedicar somente à economia da Bahia, que está na UTI. Jaques Wagner deixou a economia da

Bahia, Sr. Presidente, na UTI.

O Sr. PRESIDENTE (Cacá Leão):- Para concluir, nobre deputado.

O Sr. BRUNO REIS:- Depois da grande tolerância de V.Ex^a, a quem eu tenho um enorme prazer de agradecer, concluo a minha fala. Sr. Presidente, muito obrigado pelo tempo a mais que V.Ex^a nos concedeu.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Ubaldino):- Com a palavra o nobre Líder da Maioria ou Líder do Bloco Parlamentar PSC/PV/PR/PRB para falar ou indicar o orador pelo tempo de até 11 minutos.

O Sr. Carlos Brasileiro:- Sr. Presidente, o deputado José de Arimatéia falará por 6 minutos e pelo tempo restante falará a deputada Fátima Nunes.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Ubaldino):- Com a palavra o deputado José de Arimatéia pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. JOSÉ DE ARIMATÉIA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, imprensa aqui presente, *Canal Assembleia*, venho a esta tribuna, primeiro, para agradecer à Câmara de Vereadores da cidade de Ilhéus, onde, na quinta-feira, eu tive a honra de receber o Título de Cidadão Ilheense. Me orgulho disso, porque em 1997, quando eu cheguei naquela cidade para residir e para fazer um trabalho social, eu tive a honra de começar a vida pública naquela cidade, onde saí candidato a deputado estadual, em 1998, e tive o privilégio de ser eleito pelos votos do povo da cidade de Ilhéus, como também do povo do Sul da Bahia. Quero agradecer ao vereador Ivo Evangelista, autor dessa honraria. Na ocasião, tanto eu, quanto o deputado Márcio Marinho recebemos o Título de Cidadão Ilheense. Depois disso, mais compromisso eu tenho com a cidade de Ilhéus e com as cidades do Sul da Bahia, a exemplo de Itabuna.

Sr. Presidente, hoje, na Comissão de Saúde e Saneamento desta Casa, da qual sou o presidente, aprovamos o parecer do projeto de lei nº 18.353/2009, de autoria da deputada Maria Luiza Laudano, que institui a Semana de Conscientização do Mal de Alzheimer e dá outras providências. O relator foi o deputado Tom Araújo, mas, na sua ausência, o deputado Euclides Fernandes leu o parecer, o qual foi aprovado por unanimidade. Então, esse é mais um parecer de projeto aprovado na Comissão de Saúde e Saneamento.

Sr. Presidente, chamei a atenção dos Srs. Deputados que no próximo dia 17 estaremos apresentando o relatório do ano de 2013 naquela Comissão. Apresentaremos as ações que a Comissão de Saúde e Saneamento teve, ao longo deste ano, em prol de uma saúde melhor para o povo da Bahia. Nesta mesma sessão apresentaremos o cronograma de reuniões para o ano de 2014. Mesmo sabendo que 2014 será de muitas ações, porque vai ser o ano das eleições e o ano da Copa, apresentaremos, no dia 17, o cronograma, o calendário para esse ano.

Sr. Presidente, eu não poderia deixar de registrar que ontem apresentei, nesta Casa, uma Moção de Pesar pelo falecimento do vereador Ricardo Rodrigues Alencar, da cidade de Ibititá. Ele era filiado ao nosso partido, o PRB, e foi eleito com 550

votos no último pleito para exercer o seu primeiro mandato.

Gostaria, Sr. Presidente, de pedir ao secretário da Segurança Pública para desvendar mais um assassinato naquela região. Nas eleições de 2012, a esposa desse vereador foi sequestrada e a queixa, registrada. Ele esteve na televisão mostrando a foto dela, mas até hoje ninguém sabe o paradeiro dessa senhora.

Agora foi assassinado. E com ele estava o seu primo de 13 anos, que também teve a sua vida ceifada. Portanto, Sr. Presidente, peço encarecidamente ao secretário da Segurança Pública que desvende estes dois mistérios: o desaparecimento da esposa do vereador e o assassinato dele.

Essa morte foi uma perda para o município de Ibititá, porque era um rapaz jovem com um futuro político promissor. Mas, lamentavelmente, teve a sua vida ceifada. E não é a primeira vez que isso acontece dentro do segmento político.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Ubaldino):- Para concluir, deputado.

O Sr. JOSÉ DE ARIMATÉIA:- Para concluir, Sr. Presidente, esperamos que esse crime possa ser desvendado.

Gostaria de convidar os Srs. Deputados para participarem, na próxima quinta-feira, de uma sessão especial em homenagem ao maior livro dos livros, a Bíblia Sagrada. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Ubaldino):- Concedo a palavra, pelo tempo de até 5 minutos, ao nobre deputado Bira Corôa.

O Sr. BIRA CÔROA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, Srs. Servidores e Sr^{as}. Servidoras desta Casa, imprensa, visitantes, faço uso da palavra neste momento primeiro para dizer que o mundo dá adeus a uma das maiores personalidades em nome da paz e da promoção da igualdade mundial, Nelson Mandela. Nos seus 95 anos, ele dedicou toda a sua vida a uma causa coletiva e social. Mesmo nos 30 anos em que ficou preso na África do Sul, foi capaz de ensinar ao mundo os caminhos e as ações para transformar a condição de vida da sociedade internacional.

Ele plantou e executou a libertação daquele País. Sem dúvida alguma, foi capaz de quebrar um dos maiores paradigmas utilizados pela sociedade dominante e - por que não dizer? - pela sociedade de consumo capitaneada pelos interesses norteamericanos e do grande capital internacional. Nelson Mandela consegue, além do clamor e da bandeira da liberdade, ostentar um título importante para o mundo, como o Nobel da Paz. Mais do que isso, chega à presidência da África do Sul e dá ao mundo a referência e o exemplo da capacidade de gestão e do processo de transformação.

É a partir da gestão de Nelson Mandela à frente da África do Sul que a África entra no contexto econômico internacional. A partir dali, a Bolsa de Valores de Joanesburgo passa a estar entre as 10 maiores bolsas e referenciais da economia e do mundo. Hoje, não se pode negar o crescimento e o desenvolvimento da África do Sul após a gestão e a condução de Nelson Mandela.

E nos dá um outro exemplo maior de compromisso com um programa e um projeto, com a ausência total de vaidade e ambição, porque não lutou para haver continuidade. Permitiu a sucessão e conduziu um processo importante de evolução da África do Sul no contexto mundial, reafirmando a cultura, reafirmando os valores sociais, mas também adentrando no poder da economia e da autossustentação econômica do país.

Sem dúvida alguma, esse grande líder, que até pouco tempo sequer era citado nos referenciais da história do mundo, sequer era apresentado como personalidade ou como mártir, em tão pouco tempo conseguiu conquistar a confiança e o respeito internacional. Nelson Mandela, que na semana passada deu adeus à vida, desencarnou, teve uma importância tal que ainda hoje a África do Sul, em extensão às celebrações fúnebres, recebe estadistas e personalidades do mundo inteiro. O ato fúnebre em sua homenagem já supera, em manifestação popular e representatividade, qualquer outro funeral já vivenciado no mundo, inclusive o do Papa.

Isso mostra a conquista e, acima de tudo, a identidade e a identificação atribuídas a esse mártir: Nelson Mandela.

Portanto, este Poder Legislativo tem como princípio externar uma grande Moção de Aplausos pela história de vida e pelo legado positivo que Nelson Mandela deixa para o mundo e, em especial, para o Brasil e para a Bahia.

Quebrando, assim, no contexto, a versão implementada perversamente pelo domínio e pela sociedade de controle, especialmente pelo grande capital, de que a África é apenas um continente de miseráveis.

Podemos ver que a libertação, a liberdade permitem, acima de tudo, uma implementação da democracia, nobres deputados, incluindo o deputado João Carlos Bacelar, permitem reafirmar que a grande transformação e o esteio desse novo momento da sociedade mundial é, sem dúvida, a democracia.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Ubaldino):- Concedo a palavra ao nobre Líder do governo e da Maioria ou o do PSD para falar ou indicar orador, pelo tempo de até 12 minutos.

O Sr. Carlos Brasileiro:- Sr. Presidente, vão falar o deputado Marcelino Galo, por 7 minutos, e a deputada Kelly Magalhães, por 5 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Ubaldino):- Com a palavra o nobre deputado Marcelino Galo, por até 7 minutos.

O Sr. MARCELINO GALO:- Sr. Presidente, deputado Ubaldino, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, presentes às Galerias, imprensa, deputada Luiza Maia, vou pedir-lhe licença para falar sobre um segmento da classe trabalhadora, principalmente de trabalhadoras que batalham muito nesta época do ano em que se exacerba o consumismo na sociedade, principalmente no sistema capitalista em que vivemos: as costureiras. A nossa Bahia tem mais de 30 mil costureiras. E na capital, Salvador, são 5 mil profissionais que vivem dessa atividade em seu labor diário. É uma exploração descomunal, uma exploração brutal, pois vivem à margem dos

benefícios das leis trabalhistas.

Se, no estado de São Paulo, são usados os imigrantes, principalmente os bolivianos, para serem explorados em condições de trabalho análogas à escravidão, aqui, em nosso estado, não há diferença. Aqui não se exploram os imigrantes. Mas, aqui, exploram-se as mulheres da terra que vivem submetidas a uma jornada dupla de trabalho. Elas têm de trabalhar em condições insalubres, com uma alta taxa sem nenhum benefício, em que são pagas de R\$ 0,10 a R\$ 0,50 por peça produzida. Essas peças vão para as lojas para custar R\$ 50 ou R\$ 100! Essas mulheres se submetem a trabalhar em galpões insalubres e não ganham hora extra. Isso não é registrado em seus contracheques.

Chegou a hora de esta Casa assumir o problema. Devemos denunciar as condições subumanas pelas quais as empresas obrigam as costureiras a trabalhar. Além de nem sempre receber um salário mínimo, as mulheres são forçadas a trabalhar durante sábados, domingos e feriados em suas próprias casas. Quer dizer, além da jornada doméstica, essas mulheres costuram para complementar a renda que não passa de um salário mínimo.

Isso precisa acabar! Estamos em pleno século XXI! E as empresas não têm CIPA – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes. Não há nenhum tipo de fiscalização. Nós precisamos procurar a DRT – Delegacia Regional do Trabalho – para saber o que devemos fazer. Precisamos propor condições, através de projetos de leis, para sanar o problema. Deputada Luiza Maia, a senhora é uma feminista militante. Precisamos, junto com as mulheres, visitar vários desses galpões que abrigam os locais mais inadequados.

A Sr^a Luiza Maia:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. MARCELINO GALO:- Essas trabalhadoras, ainda muito jovens, são acometidas por várias doenças devido ao esforço repetitivo como a falta de conforto no trabalho e a falta de uma alimentação adequada. Isso é muito grave! Não podemos permitir a continuidade de tais baixas condições de trabalho. É indigno ver uma sociedade como a nossa, que avança em vários segmentos, ser obrigada ainda a conviver em condições tão indignas de trabalho!

Com a palavra, para um aparte, a deputada Luiza Maia.

A Sr^a Luiza Maia:- Deputado Marcelino Galo, quero parabenizá-lo pelo seu discurso sobre esse tema. Temos conhecimento do sofrimento dessas mulheres. Sei e conheço a sua sensibilidade em defender segmentos e grupos sociais da nossa sociedade que vivem ainda em situação precária.

A situação dessas costureiras é, realmente, uma tragédia. Elas ficaram de dar seus depoimentos na Comissão Direitos da Mulher na quarta passada, mas confundiram-na com a CPI. Acredito que, amanhã, a União das Costureiras da Bahia estará presente. Queremos contar com a sua colaboração e com a sua parceria para fazermos essa visita. Assim, poderemos denunciar tal situação. Realmente, é um trabalho análogo ao trabalho escravo. Parabéns pelo seu discurso.

O Sr. MARCELINO GALO:- Quero incorporar o aparte da deputada Luiza Maia ao nosso pronunciamento.

Gostaria de dizer que precisamos ser muito mais rigorosos com esta situação. Esta é uma situação que nos envergonha. Não podemos permitir que no Estado, o Estado que é a sétima ou oitava economia, pode ser a sexta, fica aí balançando, em um Estado rico, que a classe trabalhadora e principalmente as mulheres trabalhadoras, sejam submetidas à forma de trabalho que já foi extinta em vários países, mas, infelizmente, este País ainda combina, porque isso é funcional ao sistema capitalista. As empresas que fabricam roupas de marca infelizmente ainda se utilizam de forma indigna do trabalhador.

Então, temos que assumir a nossa responsabilidade e acabar com o trabalho análogo à forma escrava.

Muito obrigado, Sr^a Presidente.

(Não foi revisto pelo orador nem pela apartante.)

A Sr^a PRESIDENTE (Neusa Cadore):- Com a palavra a deputada Fátima Nunes pelo tempo de 5 minutos.

A Sr^a FÁTIMA NUNES:- Sr^a Presidenta deputada Neusa Cadore, aqui conosco no plenário também a deputado Luiza Maia, deputada Ângela Sousa, Srs. Deputados, imprensa aqui presente, visitantes nas galerias, nossas taquígrafas, a todos e todas eu desejo uma boa-tarde. Neste final de ano, já aproveito também esta oportunidade para desejar um Natal de muita paz, de muita alegria, de muitas realizações. Eu tenho dito sempre que desejar de boca é muito bom, mas é preciso fazer acontecer. E acontecer a paz, a justiça social, precisa de um bom entendimento entre as pessoas, precisa da compreensão, precisa das nossas atitudes. Então, eu quero agradecer a todos os que acompanham o nosso trabalho político, aos nossos telespectadores da *TV Assembleia*, dizer que este ano foi realmente um ano muito bom, aconteceram coisas importantíssimas na vida do povo do nosso sertão.

Hoje pela manhã, eu tive a oportunidade de mais uma vez participar da reunião do comitê do semiárido, um comitê que se preocupa em estabelecer políticas públicas de convivência com o semiárido, quebrando exatamente aquele tabu e aquele preconceito antigo e aquela forma de ver o sertão apenas como terra de chão rachado, porque é no sertão onde vive a maioria das pessoas do nosso Estado, até porque dois terços do Estado da Bahia estão exatamente no território semiárido. Nessa comissão, tivemos a oportunidade de avaliar quantas realizações aconteceram neste ano, ano em que a nossa população viveu uma das maiores secas dos últimos 90 anos, mas todas as ações realizadas pelo governador Jaques Wagner e esse comitê que tem na presidência o nosso secretário da Casa Civil, Dr. Rui Costa, demonstrou que é possível, mesmo na dificuldade e às vezes até com o caixa público apertado de recursos, como foi este ano, atender a população.

Vimos lá o valor que foi investido nas ações emergenciais do carro-pipa, da distribuição de alimentos, mas vimos também os recursos que foram investidos na construção das adutoras, na construção das cisternas, tanto nas cisternas de consumo humano como as cisternas para produção, que hoje vão permitindo que, caindo boas chuvas, os sertanejos tenham água reservada nos tanques, nas cisternas e tenham

também água nas torneiras pelo nosso grande programa, deputada Neusa Cadore, Águas do Sertão. A senhora, que é daquele sertão tanto quanto eu, sei que tem alegria de chegar nas casas hoje e as pessoas convidarem para tomar uma água gelada, limpa, saudável. Portanto, quero, neste momento parabenizar o governador e dizer da nossa alegria.

Mas queria deixar um registro que ainda me entristece, que foi no município de Valença, pensei que não existia mais. Mas vi estradas vicinais, onde as pessoas, para saírem de casa, precisam amarrar uma corrente no pneu do veículo, isso para aguentar subir a serra, para transpor as barreiras, porque as estradas vicinais lá estão em péssimas condições.

Digo isso porque a nossa presidenta Dilma, recentemente, distribuiu para cada município uma retroescavadeira, uma patrol, um caminhão-caçamba, uma caminhão-pipa e uma pá-carregadeira, ou seja, um *kit* com cinco equipamentos, e essas máquinas têm como objetivo, está assinado lá no convênio, fazer as estradas vicinais e também fazer a limpeza das aguadas.

Portanto, queria, daqui desta tribuna, mandar um recado para a prefeita da cidade de Valença, que é uma mulher, como eu, que também tem as suas preocupações, mas entre elas não esqueça do povo da agricultura familiar, dos plantadores de cravo, dos plantadores de cacau, dos plantadores de guaraná, porque eu, que sou lá do sertão, sempre imaginei que no Baixo Sul, no litoral, que nas cidades próximas da praia, onde chove mais, onde o clima é ameno, as pessoas não vivessem tantas dificuldades como vi neste final de semana, visitando o interior de Valença. E eu sei que é possível, sim, com atitudes, transformar a vida das pessoas.

Era isso, Sr. Presidente, e muito obrigada pela tolerância.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Srs. Deputados, gostaria de, conforme anunciei anteriormente, suspender a sessão pelo tempo do evento. Na hora em que terminar o evento aqui, dou 2 minutos, 3 minutos, e reabro.

(O Sr. João Carlos Bacelar fala fora do microfone.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Está bom. Tudo bem, vamos fazer o seguinte: vamos suspender por uma hora, se por acaso precisar mais, reabre-se e pede-se mais tempo. Declaro suspensa a sessão pelo prazo mínimo de uma hora.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Invocando a proteção de Deus, reabro os trabalhos.

O Sr. Gaban:- Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. Carlos Brasileiro:- Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado Gaban.

O Sr. Gaban:- Sr. Presidente Marcelo Nilo, devido ao esvaziamento total, já que os deputados se deslocaram para uma justa solenidade, solicito que seja feita uma verificação de quórum e que V.Ex^a marque o tempo previsto acordado pelas Lideranças, acione as campanhas e convide os Srs. Parlamentares que porventura ainda estejam no salão ao lado ou em seus gabinetes a comparecerem ao Plenário,

pois há esta solicitação de verificação do quórum nominal para continuidade da presente sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Exª será atendido.

Questão de ordem, deputado Carlos Brasileiro.

O Sr. Carlos Brasileiro:- Sr. Presidente, solicito que conte o tempo regimental para que os deputados possam adentrar o Plenário e registrar suas presenças para continuidade da sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Srs. Deputados, quórum de continuidade da sessão solicitado pelos deputados Gaban e Carlos Brasileiro.

Zere-se o painel e marquem-se 15 minutos.

Srs. Deputados, registrem as suas presenças.

Há quórum no Plenário.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o Líder da Minoria, ou o Líder do DEM, para falar ou indicar o orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Gaban:- Eu falarei por todo o tempo, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Gaban por 11 minutos.

O Sr. GABAN:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srªs Deputadas, aproveito a presença do Líder do PDT, deputado Euclides Fernandes, para que V. Exª também possa tomar ciência do que está acontecendo na Secretaria... V. Exª participou da indicação, meu caro Líder? Acho que não. A Secretaria de Ciência Tecnologia e Inovação. Algumas perguntas, meu caro Líder, têm de ser feitas.

Primeiro, o que tem a ver uma Secretaria de Ciência Tecnologia e Inovação com a construção de prédios? Não temos a Sucab? Nós não temos a Conder? Já não basta a Conder querer tomar conta de obra de restauração, de obra do patrimônio público cultural do Estado da Bahia, já que temos um órgão para isso. Agora, a gente vê uma Secretaria fazendo a licitação.

Mesmo com esse absurdo, porque temos dois órgãos oficiais para fazer esse processo licitatório, nos chamou a atenção uma licitação que foi feita por essa Secretaria, e no resultado, depois de um concurso entre várias empresas que participaram, saiu vencedora uma empresa conhecida na Bahia, a Civil Construtora. Publicação no *Diário Oficial* do Estado da Bahia no dia 18 de julho de 2013: (Lê) *Resumo do contrato: 29/2013. Contratada: Civil Construtora*. Para executar obras que iriam abrigar os equipamentos de telecomunicações importantíssimos para a integração entre as Polícias Militar e Civil do nosso Estado, já que foi feita uma licitação de um valor em torno de R\$500 milhões pela Secretaria da Segurança Pública, com câmeras... Não entro no mérito disso, porque é extremamente necessário. Mas foi infeliz o secretário Maurício ao fazer essa contratação dos equipamentos de telecomunicação.

Mas coube, para surpresa minha, que a Secretaria de Ciência e Tecnologia tinha feito a licitação. Daí, a Civil Construtora ganhou, ninguém impugnou a licitação, foi publicado no *Diário Oficial*, no valor de R\$ 42.199.585,96.

Chamou-me a atenção, entretanto, que no dia 21 de novembro deste ano foi

cancelado o contrato com a Civil Construtora. Tive o cuidado de ligar para o secretário da Segurança Pública, por quem tenho o maior respeito e consideração, e indaguei a ele: “Secretário, onde o senhor vai colocar os equipamentos que o senhor comprou, e já estão chegando, se cancela-se esse processo?”

E ele me disse com toda a sinceridade: “Deputado, eu sou apenas o repassador de recursos. Tem recurso federal, tem recurso do Estado, eu apenas sou um repassador disso aí. Não tem equipe para fazer uma licitação, quem fez foi a secretaria.”

E a secretaria me informa agora, através do secretário, que a Civil Construtora não tem estrutura para construir um prédio.

Isso me chamou a atenção. Eu disse: “Secretário, o prédio onde meu filho mora foi construído pela Civil Construtora. O onde o ex-governador Paulo Souto mora também foi construído pela Civil Construtora, dentre centenas e centenas de prédios que essa empresa construiu. Quando vim para a Bahia, há 37 anos, faz tempo, já conhecia essa construtora de nome”.

Ele falou: “Sou repassador. Ele disse que não tem estrutura e vai fazer outro processo”.

Afirmar ao secretário: “Fique de olho que isso aí não me está cheirando bem. Essa licitação cancelada não me está cheirando bem neste momento, porque a Civil Construtora tem nome na Bahia”.

Tudo bem. Fez a publicação de uma consulta prévia de empresas...

O Sr. Luciano Simões:- Um aparte, deputado.

O Sr. GABAN:- Pois não, está inscrito, deputado Luciano.

(...) para fazer essa contratação. Eu fiquei de olho. Estava em São Paulo, mas todo dia eu ligava para Salvador, para a assessoria, e perguntava: “Saiu o resultado?” Porque eu tinha certeza de que havia esquema atrás disso.

Até que, finalmente, hoje foi publicado. Uma licitação, meu caro Líder do PDT, que foi ganha antes pelo valor de R\$ 42 milhões passa agora para a bagatela de R\$ 53 milhões e meio – para ser mais exato: R\$ 53.510.578,65 –, com dispensa de licitação. Dispensa de licitação para construir um prédio de R\$ 53 milhões e meio?! Sendo que a empresa que ganhara num processo licitatório normal apresentou o valor de R\$ 42 milhões. Deve ser bem melhor, não é deputado Rosenberg?

O que me chama mais a atenção, tendo a Sucab, tendo a Conder para contratar, é que a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação está inovando demais para meu gosto, tanto que consegue cancelar um processo licitatório de R\$ 42 milhões e faz uma dispensa de licitação por R\$ 53 milhões e meio.

Só que agora o bicho vai pegar! Por que vai pegar? Porque temos um presidente no Tribunal de Justiça em que tenho plena confiança. Qualquer ação nossa que entrar lá vai ter andamento. Tenho plena convicção de que o Tribunal de Contas do Estado não poderá ser mais benevolente com atitudes dessa, até porque a segurança pública do nosso Estado merece até uma atenção especial, meu caro Rosenberg, na votação que faremos do Orçamento. Vamos analisar com carinho, aproveitar que tem um secretário sério, um técnico. O secretário Maurício é um

técnico, mas ninguém faz milagre se não tiver dinheiro. Agora, ele repassa o dinheiro para outro jogar fora R\$ 11 milhões e meio, contratando uma empresa, sem qualquer demérito, que nem conheço. Perguntei a várias pessoas, liguei para alguns amigos e ninguém conhece a Construtora Damiani Ltda. que ganhou esse processo de dispensa de licitação. Isso tem que ser investigado.

Mas por que o bicho vai pegar agora, como se diz na linguagem popular? Porque há recursos da União. O TCU, agora, vai ter que investigar, o Ministério Público Federal também, numa parceria com o Ministério Público Estadual, além da ação que vamos apresentar no Tribunal de Justiça. Porque não se pode admitir isso num momento em que vemos crimes e mais crimes ocorrendo.

Falta de dinheiro é normal. O secretário da Fazenda, agora, está fazendo um esforço enorme e as finanças melhoraram. Com o Refis, ele conseguiu R\$ 870 milhões. Ninguém esperava um recurso como esse. São uma excelente notícia esses R\$ 870 milhões, mas, por outro lado, se formos analisar o custeio deste ano, 2013, comparado com o custeio de 2012, houve um acréscimo de quinhentos e tantos milhões, ou seja, 70% do que ganhou com Refis, que foi um recorde, o Estado vai ter de usar para cobrir o aumento do custeio que teve de 2012 para 2013. Por quê? Nós alertamos: o governador teria de diminuir o número de secretarias, senão não diminuiria o custeio. Tem uma arrecadação recorde, mas não vai resolver o problema. E o governador, se não tomar cuidado, se não diminuir o número de secretarias, não terá suas contas aprovadas no ano que vem, porque o rombo é de mais de R\$ 2 bilhões. E 70% do que ele conseguiu agora com o Refis, que foi um recorde, 70% vão ser utilizados só para cobrir o aumento do custeio de 2012 para 2013. Nós não podemos permitir um abuso dessa natureza.

Então, que fiquem atentos os gestores da Secretaria da Ciência, Tecnologia e Inovação: inovaram demais. Olhem que inovaram demais, querendo sair de um preço de R\$ 42 milhões de uma licitação, cancelando-a, e fazer uma dispensa de licitação para R\$ 53,5 milhões. E havendo órgãos no governo do Estado, como a Sucab, já que o prédio vai ser construído em Salvador, e a Conder, a secretaria quer inovar com acréscimo de R\$ 11,5 milhões. Aí, meu caro Líder, não tem Líder que faça essa defesa.

Eu gostaria de ver quem é que tem a coragem de subir a esta tribuna e dizer: “Jogamos R\$ 11,5 milhões na lata do lixo”. Mas tem defesa, porque, talvez se precise de uma restauração posterior desse prédio que vai ser construído, deve ser alguma coisa desse tipo, porque um acréscimo de R\$ 11,5 milhões na licitação para o mesmo prédio que já tinha a obra contratada, tudo igual, mesma área construída, e um acréscimo de apenas 26,8%, de novembro para agora...

O Sr. Luciano Simões:- V.Ex^a me concede um aparte?

O Sr. GABAN:- Deputado Luciano Simões, concedo o aparte a V.Ex^a.

O Sr. Luciano Simões:- Nobre deputado Gaban, realmente se faz necessário que o Líder do governo ou o Vice-Líder de plantão, o deputado Carlos Brasileiro, faça a defesa do seu governo. Em todos os tempos, nesta Assembleia, eu nunca vi a Bancada governista se calar, e se trata de um colega que é, novamente, candidato à

reeleição, está dando a sua despedida na sua “secretariazinha”, que ninguém é de ferro, agora é preciso que a Bancada governista venha a público, venha ao Plenário, vá à imprensa, que está aqui desde as primeiras horas, dar uma satisfação a este Parlamento e à comunidade baiana. Porque a Construtora Civil, deputado Gaban, como é de conhecimento público, é uma das construtoras mais antigas, mais conhecidas e mais dignas deste Estado, uma construtora que tem história na Bahia e, de uma hora para outra, se vê uma licitação ser tornada nula, ganha uma empresa que ninguém sabe de onde vem nem para onde vai, e se aumenta uma licitação em milhões de reais.

Faz-se necessário que o Sr. Carlos Brasileiro ou o Sr. Zé Neto explique essa situação ao povo da Bahia.

O Sr. GABAN:- Com a tolerância de V.Ex^a, Sr. Presidente, até para fazer justiça ao Líder do PT, deputado Rosemberg. Deputado Rosemberg... Chame a atenção dele aí, por favor.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Gaban, conclua, por favor.

O Sr. GABAN:- Mas eu gostaria só, Sr. Presidente, até por uma questão de justiça ao deputado Rosemberg, que teve o cuidado necessário, ligou para o secretário da Segurança Pública, que deu todas as informações necessárias, mas, infelizmente, ele não tem como fazer defesa, porque estão sendo gastos R\$ 11,5 milhões a mais da Secretaria da Segurança Pública. Ressalvo: nenhuma culpa do secretário Maurício, era apenas o repassador, e ele transmitiu isso ao deputado Rosemberg, que teve o cuidado, que sempre tem, aliás, de querer esclarecer as coisas. Mas, infelizmente, não há o que esclarecer.

Eu concedo o aparte, se o presidente permitir, ao deputado Rosemberg. Concedo o aparte, pode falar, é um assunto importante.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Deputado Gaban como V.Ex^a me citou, tive o cuidado de ligar para o secretário da Segurança Pública, que me informou...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Por favor, o tempo de V.Ex^a, deputado Gaban, já concluiu há muito tempo.

O Sr. GABAN:- É um assunto importante, Sr. Presidente.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Sr. Presidente, pela ordem, ele me citou e eu preciso responder.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Conclua, por favor.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Olha bem, conversei com o secretário da Segurança Pública Maurício e ele me informou que desconhecia a publicação desse edital. No Partido dos Trabalhadores também nos causa surpresa. É por isso que nenhum parlamentar do Partido dos Trabalhadores respondeu a essa questão. Estamos aguardando um posicionamento do governo. Achamos pertinente que o governo dê uma explicação, porque sai do valor de 42 milhões para 53 milhões com dispensa de licitação. Requer uma nota técnica do governo, para que possamos explicar para a sociedade.

Nesse ponto, como Líder do PT, concordamos que merece uma explicação por parte do governo sobre essa questão.

O Sr. GABAN:- Agradeço e incorporo o aparte ao meu pronunciamento. Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

O Sr. Carlos Brasileiro:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pela ordem, deputado Carlos Brasileiro.

O Sr. Carlos Brasileiro:- Sr. Presidente, o nobre deputado Luciano Simões citou meu nome e gostaria de homologar a palavra do nosso Líder do PT, deputado Rosemberg Pinto, de que somos governo e para fazer as defesas temos que ter consistência no que vamos falar. Não posso defender às escuras, mesmo confiando no governador. Liguei para o secretário César Lisboa, liguei também para o secretário Paulo Câmara e estamos aguardando essa nota técnica que o deputado Rosemberg Pinto colocou, para que possamos entender o que, de fato, aconteceu.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pois não.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o Líder do PT para falar ou indicar orador, pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Carlos Brasileiro:- Não há orador.

ORDEM DO DIA

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Ordem do Dia.

Em votação o Projeto de Lei 20.503/2013, que altera os limites do Parque Estadual Morro do Chapéu, instituído pelo Decreto nº 7.413, de 17 de agosto de 1998.

PROJETO DE LEI Nº 20.503/2013

Altera os limites do Parque Estadual Morro do Chapéu, instituído pelo Decreto nº 7.413, de 17 de agosto de 1998.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do disposto no § 6º do art. 22 da Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000, e no § 6º do art. 79 da Lei nº 10.431, de 20 de dezembro de 2006, faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Esta Lei redefine os limites do Parque Estadual Morro do Chapéu, instituído pelo Decreto nº 7.413, de 17 de agosto de 1998.

Art. 2º - O Parque Estadual Morro do Chapéu, localizado no Município de Morro do Chapéu - Bahia, passa a ter área total de aproximadamente 51.955,0219 hectares, conforme as coordenadas constantes no Anexo I desta Lei.

Art. 3º - Fica declarado como Zona de Amortecimento o entorno imediato do Parque Estadual Morro do Chapéu com área total de 96.586,8733 hectares, conforme as coordenadas constantes do Anexo II desta Lei.

Art. 4º - As atribuições de gerir e administrar a Unidade de Conservação de que trata esta Lei são de competência do Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - INEMA, nos termos do inciso V do art. 106 da Lei nº 12.212, de 04 de maio de 2011.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em

ANEXO I

Memorial Descritivo da Área do Parque Estadual Morro do Chapéu

(Área de 51.955,0219 hectares)

A área do Parque Estadual Morro do Chapéu tem os limites descritos a partir das folhas Topográficas, em escala 1:100.000, SC.24-Y-C-II e SC.24-Y-C-V, editadas pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE e utilizando o sistema UTM, Fuso 24, Sistema de Referência Córrego Alegre, com o seguinte memorial descritivo.

Inicia-se a descrição do perímetro a partir das coordenadas métricas E = 255419,5038m e N = 8764851,5997m, sobre o Rio intermitente, sem denominação, tributário do Riacho do Orlando, localizado no município de Morro do Chapéu, determina-se o ponto 01; daí, seguindo pelo talvegue do curso d'água em direção a sua jusante até cruzar com Riacho do Orlando, nas coordenadas planas aproximadas E = 257202,9985m e N = 8763815,0973m, determina-se o ponto 02; daí, seguindo pelo talvegue do Riacho do Orlando em direção a sua montante até cruzar com o afluente da margem direita do Riacho do Orlando, nas coordenadas planas aproximadas E= 255950,8002m e N = 8759916,3951m, determina-se o ponto 03; daí, seguindo pelo talvegue do Riacho do Orlando em direção a sua montante até cruzar com o afluente da margem esquerda do Riacho Orlando, nas coordenadas planas

aproximadas $E = 257181,5006\text{m}$ e $N = 8757832,1021\text{m}$, determina-se o ponto 04; daí, seguindo pelo talvegue do Riacho do Orlando em direção a sua montante até cruzar com o afluente da margem direita do Riacho Orlando, nas coordenadas planas aproximadas $E = 257627,9021\text{m}$ e $N = 8756496,1010\text{m}$, determina-se o ponto 05; daí, seguindo pelo talvegue do tributário do Riacho do Orlando, sem denominação, em direção a sua montante até cruzar com o afluente da margem esquerda do Rio intermitente, nas coordenadas planas aproximadas $E = 258040,2961\text{m}$ e $N = 8753305,8974\text{m}$, determina-se o ponto 06; daí, na direção su-sudeste, seguindo pelo talvegue do Rio intermitente em direção a sua montante até cruzar com o afluente da margem esquerda do Rio intermitente, nas coordenadas planas aproximadas $E = 258342,3967\text{m}$ e $N = 8751414,2014\text{m}$, determina-se o ponto 07; daí, na direção su-sudeste, seguindo pelo talvegue do Rio intermitente em direção a sua montante até cruzar com o afluente da margem esquerda do Rio intermitente, nas coordenadas planas aproximadas $E = 258618,3981\text{m}$ e $N = 8750041,1966\text{m}$, determina-se o ponto 08; daí, na direção su-sudoeste, seguindo pelo talvegue do Rio intermitente em direção a sua montante até cruzar com o afluente da margem esquerda do Rio intermitente, nas coordenadas planas aproximadas $E = 258490,1032\text{m}$ e $N = 8748923,1981\text{m}$, determina-se o ponto 09; daí, na direção su-sudoeste, seguindo pelo talvegue do Rio intermitente em direção a sua montante até cruzar com o afluente da margem direita do Rio intermitente, nas coordenadas planas aproximadas $E = 258376,0001\text{m}$ e $N = 8746624,9018\text{m}$, determina-se o ponto 10; daí, seguindo pelo talvegue do afluente do Rio intermitente em direção a sua montante até a intersecção com as coordenadas planas aproximadas $E = 257937,0780\text{m}$ e $N = 8745652,2184\text{m}$, determina-se o ponto 11; daí, na direção és-sudeste, seguindo por linha reta de distância aproximada de 1.126,87 metros, nas coordenadas planas aproximadas $E = 258993,3954\text{m}$ e $N = 8745259,7556\text{m}$, determina-se o ponto 12; daí, na direção és-sudeste, seguindo por linha reta de distância aproximada de 632,95 metros, nas coordenadas planas aproximadas $E = 259547,2370\text{m}$ e $N = 8744953,3581\text{m}$, determina-se o ponto 13; daí, na direção és-sudeste, seguindo por linha reta de

distância aproximada de 1.078,44m, nas coordenadas planas aproximadas E = 260403,6905m e N = 8744297,9804m, determina-se o ponto 14; daí, na direção é-sudeste, seguindo por linha reta de distância aproximada de 446,23m até a intersecção com o Riacho Vereda, nas coordenadas planas aproximadas E = 260757,2971m e N = 8744025,7970m, determina-se o ponto 15; daí, seguindo pelo talvegue do Riacho Vereda em direção a sua montante até cruzar com o afluente da margem direita sem denominação, nas coordenadas planas aproximadas E = 260854,0007m e N = 8743103,0951m, determina-se o ponto 16; daí, seguindo pelo talvegue do Riacho Vereda em direção a sua montante até cruzar com o afluente da margem esquerda, sem denominação, nas coordenadas planas aproximadas E = 260569,7036m e N = 8742854,1977m, determina-se o ponto 17; daí, seguindo pelo talvegue do Riacho Vereda em direção a sua montante até cruzar com o afluente da margem direita, sem denominação, nas coordenadas planas aproximadas E = 260381,4009m e N = 8740443,1007m, determina-se o ponto 18; daí, seguindo pelo talvegue do Riacho Vereda em direção a sua montante até cruzar com o afluente da margem esquerda sem denominação, nas coordenadas planas aproximadas E = 258272,1966m e N = 8738449,8021m, determina-se o ponto 19; daí, seguindo pelo talvegue do Riacho Vereda em direção a sua montante até cruzar com o afluente da margem esquerda, sem denominação, nas coordenadas planas aproximadas E = 257958,6007m e N = 8738170,8999m, determina-se o ponto 20; daí, seguindo pelo talvegue do Riacho Vereda em direção a sua montante até cruzar com o afluente da margem direita, sem denominação, nas coordenadas planas aproximadas E = 258065,9996m e N = 8735802,9955m, determina-se o ponto 21; daí, seguindo pelo talvegue do Riacho Vereda em direção a sua montante até a intersecção com a nascente do Riacho Vereda, nas coordenadas planas aproximadas E = 256920,1034m e N = 8733302,9037m, determina-se o ponto 22; daí, na direção su-sudoeste, seguindo por linha reta de distância aproximada de 1.162,15m até a intersecção com a nascente de Rio intermitente tributário do Riacho Sítio do Padre, nas coordenadas planas aproximadas E = 256172,7969m e N = 8732412,8962m, determina-se o ponto

23; daí, na direção su-sudoeste, seguindo por linha reta de distância aproximada de 394,40m, até a intersecção com a isoípsa de 1160m, nas coordenadas planas aproximadas $E = 256013,4963\text{m}$ e $N = 8732052,0980\text{m}$, determina-se o ponto 24; daí, na direção su-sudoeste, seguindo por linha reta de distância aproximada de 934,14 metros, nas coordenadas planas aproximadas $E = 255524,5360\text{m}$ e $N = 8731256,1443\text{m}$, determina-se o ponto 25; daí, na direção su-sudoeste, seguindo por linha reta de distância aproximada de 1.115,59m, nas coordenadas planas aproximadas $E = 255124,0578\text{m}$ e $N = 8730214,9127\text{m}$, determina-se o ponto 26; daí, na direção su-sudoeste, seguindo por linha reta de distância aproximada de 951,50m, nas coordenadas planas aproximadas $E = 254661,9720\text{m}$ e $N = 8729383,1452\text{m}$, determina-se o ponto 27; daí, na direção su-sudoeste, seguindo por linha reta de distância aproximada de 809,02m, nas coordenadas planas aproximadas $E = 254347,7494\text{m}$ e $N = 8728637,6429\text{m}$, determina-se o ponto 28; daí, na direção su-sudoeste, seguindo por linha reta de distância aproximada de 604,97m, até a intersecção com a estrada carroçável, nas coordenadas planas aproximadas $E = 254213,9213\text{m}$ e $N = 8728047,6739\text{m}$, determina-se o ponto 29; daí, na direção su-sudeste, seguindo pela estrada carroçável, até a intersecção com outra estrada carroçável, nas coordenadas planas aproximadas $E = 254400,5006\text{m}$ e $N = 8727120,9027\text{m}$, determina-se o ponto 30; daí, na direção oés-sudoeste, seguindo pela estrada carroçável, até cruzar com outra estrada carroçável, nas coordenadas planas aproximadas $E = 253304,7002\text{m}$ e $N = 8726759,2046\text{m}$, determina-se o ponto 31; daí, na direção nor-noroeste, seguindo pela estrada carroçável, até cruzar com o Riacho do Tareco, nas coordenadas planas aproximadas $E = 252328,9897\text{m}$ e $N = 8728215,1752\text{m}$, determina-se o ponto 32; daí, seguindo pelo talvegue do Riacho do Tareco na direção de sua jusante, até cruzar com a isoípsa de 1.000m, nas coordenadas planas aproximadas $E = 249727,8317\text{m}$ e $N = 8731642,0982\text{m}$, determina-se o ponto 33; daí, na direção oés-sudoeste, seguindo pela isoípsa de 1.000m até a intersecção com o Rio intermitente, sem denominação tributário do Riacho do Tareco, nas coordenadas planas aproximadas $E = 249255,6278\text{m}$ e $N =$

8731208,9424m, determina-se o ponto 34; daí, seguindo pelo curso d'água em direção a sua montante até cruzar com a isoípsa de 1.040m, nas coordenadas planas aproximadas $E = 249369,4670\text{m}$ e $N = 8730749,5711\text{m}$, determina-se o ponto 35; daí, na direção oés-sudoeste, seguindo pela isoípsa de 1.040m até cruzar com o Rio intermitente, sem denominação, tributário do Rio Jacaré, nas coordenadas planas aproximadas $E = 248621,6493\text{m}$ e $N = 8730487,0561\text{m}$, determina-se o ponto 36; daí, seguindo pelo curso d'água em direção a sua jusante até a intersecção com a isoípsa de 1.000m, nas coordenadas planas aproximadas $E = 248341,3022\text{m}$ e $N = 8730941,0983\text{m}$ determina-se o ponto 37; daí, na direção su-sudoeste, seguindo pela isoípsa de 1.000m até cruzar com a Rodovia BA-052, nas coordenadas planas aproximadas $E = 248187,6007\text{m}$ e $N = 8727585,4331\text{m}$, determina-se o ponto 38; daí, na direção oés-noroeste, seguindo pela Rodovia BA-052 até as coordenadas planas aproximadas $E = 241986,5920\text{m}$ e $N = 8729457,7024\text{m}$, determina-se o ponto 39; daí, na direção nor-nordeste, seguindo em linha reta de distância aproximada de 596,749m até a intersecção com a isoípsa de 840m, nas coordenadas planas aproximadas $E = 242063,2984\text{m}$ e $N = 8730049,5010\text{m}$, determina-se o ponto 40; daí, na direção nor-nordeste, seguindo a isoípsa de 840m até cruzar com as coordenadas planas aproximadas $E = 242432,2018\text{m}$ e $N = 8732732,5015\text{m}$, determina-se o ponto 41; daí, na direção es-nordeste, seguindo em linha reta de distância aproximada de 175,64m até a intersecção com o Rio Intermitente, sem denominação, tributário do Rio Jacaré e o seu afluente da margem direita, de coordenadas planas aproximadas $E = 242567,0029\text{m}$ e $N = 8732845,1022\text{m}$, determina-se o ponto 42; daí, na direção nor-nordeste, seguindo pelo afluente da margem direita até a nascente, nas coordenadas planas aproximadas $E = 242652,2030\text{m}$ e $N = 8734202,1997\text{m}$, determina-se o ponto 43; daí, na direção nor-nordeste, seguindo em linha reta de distância aproximada de 460,51m até a intersecção com a estrada carroçável, nas coordenadas planas aproximadas $E = 242699,1982\text{m}$ e $N = 8734660,3012\text{m}$, determina-se o ponto 44; daí, na direção nor-noroeste, seguindo pela estrada carroçável até cruzar com as coordenadas planas

aproximadas $E = 242138,8009\text{m}$ e $N = 8737122,5995\text{m}$, determina-se o ponto 45; daí, na direção nor-noroeste, seguindo em linha reta de distância aproximada de $781,66\text{m}$ até cruzar com o Riacho do Tareco e com a isoípsa de 720m , nas coordenadas planas aproximadas $E = 242001,7980\text{m}$ e $N = 8737892,1577\text{m}$, determina-se o ponto 46; daí, na direção nor-noroeste, seguindo pela isoípsa de 720m até cruzar com Rio intermitente, sem denominação, tributário do Riacho do Tareco, nas coordenadas planas aproximadas $E = 241651,1023\text{m}$ e $N = 8738864,6011\text{m}$, determina-se o ponto 47; daí, seguindo pelo curso d'água na direção de sua montante até cruzar com a isoípsa de 800m , nas coordenadas planas aproximadas $E = 242336,9661\text{m}$ e $N = 8739277,3604\text{m}$, determina-se o ponto 48; daí, na direção nor-noroeste, seguindo pela isoípsa de 800m até cruzar com as coordenadas planas aproximadas $E = 242306,6034\text{m}$ e $N = 8740678,0005\text{m}$, determina-se o ponto 49; daí, na direção nor-noroeste, seguindo em linha reta de distância aproximada de $335,78\text{m}$ até a intersecção com o Rio intermitente, sem denominação, tributário do Riacho do Tareco, nas coordenadas planas aproximadas $E = 242245,1030\text{m}$ e $N = 8741008,1039\text{m}$, determina-se o ponto 50; daí, seguindo pelo curso d'água em direção a sua jusante até cruzar com a isoípsa de 720m , nas coordenadas planas aproximadas $E = 241985,3880\text{m}$ e $N = 8741453,0277\text{m}$, determina-se o ponto 51; daí, na direção nor-nordeste, seguindo pela isoípsa de 720m até cruzar com as coordenadas planas aproximadas $E = 242370,5035\text{m}$ e $N = 8742551,7995\text{m}$, determina-se o ponto 52; daí, na direção nor-noroeste, seguindo em linha reta de distância aproximada de $164,36$ até cruzar com as coordenadas aproximadas $E = 242320,3004\text{m}$ e $N = 8742708,3027\text{m}$, determina-se o ponto 53; daí, na direção nor-noroeste, seguindo em linha reta de distância aproximada de $159,84\text{m}$ até cruzar com o Riacho Sítio do Padre e o seu afluente da margem direita, sem denominação, nas coordenadas planas aproximadas $E = 242228,9982\text{m}$ e $N = 8742839,5002\text{m}$, determina-se o ponto 54; daí, seguindo pelo talvegue do Rio intermitente, sem denominação, tributário do Riacho Sítio do Padre em direção a sua montante até cruzar com a isoípsa de 760 metros, nas coordenadas planas aproximadas $E =$

242714,1734m e N = 8743008,1413m, determina-se o ponto 55; daí, na direção nor-noroeste, seguindo pela isoípsa de 760 metros até cruzar com o Rio intermitente, sem denominação, tributário do Rio Jacaré, nas coordenadas planas E = 242579,6939m e N = 8745237,6994m, determina-se o ponto 56; daí, seguindo pelo curso d'água em direção a sua montante até cruzar com a isoípsa de 800m, nas coordenadas planas aproximadas E = 243118,5768m e N = 8745333,2631m, determina-se o ponto 57; daí, na direção nor-nordeste, seguindo pela isoípsa de 800m até cruzar com o Rio intermitente, sem denominação, tributário do Rio Jacaré, nas coordenadas planas aproximadas E = 243612,8558m e N = 8752863,4132m, determina-se o ponto 58; daí, seguindo o curso d'água em direção a sua jusante até as coordenadas planas aproximadas E = 242748,9972m e N = 8753356,5987m, determina-se o ponto 59; daí, na direção nor-noroeste, seguindo em linha reta até cruzar com a isoípsa de 760m, nas coordenadas planas aproximadas E = 242618,6985m e N = 8753566,7027m, determina-se o ponto 60; daí, na direção nor-nordeste, seguindo a isoípsa de 760m até a intersecção com o Rio intermitente, sem denominação, tributário do Rio Jacaré, nas coordenadas planas aproximadas E = 244222,3018m e N = 8755504,5908m, determina-se o ponto 61; daí, seguindo pelo curso d'água em direção a sua jusante até a intersecção com o curso principal do Rio intermitente, sem denominação, tributário do Rio Jacaré, nas coordenadas planas aproximadas E = 244172,4038m e N = 8755719,2040m, determina-se o ponto 62; daí, na direção nor-nordeste, seguindo pelo curso d'água em direção a sua montante até cruzar com a isoípsa de 760m, nas coordenadas planas aproximadas E = 244274,1376m e N = 8755853,6610m, determina-se o ponto 63; daí, na direção nor-nordeste, seguindo a isoípsa de 760m até cruzar com o Rio intermitente, sem denominação, tributário do Rio Jacaré, nas coordenadas planas aproximadas E = 244612,0599m e N = 8757457,8562m, determina-se o ponto 64; daí, seguindo pelo curso d'água em direção a sua jusante até cruzar com as coordenadas planas aproximadas E = 242556,1014m e N = 8758252,5001m, localizado na intersecção do Rio Jacaré com o seu afluente da margem direita, determina-se o ponto 65; na direção és-nordeste,

seguindo pelo curso d'água tributário do Rio Jacaré até cruzar com o afluente da margem esquerda, sem denominação, nas coordenadas planas aproximadas E = 242705,3994m e N = 8758290,5036m, determina-se o ponto 66; daí, na direção es-nordeste, seguindo pelo talvegue do Rio intermitente em direção a sua montante até cruzar com a isoípsa de 800m, nas coordenadas planas aproximadas E = 245262,8689m e N = 8758843,2089m, determina-se o ponto 67; daí, na direção nor-nordeste, seguindo pela isoípsa de 800m até cruzar o Rio intermitente, sem denominação, tributário do Rio Jacaré, nas coordenadas planas aproximadas E = 245297,8411m e N = 8760596,8885m, determina-se o ponto 68; daí, seguindo pelo curso d'água em direção a sua jusante até cruzar com a isoípsa de 720m, nas coordenadas planas aproximadas E = 243935,6051m e N = 8760637,5116m, determina-se o ponto 69; daí, na direção nor-noroeste, seguindo pela isoípsa de 720m até cruzar com o Rio intermitente, sem denominação, tributário do Rio Jacaré, nas coordenadas planas aproximadas E = 243249,0157m e N = 8763940,3858m, determina-se o ponto 70; daí, seguindo pelo curso d'água em direção a sua montante até cruzar com as coordenadas E = 248915,0007m e N = 8763778,6035m, determina-se o ponto 71; daí, na direção es-sudeste, seguindo em linha reta de distância aproximada de 595,41m até cruzar com a nascente do Rio intermitente, sem denominação, tributário do Riacho do Orlando, nas coordenadas planas aproximadas E = 249509,2983m e N = 8763742,1998m, determina-se o ponto 72; daí, seguindo pelo curso d'água retorna ao ponto 01, início da descrição do memorial descritivo do Parque Estadual Morro do Chapéu, perfazendo uma área aproximada de 51.955,0219ha.

ANEXO II

Memorial Descritivo da Zona de Amortecimento do Parque Estadual Morro do Chapéu

(Área de 96.586,8733 hectares)

A área da Zona de Amortecimento do Parque Estadual Morro do Chapéu tem os limites descritos a partir das folhas Topográficas, em escala 1:100.000, SC.24-Y-C-II

e SC.24-Y-C-V, editadas pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE e utilizando o sistema UTM, Fuso 24, Sistema de Referência Córrego Alegre, com o seguinte memorial descritivo.

Inicia-se a descrição do perímetro a partir das coordenadas métricas $E = 265934,0001\text{m}$ e $N = 8776760,3000\text{m}$, sobre estrada carroçável, localizado no município de Morro do Chapéu, determina-se o ponto 01; daí, na direção és-sudeste, seguindo pela estrada carroçável até cruzar com o Rio Salitre, nas coordenadas planas aproximadas $E = 268219,5079\text{m}$ e $N = 8775982,4961\text{m}$, determina-se o ponto 02; daí, seguindo pelo talvegue do Rio Salitre em direção a sua montante até cruzar com o afluente da margem esquerda do Rio Salitre, sem denominação, nas coordenadas planas aproximadas $E = 265759,6001\text{m}$ e $N = 8768761,9000\text{m}$, determina-se o ponto 03; daí, seguindo pelo talvegue do Rio Salitre em direção a sua montante até cruzar com o afluente da margem esquerda do Rio Salitre denominado Riacho Vereda do Covão, nas coordenadas planas aproximadas $E = 266572,4999\text{m}$ e $N = 8766158,4000\text{m}$, determina-se o ponto 04; daí, seguindo pelo talvegue do Rio Salitre em direção a sua montante até cruzar com o afluente da margem esquerda do Rio Salitre, sem denominação, nas coordenadas planas aproximadas $E = 268785,8000\text{m}$ e $N = 8763192,1000\text{m}$, determina-se o ponto 05; daí, seguindo pelo talvegue do Rio Salitre em direção a sua montante até cruzar com o afluente da margem esquerda do Rio Salitre, sem denominação, nas coordenadas planas aproximadas $E = 271332,2000\text{m}$ e $N = 8754651,1000\text{m}$, determina-se o ponto 06; daí, seguindo pelo talvegue do Rio Salitre em direção a sua montante até cruzar com o afluente da margem esquerda do Rio Salitre, sem denominação, nas coordenadas planas aproximadas $E = 272642,2000\text{m}$ e $N = 8753087,0000\text{m}$, determina-se o ponto 07; daí, seguindo pelo talvegue do Rio Salitre em direção a sua montante até cruzar com o afluente da margem direita do Rio Salitre, sem denominação, nas coordenadas planas aproximadas $E = 272897,3000\text{m}$ e $N = 8753039,5000\text{m}$, determina-se o ponto 08; daí, seguindo pelo talvegue do Rio Salitre em direção a sua montante até cruzar com o afluente da margem direita do Rio Salitre, sem denominação, nas coordenadas

planas aproximadas $E = 274005,4000\text{m}$ e $N = 8751565,8000\text{m}$, determina-se o ponto 09; daí, seguindo pelo talvegue do Rio Salitre em direção a sua montante até cruzar com o afluente da margem esquerda do Rio Salitre, sem denominação, nas coordenadas planas aproximadas $E = 274365,0000\text{m}$ e $N = 8749905,4000\text{m}$, determina-se o ponto 10; daí, seguindo pelo talvegue do Rio Salitre em direção a sua montante até cruzar com o afluente da margem direita do Rio Salitre, sem denominação, nas coordenadas planas aproximadas $E = 276402,7999\text{m}$ e $N = 8748600,9000\text{m}$, determina-se o ponto 11; daí, seguindo pelo talvegue do Rio Salitre em direção a sua montante até cruzar com o afluente da margem esquerda do Rio Salitre, sem denominação, nas coordenadas planas aproximadas $E = 276153,0000\text{m}$ e $N = 8747262,2000\text{m}$, determina-se o ponto 12; daí, seguindo pelo talvegue do Rio Salitre em direção a sua montante até cruzar com o afluente da margem esquerda do Rio Salitre, denominado Riacho Jacarezinho, nas coordenadas planas aproximadas $E = 276872,1000\text{m}$ e $N = 8743582,5999\text{m}$, determina-se o ponto 13; daí, seguindo pelo talvegue do Riacho Jacarezinho em direção a sua montante até cruzar com o afluente da margem direita do Riacho Jacarezinho, sem denominação, nas coordenadas planas aproximadas $E = 275265,1000\text{m}$ e $N = 8737250,7999\text{m}$, determina-se o ponto 14; daí, seguindo pelo talvegue do Riacho Jacarezinho em direção a sua montante até a intersecção com o Córrego Imbigudo e o Córrego Boca da Madeira, nas coordenadas planas aproximadas $E = 272505,8000\text{m}$ e $N = 8737344,7000\text{m}$, determina-se o ponto 15; daí seguindo pelo talvegue do Córrego Imbigudo em direção a sua montante até cruzar com o afluente da margem direita, sem denominação, nas coordenadas planas aproximadas $E = 270914,1999\text{m}$ e $N = 8735288,4001\text{m}$, determina-se o ponto 16; daí, seguindo pelo talvegue do Córrego Imbigudo em direção a sua montante até cruzar com a estrada carroçável, nas coordenadas planas aproximadas $E = 270163,0628\text{m}$ e $N = 8735024,6052\text{m}$, determina-se o ponto 17; daí, na direção sudoeste, seguindo pela estrada carroçável até cruzar com outra estrada carroçável, nas coordenadas planas aproximadas $E = 267526,7000\text{m}$ e $N = 8731531,7000\text{m}$, determina-se o ponto 18; daí, na direção oés-noroeste, seguindo pela estrada

carroçável até cruzar com outra estrada carroçável, nas coordenadas planas aproximadas $E = 266955,5000\text{m}$ e $N = 8732098,7001\text{m}$, determina-se o ponto 19; daí, na direção oés-noroeste, seguindo pela estrada carroçável até cruzar com outra estrada carroçável, nas coordenadas planas aproximadas $E = 264988,8001\text{m}$ e $N = 8732803,4000\text{m}$, determina-se o ponto 20; daí, na direção oés-noroeste, seguindo pela estrada carroçável até cruzar com outra estrada carroçável, nas coordenadas planas aproximadas $E = 264148,9000\text{m}$ e $N = 8733016,5000\text{m}$, determina-se o ponto 21; daí, na direção oés-sudoeste, seguindo pela estrada carroçável até cruzar com outra estrada carroçável, nas coordenadas planas aproximadas $E = 262163,0998\text{m}$ e $N = 8732763,6000\text{m}$, determina-se o ponto 22; daí, na direção su-sudoeste, seguindo pela estrada carroçável até cruzar com o Rio da Barra, nas coordenadas planas aproximadas $E = 261898,4175\text{m}$ e $N = 8731502,4157\text{m}$, determina-se o ponto 23; daí, seguindo pelo talvegue do Rio da Barra em direção a sua montante até cruzar com o afluente da margem esquerda do Rio da Barra, sem denominação, nas coordenadas planas aproximadas $E = 261552,8001\text{m}$ e $N = 8731020,2000\text{m}$, determina-se o ponto 24; daí, seguindo pelo talvegue do Rio da Barra em direção a sua montante até cruzar com o afluente da direita do Rio da Barra, sem denominação, nas coordenadas planas aproximadas $E = 261037,3000\text{m}$ e $N = 8729205,8000\text{m}$, determina-se o ponto 25; daí, seguindo pelo talvegue do Rio da Barra em direção a sua montante até cruzar com o afluente da margem esquerda do Rio da Barra, sem denominação, nas coordenadas planas aproximadas $E = 260968,5000\text{m}$ e $N = 8729037,4999\text{m}$, determina-se o ponto 26; daí, seguindo pelo talvegue do Rio da Barra em direção a sua montante até cruzar com o afluente da direita do Rio da Barra, sem denominação, nas coordenadas planas aproximadas $E = 260817,1001\text{m}$ e $N = 8728686,2000\text{m}$, determina-se o ponto 27; daí, seguindo pelo talvegue do Rio da Barra em direção a sua montante até cruzar com o afluente da margem esquerda do Rio da Barra, sem denominação, nas coordenadas planas aproximadas $E = 260356,7000\text{m}$ e $N = 8728409,4000\text{m}$, determina-se o ponto 28; daí, seguindo pelo talvegue do Rio da Barra em direção a sua montante até cruzar com as coordenadas

planas aproximadas $E = 258445,5001\text{m}$ e $N = 8723074,2000\text{m}$, determina-se o ponto 29; daí, na direção su-sudoeste, seguindo em linha reta de distância aproximada de 675,67 metros até cruzar com a estrada carroçável, nas coordenadas planas aproximadas $E = 258379,1001\text{m}$ e $N = 8722401,8000\text{m}$, determina-se o ponto 30; daí, na direção oés-sudoeste, seguindo pela estrada carroçável até cruzar com as coordenadas planas aproximadas de $E = 256957,1967\text{m}$ e $N = 8722376,5197\text{m}$, determina-se o ponto 31; daí, na direção su-sudoeste, seguindo em linha reta de distância aproximada 720,16 metros até cruzar com a nascente do Rio intermitente, sem denominação, tributário do Córrego Quebra Cangalha, nas coordenadas planas aproximadas $E = 256475,8000\text{m}$ e $N = 8721840,9000\text{m}$, determina-se o ponto 32; daí, seguindo pelo curso d'água em direção a sua jusante até a intersecção do Córrego Quebra Cangalha e Córrego do Grutão, nas coordenadas planas aproximadas $E = 254143,7000\text{m}$ e $N = 8718474,1000\text{m}$, determina-se o ponto 33; daí, seguindo pelo Córrego do Grutão em direção a sua montante até cruzar com as coordenadas planas aproximadas $E = 249828,9999\text{m}$ e $N = 8720814,0000\text{m}$, determina-se o ponto 34; daí, na direção oés-sudoeste, segue em linha reta de distância aproximada de 1.920,05m até a nascente do Rio intermitente, sem denominação, tributário do Córrego do Martin Afonso, nas coordenadas planas aproximadas $E = 247918,9000\text{m}$ e $N = 8720618,8000\text{m}$, determina-se o ponto 35; daí, seguindo pelo curso d'água em direção à jusante até o Córrego do Martin Afonso, nas coordenadas planas aproximadas $E = 239634,5000\text{m}$ e $N = 8723313,7000\text{m}$, determina-se o ponto 36; daí, seguindo pelo talvegue do Córrego do Martin Afonso até cruzar com o Rio Jacaré, nas coordenadas planas aproximadas $E = 237661,7000\text{m}$ e $N = 8733564,9000\text{m}$, determina-se o ponto 37; daí, seguindo pela margem direita do Rio Jacaré até cruzar com a estrada carroçável, nas coordenadas planas aproximadas $E = 242283,6688\text{m}$ e $N = 8757448,3791\text{m}$, determina-se o ponto 38; daí, na direção nor-noroeste, seguindo pela estrada carroçável até cruzar com outra estrada carroçável, nas coordenadas planas aproximadas $E = 242115,8696\text{m}$ e $N = 8757679,3608\text{m}$, determina-se o ponto 39; daí, na direção nor-noroeste, seguindo pela estrada

carroçável até cruzar com outra estrada carroçável, nas coordenadas planas aproximadas $E = 242053,4999\text{m}$ e $N = 8758059,1000\text{m}$, determina-se o ponto 40; daí, na direção nor-noroeste, seguindo pela estrada carroçável até cruzar com outra estrada carroçável, nas coordenadas planas aproximadas $E = 242021,3000\text{ m}$ e $N = 8758346,3999\text{ m}$, determina-se o ponto 41; daí, na direção nor-noroeste, seguindo pela estrada carroçável até cruzar com o Rio Jacaré, nas coordenadas planas aproximadas $E = 241985,6214\text{m}$ e $N = 8758458,2484\text{m}$, determina-se o ponto 42; daí, seguindo pelo talvegue do Rio Jacaré em direção a sua jusante até cruzar com o afluente da margem direita, sem denominação, nas coordenadas planas aproximadas $E = 241181,3000\text{m}$ e $N = 8767390,7000\text{m}$, determina-se o ponto 43; daí, seguindo pelo tributário do Rio jacaré em direção a sua montante até cruzar com o afluente da margem direita, nas coordenadas planas aproximadas $E = 241554,2999\text{m}$ e $N = 8768023,5000\text{m}$, determina-se o ponto 44; daí, na direção nor-nordeste, seguindo pelo curso d'água em direção a sua montante até cruzar com a estrada carroçável, nas coordenadas planas aproximadas $E = 241766,9499\text{m}$ e $N = 8768321,2883\text{m}$, determina-se o ponto 45; daí, na direção nor-nordeste, seguindo pela estrada carroçável até cruzar com outra estrada carroçável, nas coordenadas planas aproximadas $E = 242788,2000\text{m}$, e $N = 8771274,6000\text{m}$, determina-se o ponto 46; daí, na direção nor-noroeste, seguindo pela estrada carroçável até cruzar com outra estrada carroçável, nas coordenadas planas aproximadas $E = 242721,0000\text{m}$ e $N = 8772005,7001\text{m}$, determina-se o ponto 47; daí, na direção oés-sudeste, seguindo pela estrada carroçável até cruzar com outra estrada carroçável, nas coordenadas planas aproximadas $E = 243120,9000\text{m}$ e $N = 8771951,5001\text{m}$, determina-se o ponto 48; daí, na direção és-nordeste, seguindo pela estrada carroçável até cruzar com outra estrada carroçável, nas coordenadas planas aproximadas $E = 264507,6001\text{m}$ e $N = 8775825,2000\text{m}$, determina-se o ponto 49; daí na direção és-nordeste, seguindo pela estrada carroçável retorna ao ponto 01, início da descrição do memória descritivo da Zona de Amortecimento, perfazendo uma área aproximada de 96.586,8733ha, desconsiderando a área do Parque Estadual de Morro do Chapéu.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Foi solicitada vista pelo deputado Gaban. Ele devolveu, passo a palavra ao deputado Carlos Geilson para discuti-lo.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Carlos Geilson, pelo tempo de 20 minutos.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, aqueles que nos assistem pelo canal TV Assembleia, o assunto que trouxe a esta tribuna o deputado Gaban é da maior gravidade, tanto que nenhum deputado do Partido do secretário da Ciência e Tecnologia se pronunciou. Nem o Líder do governo, deputado Euclides Fernandes, ousou fazer a defesa do seu correligionário. Os deputados Carlinhos Brasileiro e Rosemberg Pinto também não têm uma resposta, vão aguardar a nota técnica.

O deputado Euclides deve estar estupefato, boquiaberto, como os demais pares desta Casa. Não existe em lugar nenhum a lógica onde uma licitação custe 42 milhões, a empresa com *know how* ganhe e a licitação seja cancelada. Posteriormente houve uma dispensa de licitação, com o valor de 53 milhões e 500 mil reais, acrescentando mais de 11 milhões de reais.

Sincera e honestamente, cabe aos Srs. Deputados ligados ao governo levar essa preocupação ao Sr. Governador.

É injustificável, é inaceitável, é um absurdo o que nós estamos testemunhando e que V.Ex^a, deputado Gaban, traz a esta Casa.

Ora, ser governo não quer dizer ser conivente com as coisas erradas. Nós sabemos que todos os governos têm os seus problemas, uns mais, outros menos. Mas esse problema é, do ponto de vista ético, imoral e inaceitável.

Não é possível que os deputados do governo e, especialmente, da Bancada do PDT e do Partido dos Trabalhadores não vão se levantar para que possamos ter uma explicação plausível, se é que ela tem.

Como é que num Estado, que alega ter problemas no caixa, investimentos são cortados na segurança pública e, de repente, aparecem 11 milhões e meio para gastar, para jogar no ralo? Aí, deputado Rosemberg Pinto, nós viajamos no pensamento e passam pela nossa cabeça várias alternativas, até aquelas em que não queremos pensar, não queremos direcionar o nosso pensamento. É uma situação onde a Bancada governista não pode se calar. Estaria alguém levando vantagem? Em que se basearam para tomar essa medida? E, de repente, ganha uma construtora da qual eu nunca ouvi falar, não tenho conhecimento sobre a atuação dessa empresa no mercado – deve ter, é verdade, mas eu não tenho conhecimento –, e ela é beneficiada em detrimento de uma empresa que tem *know how* e é sobejamente conhecida no mercado da construção civil no Estado da Bahia.

O deputado Zé Neto que é um parlamentar *Kamikaze*, que se joga de peito aberto na defesa do governo, nessa, com certeza, por mais aventureiro que seja, ele não vai se jogar em defesa, porque não tem defesa.

O deputado Carlinhos Brasileiro, que é um parlamentar coerente e equilibrado, apenas se limitou a esperar a nota técnica. Pelo amor de Deus, gente! É inaceitável você explicar um aumento dessa monta. Até se fosse alguma coisa em torno de 100

mil, 200 mil, poderia até encontrar algum substrato para essa mudança, mas 11 milhões e 500 mil reais, meu caro deputado Euclides Fernandes, preocupado que eu sei como é V.Ex^a, Líder do PDT, sei que V.Ex^a vai ter uma noite em claro, uma noite traumática, procurando uma explicação para trazer para esta Casa. E o governo Wagner preocupado neste momento com a campanha de Rui “Encosta”, ou de Rui Costa. Alguém deve chamar o governador e passar essa situação.

O Líder do governo, deputado Zé Neto, que tem canal aberto com o governador, pelo menos em algum momento zele pelo erário, zele pelo dinheiro público.

Esses 11 milhões e meio onde vão parar? Em alguma creche? Em algum programa social? Terá o direcionamento em benefício dos mais carentes? Onde vão parar esses 11 milhões e quinhentos mil reais? Parar em alguma conta bancária? Em algum bocapio? Em algum alforje? Em alguma sacola? Para onde vão esses 11 milhões e meio?

Deputado Gaban, essa é aquela denúncia acachapante. É aquela denúncia, como acontece no boxe, em que você recebe um cruzado, vai para as cordas e é necessário que o juiz interrompa e abra a contagem. Porque o adversário está entregue, está na lona. Assim está hoje a Bancada do governo, na lona, entregue. A Bancada está vulnerável na defesa, não tem argumentos. Casacudo, cabisbaixo, acabrunhado, taciturno, está o Líder do governo, o Líder do PDT.

O deputado Euclides Fernandes já se retira do recinto. Dizer o quê? Tinha um narrador esportivo, o Sílvio Luiz, que dizia assim: “O que vou dizer aos meus filhinhos lá em casa?” Dizer o que, pelo amor de Deus?

Governador Jaques Wagner, tenho sido aqui um crítico da sua administração, mas nunca levantei nenhuma posição que desacreditasse a sua honra e a sua honestidade.

O Sr. Gaban:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. CARLOS GEILSON:- Deputado Gaban está inscrito.

Por isso creio, rogo, que V.Ex^a vai se pronunciar. A coisa mais sensata, mais lógica, é, simplesmente, chamar o Sr. Paulo Câmara, chamar quem de direito e cancelar esse processo. Essa dispensa de licitação para construir um prédio com tanta construtora neste Estado da Bahia! Ora, deputado Zé Neto, tem que colocar a mão no queixo, colocar as mãos na cabeça, porque V.Ex^a está com as mãos na cabeça para fazer essa defesa. O deputado Zé Neto não tem defesa, está acuado, está nas cordas, 11 milhões e meio de reais.

Deputado Gaban, ouço V.Ex^a com muito prazer e quero parabenizá-lo pela denúncia acachapante que colocou a Bancada do governo na lona, colocou a Bancada do governo nas cordas. Desafio uma defesa coerente, palpável, concreta, com esse super faturamento, ainda mais com dispensa de licitação.

Ouço com muito prazer o deputado Gaban e, em seguida, o deputado Adolfo Viana.

O Sr. Gaban:- Meu caro deputado Carlos Geilson, agradeço o aparte que V.Ex^a me concede. Gostaria de parabenizá-lo pela forma dinâmica, bem clara, como coloca

esse assunto, mais uma vez, dessa licitação que teve um acréscimo, de novembro para cá, de 26,8%, 11 milhões e meio a mais. O pronunciamento de V.Ex^a é fruto da larga experiência que tem em usar, e muito bem, os microfones da sua emissora para falar com a sociedade, com os milhares e milhares de ouvintes que tem. E a credibilidade vem pela forma como V.Ex^a sempre coloca.

Mas, deputado Carlos Geilson, gostaria até de fazer uma defesa do deputado Zé Neto e da própria Bancada do governo. Acho que todos temos a responsabilidade com o nosso mandato, os 63 deputados têm a responsabilidade com o mandato. Então, ninguém vai fazer uma defesa por fazer a defesa. Certas coisas são indefensáveis. Não tem como uma secretaria que não tem sob sua especialidade construir prédios.

Faz-se um processo de licitação, e sai uma empresa vencedora que tem o seu nome consolidado tradicionalmente no meio empresarial da Bahia pela seriedade com que a Civil Construtora constrói seus prédios, nunca os deixando inacabados. Aí, pega uma secretaria que não tem nem estrutura para isso, em detrimento da Sucab e da Conder, que têm equipes preparadas para tal. Pior: depois de ter um processo consolidado em julho, no dia 21 de novembro ela cancela o contrato com a Civil Construtora, que tem a sua história neste Estado.

Repito o que já falei no meu pronunciamento hoje. Estou na Bahia há 37 anos, sou mais baiano do que qualquer outra coisa, porque saí com 14 anos da minha terra natal, Mooca, para fazer o curso técnico de Eletrônica e nunca mais voltei. Fiquei um tempo em Minas, em São Paulo, na África, na Nigéria e depois vim para a Bahia, onde estou há 37 anos. Quando cheguei 37 anos atrás, já ouvia falar dessa construtora.

Não se justifica o cancelamento de um contrato para fazer uma dispensa de licitação no valor de R\$ 53, 5 milhões. Vamos admitir que ela fosse encarregada de fazer, tivesse a competência. Não tem, porque não tem equipe maior que as da Conder e da Sucab. Pelo organograma das duas, a obra tinha de ficar com uma das duas empresas, e não com uma secretaria.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Gostaria que V.Ex^a, mais uma vez, dissesse o nome da empresa que foi beneficiada com a dispensa de licitação.

O Sr. Gaban:- Damiani Ltda. Confesso-lhe, sem nenhum detrimento à empresa, que não a conheço, nunca ouvi falar. Liguei para alguns amigos que conheço da construção civil, e nenhum ouviu falar dela. O mérito não é nem de a empresa ter dispensa de licitação, mas sim de se fazer uma dispensa de licitação no valor de R\$ 53,5 milhões com tantas empresas aqui no Estado da Bahia no momento em que a construção civil teve uma queda nas vendas. Há em torno de 80 mil imóveis para serem vendidos no mercado porque este sentiu essa grande oferta. E as empresas estão carentes de obras.

Ter uma concorrência lícita neste momento seria extremamente inviável? Até se poderia abaixar o valor de 42 milhões para um preço melhor. Mas nunca se fazer uma dispensa de licitação por R\$ 53,5 milhões.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Poderia ser reduzido - seria lógico -, e não

aumentado, acrescido. E não é crescer pouco, não. É crescer quase 30%.

O Sr. Adolfo Viana:- V.Ex^a me concede um aparte?

O Sr. CARLOS GEILSON:- Concedo o aparte ao deputado Adolfo Viana, este jovem talentoso que está brilhando no seu primeiro mandato, parlamentar majoritário da região de Casa Nova.

O Sr. Adolfo Viana:- Deputado Carlos Geilson, gostaria de parabenizá-lo pelo belo pronunciamento que faz dessa tribuna. Quero parabenizar também o deputado Gaban, incansável na defesa do Estado da Bahia, principalmente no que diz respeito ao bom uso do dinheiro público.

Confesso-lhe que não entendi por que a licitação foi feita por essa secretaria. Não entendi, confesso que estou sem entender. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação. Realmente, deputado Sandro Régis, este governo estadual vem inovando bastante. A Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação vem mostrando que faz jus ao nome, inovando e nos deixando sem entender.

Confesso-lhe igualmente, deputado Carlos Geilson, que também fico no aguardo de uma resposta, uma posição desta Bancada governista. Tenho certeza de que ela trará a esta Assembleia uma explicação plausível, ainda hoje, para o cancelamento da licitação. Mais ainda: para a justificativa da dispensa de licitação que gerou um acréscimo de 26% no valor final da própria licitação.

Fica aí o nosso questionamento. Ficamos no aguardo e na expectativa da defesa que a base do governo vier a fazer sobre uma dúvida que é clara para todos os parlamentares. Muito obrigado.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Parabéns aos deputados Gaban e Adolfo Viana. Incorporo os apartes de V.Ex^{as}. ao nosso pronunciamento.

O Sr. Rosemberg Pinto:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. CARLOS GEILSON:- Ouvirei, agora, o deputado Rosemberg Pinto que, nesta, tarde é o *kamikase* do governo.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Deputado Carlos Geilson, fiz questão de pedir este aparte, porque acabei recebendo o telefonema do deputado Paulo Câmara que me explicou, exatamente, as motivações. Ele alega que a Civil Construtora desistiu da obra. É uma empresa que constrói obras privadas e não tinha experiência em obras públicas. Reavaliou e desistiu. Por conta do prazo para executar antes da Copa, a primeira licitação não compunha 4,5 milhões que era a parte do ar-condicionado. Somados os 4,5 milhões com 42, isso perfaz o total de 47.

Mas, em função do tempo – eu não entendo de obras. Acredito que a deputada Maria del Carmen pode falar sobre isso – e para antecipar a obra, existe uma taxa de aceleração.

(Risos em plenário.)

O Sr. Rosemberg Pinto:- É sério. Estou apenas explicando aqui... (Risos) Deputados, olhem, eu pedi o aparte em consideração ao deputado Paulo Câmara, nosso colega, que me ligou explicando que é um percentual para antecipar a obra em função de que, em vez de trabalhar dois turnos, terá de trabalhar três turnos. E, por conta disso, terá de pagar horas extras aos servidores. Essa é uma taxa de aceleração

de 14%. Então, somando-se os 42,5 mais 4,5, isso perfaz 47. Bem, 47 mais 14% de taxa de aceleração (risos), daria 53.

(Risos em plenário.)

O Sr. Rosemberg Pinto:- Eu estou colocando aqui, porque foi esta a explicação que ele me deu. E eu tenho a obrigação de fazer a defesa do deputado, pois ele me ligou. Eu não entendo disso. Apenas repeti. Estou, apenas, repetindo o que o deputado Paulo Câmara apresentou. Repito, estou repetindo. Não sou engenheiro civil. Não conheço esta taxa de aceleração. Mas foi esta a justificativa que ele me deu.

O Sr. CARLOS GEILSON:- A deputada Maria del Carmen é engenheira e pode explicar o que é esta taxa de aceleração.

A Sr^a Maria del Carmen:- Não sei.

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Deputado Carlos Geilson, o seu tempo se esgotou. Conclua, por favor, deputado.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Deputado Rosemberg, parabéns! V.Ex^a mostrou ser amigo de Paulo Câmara, embora os argumentos sejam frágeis, repito, frágeis e insustentáveis.

Estou com pena do secretário Paulo Câmara. Mas sou solidário a V.Ex^a que, mesmo no fundo, no buraco, foi lá tentar salvar Paulo Câmara. Foi tentar salvar, porque não tem explicação para esta taxa de aceleração. (Risos)

Foi bom porque descontraíu, já que vamos ficar aqui até altas horas da madrugada.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

O Sr. Adolfo Viana:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Questão de ordem do nobre deputado Adolfo Viana.

O Sr. Adolfo Viana:- Gostaria de solicitar uma verificação de quórum, Sr. Presidente, para continuidade da presente sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- V.Ex^a será atendido, deputado.

Solicito zerar o painel e marcar os 15 minutos.

Atenção, solicito a todos os deputados comparecer ao plenário, pois há um pedido de verificação de quórum para continuidade da presente sessão ordinária.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Questão de ordem do deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Meu querido presidente, antes de zerar o painel. Eu pedi uma questão de ordem antes. O painel já foi zerado, Sr. Presidente?

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Quando V.Ex^a pediu a questão de ordem, o painel já havia sido zerado. V.Ex^a demorou um pouco.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Eu não demorei, Sr. Presidente. Eu pedi a questão de ordem.

De qualquer maneira, Sr. Presidente, gostaria que V.Ex^a solicitasse aos nossos queridos deputados e deputadas que se encontram, neste momento, nos seus gabinetes, no cafezinho ou no Salão Nestor Duarte, onde aconteceu o lançamento dos livros editados pela Assembleia, a comparecerem ao Plenário para marcar as suas presenças. Gostaria que V.Ex^a fizesse soar as campainhas e chamasse os deputados para virem ao Plenário e marcarem as presenças para que possamos dar continuidade a presente sessão.

Mais uma vez, deputado Fabrício Falcão, quero apenas afirmar que eu repeti o que o deputado Paulo Câmara me disse. Ele me ligou para que eu pudesse dar a explicação. Não conheço esses termos de engenharia, a exemplo da taxa de aceleração. Não conheço esse termo de engenharia, porque não sou engenheiro. Quero deixar registrado que dei esclarecimentos apenas para ser solidário às informações que eu tinha recebido do secretário Maurício e do deputado Paulo Câmara.

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Convido todos os colegas deputados que estão no cafezinho, na sua sala de reunião a se fazerem presentes para que possamos dar continuidade à presente sessão.

O Sr. Zé Raimundo:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Questão de ordem, deputado Zé Raimundo.

O Sr. Zé Raimundo:- Sr. Presidente, gostaria também de endossar a convocação dos nobres deputados da Base do governo para que compareçam ao Plenário, marcando suas presenças para a continuidade da sessão. Estamos em meio a uma sessão importante em que temos projetos relevantes que serão submetidos à apreciação desta Casa. São projetos de interesse da coletividade, do povo da Bahia, por isso os nossos deputados devem comparecer para assinalar a presença.

Sr. Presidente, enquanto aguardamos a recomposição do quórum, gostaria também de registrar a presença do secretário da Casa Civil, o deputado federal Rui Costa, ontem, no município de Guanambi, com a sua comitiva. Essa comitiva esteve presente naquele município para fazer a entrega de equipamentos, fruto de uma parceria entre os governos Dilma e Wagner. Foram entregues para os municípios cerca de 27 retroescavadeiras, tratores e outros equipamentos, fruto de emendas de parlamentares, além de ordens de serviço e autorizações para que muitas obras na área de recursos hídricos, de extensão de rede, de abertura de poços artesianos e de complementação de perfurações. Cobriremos toda aquela região do semiárido com grandes obras, grandes ações do governo da Bahia em parceria com o governo federal.

A comitiva foi muito bem recebida e aplaudida, e o secretário Rui Costa cumpriu aquilo que ele assumiu com o povo do semiárido, articulando e gerenciando muitas ações do governo. Além disso, houve também a entrega de máquinas ao Consórcio de Prefeituras do Alto Sertão. Muitas obras importantes para aquela região foram, ontem, deflagradas. Tivemos a oportunidade de registrar a presença de vereadores, prefeitos, associações e entidades da sociedade civil. Muitos convênios

foram celebrados para apoiar a pequena agricultura, o agricultor familiar do sertão, do Sudoeste da Bahia, do Vale do Paramirim, parte da Chapada, mostrando que o nosso governo, realmente, mesmo com as dificuldades, vem apoiando o pequeno agricultor e as prefeituras para que elas possam desenvolver ações que melhorem a vida da nossa população.

Sr. Presidente, foi com muita alegria que tivemos, ontem, em Guanambi, as presenças dos deputados Nelson Leal, Marquinho Viana, Luiz Augusto e Ivana Bastos. Foi uma comitiva bastante representativa. Além dos deputados estaduais, estiveram presentes os deputados federais Waldenor Pereira, Arthur Maia, deputados do PCdoB e de todos os partidos da Base do Governo para apoiar esta iniciativa da administração de nosso governo. Quero dizer, Sr. Presidente, que todos os prefeitos, independente de partidos políticos, foram beneficiados por essas ações.

Eram essas as nossas considerações.

Peço aos companheiros comparecer ao Plenário, pois já estamos atingindo o quórum de votação. Com apenas mais uma presença, retomaremos a sessão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Já atingimos o quórum. Temos 21 Srs. Deputados em Plenário.

Com a palavra o deputado Gaban pelo tempo de 20 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Com a palavra o deputado Gaban pelo tempo de 20 minutos.

O Sr. GABAN:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, se eu não conhecesse a seriedade do deputado Rosemberg Pinto, a quem respeito, e não é a primeira vez que faço elogios ao seu comportamento em procurar esclarecer o que lhe foi passado. Se fosse um outro parlamentar, deputado Rosemberg Pinto, acharia que era até uma brincadeira. Mas V.Ex^a externou o que lhe passaram.

Já fiz, até, vários elogios a uma colega nossa a quem respeito como excelente técnica que é. Deputada Maria del Carmen, estou falando de V.Ex^a, pois já exerceu vários e vários cargos de confiança em vários governos por sua competência técnica.

Gostaria de ter o seu testemunho. Deputada Maria del Carmen, V.Ex^a, no exercício do cargo que ocupava na Conder, importante empresa do estado, já fez um processo licitatório e permitiu que se pagasse uma taxa de a-ce-le-ra-ção? Esta é uma inovação da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação. Temos de pensar que isso é uma brincadeira! Eu já fui presidente de empresas, inclusive, da Cerb. Tive a honra de ter o deputado Paulo Azi como meu diretor-técnico. Várias vezes, o governador determinava a aceleração de uma obra. Nós chegávamos para a empresa e dizíamos: “Olha, você está para executar em 18 meses. Execute em 12 e garanto o pagamento rigoroso, ou seja, o cronograma físico com o financeiro.” Toda empresa quer fazer. Logicamente, ela quer fazer no menor tempo. Lógico, se ela pode fazer em 12 meses tendo a garantia do pagamento, é o melhor para a empresa. Agora, falar em taxa de aceleração?! Será esta uma inovação que o secretário adotou ao copiar, talvez, a do PAC? Ele quer fazer, talvez, o TAC e, por isso, ele está acelerando?

Estão dizendo, à boca pequena, que aceleração é fruto de que o governador vai

fazer uma reforma do secretariado e ele estava querendo acelerar essa obra. Mas eu acho que, com essa aceleração, e com essa inovação de criar mais essa taxa, ele vai é acelerar sua saída da secretaria, porque não acredito que um secretário da Segurança Pública...

Esse é outro técnico que respeito. Já falei várias vezes que a culpa da insegurança em que vivemos não é dele, que é, repito, um técnico. Mas se não houver dinheiro para que ele possa motivar a tropa, comprar armamentos e coletes adequados, cumprir os compromissos que o governador assumiu com a tropa, dando um salário justo, e cumprir o que já é de direito, ou seja, o pagamento da URV à Polícia Militar do nosso Estado, não se faz nada.

E no momento em que ele conseguiu um volume de recursos e fez uma licitação de equipamentos, em torno de R\$ 500 milhões, extremamente importante, nenhum de nós veio a esta tribuna para criticar. Meio bilhão de reais extremamente necessários. Como é necessário o pagamento da URV, cumprir os compromissos que assumiu de dar melhores condições aos policiais militares do nosso Estado, dando um mínimo de dignidade para cada um ter armamento adequado à realidade atual, na qual os marginais têm armas muito mais possantes do que a própria PM.

Que haja, pelo menos, coletes à prova de balas para cada militar; que haja uma Vila Militar onde os policiais militares do Estado da Bahia possam residir e, assim, eles não precisem ir para casa com a farda dentro de uma mochila porque vão frequentar os mesmos lugares em que os bandidos também moram.

E vemos, em um momento desse de desrespeito à Polícia Militar, R\$ 11,5 milhões sendo jogados fora. É brincar com a inteligência de todos nós que já fomos gestores de uma forma ou de outra, exercendo cargo de confiança de governo ou de prefeito municipal, pois temos vários colegas que já exerceram essa função. Ou, então, alguém como Maria del Carmen, que já exerceu vários cargos em vários governos por sua competência técnica. Ela não vai querer justificar para nós uma taxa de aceleração.

Não existe isso! É brincar com a inteligência desta Casa. Isso não pode! E tenho certeza absoluta, deputado Carlos Brasileiro, pelo que conheço do secretário Maurício – que fez parte, antes de assumir esse importante cargo, do comando da inteligência do Estado, e é oriundo da Polícia Federal –, com a seriedade que tem, que ele não vai permitir que R\$ 11,5 milhões sejam jogados fora por causa de uma taxa de aceleração.

Temos de considerar, isso é verdade, que o processo licitatório cancelado pela Secretaria de Ciência e Tecnologia foi feito no mês de julho, quando já se sabia que nós teríamos Copa do Mundo no ano que vem.

A resposta de que não havia ar condicionado é mais uma prova de que a secretaria que ele comanda não tem a estrutura necessária para fazer um processo licitatório para abrigar equipamentos de alta tecnologia nos quais o governo investe meio bilhão de reais sem ter acondicionamento para esse equipamento, deputado Paulo Azi. Citei há pouco que, com muita honra, tive o privilégio de contar com V.Ex^a como diretor técnico da CERB, quando muita coisa fizemos. Mas nunca

fizemos coisas como essa taxa de aceleração. Como também nenhum deputado que já foi prefeito fez. Carlos Brasileiro e outros nunca utilizaram taxa de aceleração nas contratações que fizeram quando eram prefeitos municipais.

Então, é a prova cabal de que a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação inovou mal, saiu do que é a sua responsabilidade, que é ciência e tecnologia, e quis contratar...

Taxa de aceleração, Sr. Presidente! Pelo amor de Deus! Imaginem, se implantarmos taxa de aceleração em todas as obras que forem feitas na administração pública, para onde vai o dinheiro? Não pode. Então, errou quando contratou, porque não tinha competência, já que temos a Sucab e a Conder, e errou mais uma vez ao dizer, hoje, na tentativa de explicar ao Líder do PT, deputado Rosemberg Pinto, por quem tenho o maior respeito e consideração, que se esqueceu no primeiro contrato do ar-condicionado... Como é que se compra um equipamento de meio bilhão de reais e não vai o ar-condicionado? São equipamentos específicos. Estamos falando da segurança pública do nosso Estado, estamos falando do desejo, que eu mesmo tinha, há muito tempo, de ver o serviço de comunicação das Polícias Civil e Militar ser um só serviço, integrado.

V.Ex^a, que foi delegado, deputado Deraldo Damasceno, sabe a importância de, havendo uma ocorrência, ser acionada ao mesmo tempo toda a estrutura de segurança pública do Estado da Bahia. E esse sistema vai permitir isso. O secretário quer dizer que se esqueceu de botar o ar-condicionado? Em um clima como o do Nordeste não ter ar-condicionado?

Mas a conta ainda não batia só com o ar-condicionado, para sair de R\$ 42 milhões e atingir R\$ 53,5 milhões. Ele inventa a taxa de aceleração. A taxa de aceleração! Pelo amor de Deus! Só se for aceleração da saída dele da secretaria. Assim eu poderia admitir, mas brincar com a nossa inteligência, não.

Concordo com V.Ex^a, deputado Elmar, Líder da Oposição. Sinto-me extremamente honrado, meu caro amigo, deputado Elmar, de ser Vice-Líder de V.Ex^a. Concordo com a sugestão que V.Ex^a deu, mais uma vez, para que façamos uma CPI a fim de ajudar o governo do Estado da Bahia a apurar o que de fato ocorreu. Não consigo imaginar uma empresa como a Civil Construtora, que ganhou o processo licitatório, só ter experiência em obra privada. Em obra pública não? Que brincadeira é essa? Existe construção civil para iniciativa privada e construção civil para obra pública? Não. Não pode.

O Sr. Elmar Nascimento:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. GABAN:- Com o aparte o deputado Elmar.

O Sr. Elmar Nascimento:- Deputado Gaban, V.Ex^a faz um bom pronunciamento e trouxe hoje uma denúncia muito importante. Sei que V.Ex^a não é engenheiro civil, mas é do ramo da engenharia.

Gostaria de saber qual é a diferença entre obra privada e obra pública quanto à execução e composição do custo da obra? Qual a diferença que há na composição do custo? É isso que eu quero saber, porque essa justificativa do secretário está meio feia, dizer que há diferença, porque a empresa só é acostumada a fazer obra privada, é

algo meio estranho, estranhíssimo, cheira mal.

Conversei com V.Ex^a há pouco, orientamos a assessoria jurídica e vamos aguardar uma posição até amanhã. Se o governador não determinar o cancelamento desse ato administrativo de dispensa de licitação – e a regra geral é a de fazer a licitação sempre para esse tipo de coisa... Agora, essa questão de taxa de aceleração, sinceramente... Temos o deputado Paulo Azi, que é engenheiro, o presidente da Casa é engenheiro, temos a deputada Maria del Carmen, que também é do ramo. Gostaria de saber deles isso, porque nunca em minha vida ouvi falar de uma obra civil, privada ou pública, ter essa taxa de aceleração da obra.

Está cheirando a propina, não tem outro nome, é caixa por fora, para pagamento. Tenho certeza de que o governador amanhã vai cancelar o processo e exonerar o secretário, a bem do serviço público, porque é roubo escancarado. Não tem outro nome, deputado Gaban, isso é roubo escancarado do dinheiro público. Tenho certeza de que o governador não vai compactuar com isso.

O Sr. GABAN:- Deputado Elmar, agradeço o aparte de V.Ex^a, meu querido Líder. Deputada Maria del Carmen, não tenho experiência, o deputado Paulo Azi, que é engenheiro especialista nessa área de construção, bem como V.Ex^a, deputada Maria del Carmen, mas respondendo ao questionamento feito pelo Líder, sobre a diferença... Sabe qual é a diferença, deputado Elmar, entre uma obra pública e uma obra privada? É que na obra pública se tem taxa de aceleração para engordar o preço. Na iniciativa privada essa taxa de aceleração não existe, nunca existiu, porque empresário quer seriedade, quer enxugar os preços, até para que seu preço seja competitivo e ele possa vender ao mercado o produto que ele está construindo. Então, essa, ao meu ver, é a grande diferença que há.

V.Ex^a deseja um aparte, deputada Maria del Carmen? Não? Pensei, desculpe, porque eu o concederia com maior prazer. Mas V.Ex^a, eu sei, sente-se até constrangida, mas fique à vontade. Sei que nos vários cargos que exerceu, nunca utilizou a taxa de aceleração. Talvez até a tenha utilizada, não sei, mas aí seria lícito? Depois de um processo licitatório, se surgisse um problema qualquer e fosse necessária a antecipação dessa obra, viria um número de horas extras adicionais dentro do cronograma e do contrato previamente feito e do processo licitatório para, sim, ver o acréscimo de mão de obra necessário. Aí, sim, far-se-ia um aditivo contratual, mas se fazer uma dispensa de licitação com uma taxa de aceleração, tendo ainda como justificativa que a primeira licitação que a secretária fez nem ar-condicionado eles previram? Isto mostra a incapacidade que tem a Secretaria de Ciência Tecnologia e Inovação. Inovar taxa de aceleração? Não! Vai ter que responder ao TCU, ao Tribunal de Contas do Estado, vai ter que responder. Tenho certeza absoluta, para que a imagem deste Poder não fique maculada, que tem que haver a CPI mesmo para apurarmos. **O Sr. Elmar Nascimento:-** V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. GABAN:- Concedo-lhe o aparte, deputado Elmar.

O Sr. Elmar Nascimento:- Deputado Gaban, V.Ex^a estava manuseando o parecer. Eu queria saber a fonte desses recursos, porque, se forem recursos do

Pronasci, temos que protocolar uma representação na Polícia Federal, porque é dinheiro federal que está sendo desviado. Portanto, se a fonte do recurso for... Tem a fonte aí, deputado? Porque se a fonte do recurso for o Pronasci, aí é caso para Polícia Federal, não tem para onde correr. Aí é caso para a intervenção da Polícia Federal.

O Sr. GABAN:- Deputado Elmar, ele nem lançou no primeiro contrato que fez com a empresa vencedora de uma maneira lícita a Civil Construtora – não menciona a fonte de recursos. Ele apenas fala no valor de R\$ 42 milhões. Não, não fala a fonte de recursos. Mas as informações que tenho e vou confirmar depois para V.Ex^{as} é que tem recursos do governo federal, do governo do Estado e parece que tem, deputada Maria del Carmen, algum financiamento também nesta área. Então, não tenho os dados. Se V.Ex^a tiver os dados eu agradeceria.

A Sr^a Maria del Carmen:- Não, deputado Gaban, não tenho os dados sobre isso. Agora, é importante saber efetivamente o objeto que está no resumo do contrato que está no Diário Oficial. Exatamente qual é o objeto?

O Sr. GABAN:- Eu gostaria... Antes até de entrar nesse mérito, tive o cuidado de ligar para o secretário da Segurança Pública, que é quem tem a necessidade desse prédio, para ver se houve alguma alteração no projeto construtivo, seja em termos de construção ou mesmo de área a ser construída. Nenhuma alteração teve no processo em que saiu vencedora a Civil Construtora, e essa dispensa de licitação de R\$ 53 milhões, com que foi agraciada a empresa Damiani... O Objeto “visto o resultado seletivo simplificado para contratação de empresa especializada para assumir o remanejamento, o remanescente das obras...” Tive o cuidado de ver o Transparência Brasil, e ver também naquele site gerencial do Fiplan, nenhum recurso foi liberado para a Construtora Civil até o momento. Mas o objeto obras do Centro Integrado de Gestão de Emergências, o CIGE. E aí vai.

A Sr^a Maria del Carmen:- Mas, deputado Gaban, da forma que V.Ex^a leu, fala em requalificação?

O Sr. GABAN:- Vou ler para V.Ex^a: *“O Secretario de Ciência, Tecnologia e Inovação, tendo em vista o resultado do processo seletivo simplificado, para contratação de empresa especializada para assumir o remanescente das obras do Centro Integrado de Gestão de Emergências - CIGE e a vista do que consta no Processo Administrativo nº 1430130017663-0 e parecer PGE PA-NASC-SLL-257/2013, resolve declarar dispensada a licitação,...”* E aí vai.

Não cita, não, minha cara deputada. Infelizmente não tem nenhum respaldo jurídico, não tem nenhum respaldo técnico.

O Sr. Paulo Azi:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. GABAN:- Concedo o aparte ao deputado Paulo Azi.

O Sr. Paulo Azi:- Deputado Gaban, quando V.Ex^a trouxe essa denúncia ao Plenário, todos nós ficamos espantados com a gravidade do assunto. Agora lhe confesso que ainda mais assustado fiquei depois das justificativas que foram apresentadas aqui pelo nobre deputado Rosemberg Pinto, a pedido do secretário de Ciência, Tecnologia e Inovação. Deputado Gaban, eu, que militei muito tempo na área de licitações, sempre soube - não sei se a lei mudou - que, quando se faz uma

licitação e uma empresa a ganha, se esta porventura desiste, é obrigatório pela Lei de Licitações que se convoque a segunda colocada, que também é obrigada a fazer a obra pelo preço da primeira.

O Sr. GABAN:- Perfeito.

O Sr. Paulo Azi:- Então, houve uma inovação na Lei de Licitações. Quer dizer, a empresa - não sei as razões - desistiu da licitação, não foi convocada a segunda colocada e é feito um processo de dispensa de licitação. Portanto, se esquece da licitação feita anteriormente e ainda, também, do preço definido pela vencedora.

Aí, deputado Gaban, aparece essa taxa - que, confesso, ao longo dos meus quase 30 anos de Engenharia nunca ouvi falar - de antecipação. Estão dizendo, já que é uma antecipação, que é taxa de aceleração. Talvez seja uma antecipação do retorno do nosso querido secretário a esta Casa.

Muito obrigado a V.Ex^a.

O Sr. GABAN:- Agradeço não só o seu aparte, como também o da deputada Maria del Carmen. Incorporo ao meu pronunciamento os dois posicionamentos de V.Ex^{as}.

Agora é esperar. Sinceramente, como disse no início, acredito na seriedade do secretário da Segurança Pública, que é o responsável pelo repasse desse recurso e obviamente também não vai querer repassá-lo de forma irregular, porque aí seria igualmente conivente. E não tem mácula nenhuma na administração dele.

Quando denunciei aqui da tribuna que havia uma pessoa exercendo cargo irregularmente, pois não tinha regulamentação da profissão - era o chefe de Engenharia da SSP -, o secretário apurou. Disse para mim que ia apurar, apurou, constatou e exonerou. Então só posso elogiá-lo por tudo, já que a única ressalva na sua administração foi esse ocupante irregular de um cargo importante na secretaria. Mas, após a minha denúncia, ele o exonerou. Então, não vai querer compactuar com a transferência de recursos para uma obra irregular.

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Deputado Gaban, o tempo de V.Ex^a terminou já tem mais de um minuto.

O Sr. GABAN:- Concluindo, presidente.

Deputados Rosemberg, Carlos Brasileiro, Zé Neto, enfim, todos os parlamentares aqui, da Situação ou de fora dela, da Oposição ou não, o que está em jogo é a seriedade do governo. O governador - certeza absoluta - não tem como fiscalizar tudo. Mas, a partir dessa denúncia, não tenho dúvida nenhuma de que vai mandar apurar e tomará as providências administrativas cabíveis. A primeira delas será o cancelamento dessa irregularidade. A segunda, o processo administrativo. E talvez antecipando, aproveitando a inovação da aceleração, ele próprio provavelmente acelere o novo secretário dessa importante Pasta.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Com a palavra o deputado Adolfo Viana, pelo tempo de até 20 minutos.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, inicialmente,

gostaria de dizer que o nobre deputado Rosemberg Pinto tentou defender o secretário Paulo Câmara, quando justificou, aqui, o cancelamento da licitação e depois o aumento em 26% no valor da mesma obra, transformando o processo numa dispensa de licitação. O deputado Rosemberg Pinto tentou fazer uma defesa, mas parece que não foi bem sucedido e causou até gargalhadas aqui, no Plenário, desta Assembleia.

O mesmo deputado, por quem tenho muita admiração, Rosemberg Pinto, Líder do PT nesta Assembleia, também hoje, na *Tribuna da Bahia*, colocou que João Gualberto, ex-prefeito de Mata de São João e também pré-candidato ao governo do Estado da Bahia, pelo PSDB, era melhor como empresário que como gestor. E a Bancada do PCdoB também compartilhou da ideia do deputado Rosemberg Pinto.

O fato é que João Gualberto é um empresário muito bem sucedido, as suas empresas obtiveram sucesso, mas não podemos deixar de observar o trabalho por ele realizado quando foi prefeito do Município de Mata de São João, que tem uma realidade um tanto diferente da do Estado da Bahia. Lá podemos encontrar educação de qualidade, saúde de qualidade, e no que se assemelha às demais cidades da Bahia é na questão da segurança pública, que, de fato, é uma obrigação do governo do Estado. E é esse mesmo governo que vem falhando no quesito segurança pública.

Dito isso, podemos observar a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação inovando na área da licitação.

E quando falo de segurança pública, hoje levantei alguns projetos de lei de minha autoria, e tenho certeza que existem vários outros de autoria de outros deputados, o que me leva a crer que o problema da segurança pública no Estado da Bahia não é só uma questão do mau uso do dinheiro público, do desperdício do dinheiro público. Acho que esta Assembleia também tem responsabilidade com a segurança do Estado da Bahia, e digo isso, porque existem aqui, nesta Casa, diversos projetos de deputados que precisam ser apreciados.

E chamo a atenção da Mesa Diretora, deputado Elmar Nascimento, porque tenho certeza de que existem vários projetos. Inclusive, trouxe aqui alguns de minha autoria e gostaria de colocá-los, porque acho que não vamos, deputado Coronel Santana, resolver o problema da segurança pública do nosso Estado com um projeto milagroso, são várias pequenas ações que irão, de fato, dificultar as ações do crime organizado, que vão fazer com que o Estado da Bahia deixe de ser o destino preferencial do crime organizado em todo o País.

E volto a tratar, aqui, do assunto trazido pelo deputado Gaban, deputado Leur Lomanto, a inovação da Secretaria da Ciência, Tecnologia e Inovação. De fato, o secretário Paulo Câmara inovou na forma de conduzir os trabalhos no órgão, e inovou também na justificativa que deu para o deputado Rosemberg Pinto apresentar nesta Casa. O deputado Rosemberg Pinto acreditou nela, realmente, por não ser engenheiro. De fato, achei também que poderia ser viável a justificativa, mas depois vieram as opiniões da deputada Maria del Carmen e do deputado Paulo Azi, engenheiros de profissão, e disseram que é um absurdo a justificativa do nosso colega deputado estadual, Paulo Câmara, que agora ocupa o cargo de secretário da Secretaria de Ciência e Tecnologia. E ele inova, mas inova de uma forma vergonhosa, trazendo

gargalhadas dos colegas que realmente têm propriedade para falar do assunto.

Ouçó com prazer o aparte do nobre companheiro Leur Lomanto Junior.

O Sr. Leur Lomanto Junior:- Nobre deputado Adolfo Viana, V. Ex^a traz esse assunto que domina esse início de noite aqui na Assembleia Legislativa. De fato, uma denúncia gravíssima que deve, sim, ser apurada. Trata-se de um fato inusitado e V. Ex^a colocou muito bem quando lembrou que é uma obra que uma empresa ganha a licitação no valor de R\$ 40 e poucos milhões. E o que era para ser feito dentro da legalidade era chamar a segunda colocada na licitação e que ela fizesse pelo mesmo preço que a primeira colocou. Mas, não. Foi realizada uma dispensa de licitação, que é um outro fato gravíssimo. E um aditamento no preço com uma justificativa de uma taxa de aceleração. Realmente, é motivo de piada, mas a Oposição deve encaminhar as providências para que essa denúncia seja averiguada e apurada pelos órgãos competentes. Nós esperamos que o governo do Estado de imediato cancele essa dispensa de licitação e tome as devidas providências com a apuração dessas denúncias. Um fato gravíssimo que ocorre no governo do Estado da Bahia, comandada pelo PT.

É importante que as denúncias sejam devidamente apuradas para que possa corrigir esse ato falho da Secretaria da Ciência e Tecnologia realiza, que foi descoberto pelo deputado Gaban, um deputado atuante, um deputado competente e estudioso. Ele, ao averiguar o Diário Oficial, verificou essa aberração que é esse fato que merece a devida apuração.

Parabéns a V. Ex^a por estar trazendo novamente esse assunto para a noite de hoje.

O Sr. Luciano Simões: - V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. ADOLFO VIANA:- Deputado Leur Lomanto, incorporo o aparte de V. Ex^a.

Está inscrito, deputado Luciano Simões.

Mas eu queria dizer que é melhor, deputado Leur, que o governo do Estado cancele urgentemente essa dispensa de licitação, porque, de fato, a justificativa dada pelo secretário de nada convenceu os parlamentares. Muito pelo contrário, nós ficamos aqui com a certeza, de que o que não tem justificativa tem algum tipo de erro. Esperamos que o governo cancele o mais rápido possível já que não pode justificar o injustificável.

Ouçó com prazer o deputado Luciano Simões.

O Sr. Luciano Simões:- Nobre deputado Adolfo Viana, eu tenho acompanhado os pronunciamentos aí desde a tarde dos deputados Gaban, Carlos Geilson e de tantos outros que usaram a tribuna como V. Ex^ao faz neste momento. Mas a falha maior, deputado Carlos Brasileiro, deputado Zé Raimundo, deputada Maria del Carmem, desse processo é que nós aqui na Bahia votamos a organização administrativa do Estado. E, à época, acho que quando a deputada Maria del Carmem foi secretária ou assessora da Secretaria do Trabalho e Ação Social, foi criada a Sucab. E a competência da Sucab é a edificação de obras públicas.

A Secretaria de Ciência e Tecnologia nunca teve esse poder. E desafio de estar

em seu estatuto, a construção de obras públicas no CAB principalmente. A função específica é da Sucab, por isso o nome Sucab – Superintendência de Obras do Centro Administrativo da Bahia.

É realmente a maior aberração todo esse processo licitatório ocorrer de forma aleijada na Secretaria de Tecnologia quando veio de forma errônea da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação quando veio, também, de forma errônea, da Secretaria de Segurança Pública.

Eu creio que o órgão competente e o órgão que deve avocar essa licitação é a Sucab, pois é o órgão competente pelo organograma do estado.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Deputado Luciano Simões, incorporo o aparte de V.Ex^a ao nosso pronunciamento. Eu já tinha feito um aparte nesse sentido.

Eu já tinha feito, aqui, inclusive uma pergunta ao deputado Carlos Geilson, pois eu não entendia, de fato, por que esta licitação tinha ocorrido na Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação. E um algum parlamentar disse que, só para inovar muito mesmo, poderia ser realizada nessa tal secretaria. V.Ex^a vem, agora, para poder esclarecer a minha dúvida que tinha naquele momento ao dizer que a Sucab é quem teria a competência, de fato, para fazer essa obra.

A Sr^a Maria del Carmen:- Um aparte.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Então, aqui, agora, ouço, com prazer, a deputada Maria del Carmen.

A Sr^a Maria del Carmen:- Deputado Adolfo Viana, V.Ex^a e os demais deputados que me antecederam fizeram diversas observações desta tribuna sobre a questão desta contratação. Queria fazer só duas observações.

Quanto à primeira delas, eu presidi a Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado, a Conder, durante dois anos. Sei e tenho a convicção e a certeza do compromisso do governador Jaques Wagner com relação à seriedade e com relação à forma de atuar e à busca de que os recursos sejam aplicados da forma mais correta possível.

Com relação à execução dessas obras não serem através da Sucab, apesar de a Sucab ser o órgão responsável, em algumas ações ou em algumas obras específicas, o governo delega a uma outra secretaria a possibilidade de que ela execute aquela obra.

Uma parte do Parque Tecnológico foi executada pela Sucab e uma segunda parte foi executada pela secretaria. Isso é possível de ser realizado, porque, por exemplo, o Estádio de Pituaçu é próprio do estado e foi executado pela Conder por uma decisão de governo, considerando que a Conder teria mais condições técnicas do ponto de vista de ser uma obra especial, com uma caracterização especial de ser feita por ela.

De fato, nós precisamos, efetivamente, tomar conhecimento do que ocorreu nesse processo de licitação e sua dispensa, porque a dispensa de licitação poderia ser até consequência de que a primeira colocada renunciou a continuar com as obras e é convocada a segunda empresa. Eis, aí, uma dispensa. Isso acontece porque ela não foi a primeira, quer dizer, adjudica-se a obra a uma segunda ou a uma terceira ou a uma quarta colocada.

Isso não está claro no Diário Oficial. Ao menos, a justificativa, no Diário Oficial, não complementa e não contempla nenhuma informação mais concreta se, de fato, essa foi a segunda colocada ou a terceira colocada, ou ela participou, essa empresa contratada, do primeiro certame. Nós não sabemos e não temos conhecimento para que isso possa ser realizado.

Eu, efetivamente, nunca tinha ouvido falar em taxa de aceleração em obra.

O que a gente tem usual em obra – e aqui há o testemunho de diversos outros deputados que são da área técnica – tem-se o reajustamento da obra quando ela ultrapassa um determinado tempo e um determinado limite ou, eventualmente, se há algum acréscimo adicional por acaso, por alguma falha, um erro ou que tenha acontecido no projeto não tenha sido colocado, por exemplo, o sistema e ar-condicionado, apesar de ser uma falha imensa, porque não se faz uma central de comunicações sem que ela seja climatizada, até para a segurança dos equipamentos que lá vão ser instalados.

Então, portanto, creio ser importante este debate que fazemos aqui, porque traz tal dúvida à tona. Isso é importante. Acho ser este o papel da Oposição, qual seja, de fato, apontar no sentido de que os recursos sejam utilizados da melhor forma. Mas temos a convicção de que o governo do estado, com o compromisso que tem, o governador e o secretário terão de dar as justificativas adequadas para que possamos, enquanto deputados, entender aquilo que foi, já que ele é um dos pares desta Casa e, dentre em breve, estará de volta à nossa Casa.

Obrigada pelo aparte.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Eu agradeço o aparte da competente deputada Maria del Carmen, que acaba de dizer que é possível, sim, realizar a obra pela secretaria, mas, de fato, não é possível colocar uma taxa de aceleração – a justificativa, que não foi, obviamente, do deputado Rosemberg Pinto, ele foi apenas porta-voz do deputado...

O Sr. Rosemberg Pinto:- Um aparte, deputado.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Está inscrito, deputado.

(...) mas que veio, de fato, com a pior justificativa possível, causando aqui gargalhadas dos próprios colegas.

Eu ouço com prazer o deputado Rosemberg Pinto. Com o aparte V.Ex^a.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Meu querido deputado Adolfo, primeiro eu quero deixar aqui claro que eu recebi as informações do deputado Paulo Câmara e passei aqui, de boa-fé, entendendo que não sou engenheiro, não conheço esse termo técnico, que agora, segundo tanto a deputada Maria del Carmen quanto o deputado Paulo Azi, e também o deputado Marcelo Nilo, não existe na engenharia, eles deixaram claro que não há esse termo técnico, do qual fui informado pelo deputado Paulo Câmara, e por isso fiz isso de boa-fé. Essa situação gerou toda essa gargalhada, inclusive a minha, pois quando falei as pessoas riram tanto que eu acabei me contagiando porque, realmente, é uma coisa inusitada.

Então, diante disso, eu liguei para o secretário de Relações Institucionais, Cezar Lisboa, e lhe disse que a melhor medida que o governo poderia tomar, na

minha opinião, seria cancelar esse processo de licitação e evitar qualquer tipo de constrangimento, já que, obviamente, é lógico, há questionamento do ponto de vista do embasamento técnico. Como eu passei as informações aqui, deputada Maria del Carmen, eu me sinto na obrigação, também, de poder dizer isso, sugerindo ao governo que cancele, a bem da boa transparência, e faça um processo que seja combinado com todo mundo. E concordo, inclusive, que não é a secretaria adequada para fazer o processo de acompanhamento da obra, uma vez que a Sucab é o órgão responsável.

Por isso, quero aqui ratificar a minha posição, trouxe de boa-fé as informações, mas já falei com o secretário Cezar Lisboa, emitindo a minha opinião de que acho que o melhor do mundo seria suspender esse processo.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Eu agradeço, deputado Rosemberg Pinto, e também o parabenizo pela iniciativa. Acho, deputado Rosemberg, que V.Ex^a cumpre com o seu papel, das duas maneiras. Primeiro, ao entrar em defesa de um secretário que faz parte do governo que V.Ex^a defende, e segundo, ao pedir que se cancele a dispensa de licitação. Uma dispensa de licitação que vem com uma taxa extra que é injustificável, de fato, deixa uma nuvem de desconfiança no ar. E o que não tem justificativa tem problema.

Nós já estamos enfrentando, junto com a maioria dos baianos, a dificuldade de um Estado sem recursos, de um Estado com problemas gravíssimos em todos os âmbitos, em que, da saúde pública à segurança pública, se pode observar que o governo administra muito mal, deputado Sandro Régis, os recursos do nosso Estado. Estado que já tomou diversos empréstimos, Estado que, de fato, se esquece de priorizar o que tem prioridade, e um Estado que tem um secretário que aumenta o valor de uma licitação e não tem condição de explicar por que fez isso.

No mais, eu quero agradecer a atenção de todos.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

O Sr. PRESIDNETE (Fabrício Falcão):- Com a palavra o deputado Coronel Gilberto Santana pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. CORONEL GILBERTO SANTANA:- Exm^o Sr. Presidente desta Casa, no momento exercendo a função, deputado Fabrício Falcão, é mais um escândalo que ocorre no governo do Estado. Ficamos cada vez mais surpreendidos em relação a tantos atos errados que têm ocorrido, neste governo. É pena que esta Casa não faça o seu trabalho de fiscalização, controle e, até mesmo, de apuração. Todos sabem que há desvios de conduta, de comportamento, de recursos também, mas tudo é omitido quando se trata de pessoas ligadas ao governo. Até porque esta Casa tem a maioria de governistas que deixa de praticar suas ações como deputados, omitindo-se a assinar uma CPI para apurar os fatos realmente e aplicar as sanções àqueles que estão dilapidando o nosso Estado.

Surpreendo-me quando o deputado Rosemberg Pinto pede o cancelamento. O que acho é que deveriam pedir uma CPI, ao invés de cancelamento. Quando se pede cancelamento é porque se entende que houve uma conduta que não foi transparente.

Mas o que deveriam pedir era uma CPI para que pudéssemos esclarecer o que está ocorrendo e os motivos. Às vezes ele pode ser vítima, mas avaliamos as culpas também. O Estado contrata uma empresa por 42 milhões, faz a licitação, seleciona a empresa, faz o contrato e, logo em seguida, rescinde o contrato. Depois de 20 dias é contratada outra empresa com dispensa de licitação, com 11,5 milhões a mais.

Realmente ficamos surpresos quando vemos o dinheiro do governo caminhando dessa forma, sem o devido critério e zelo. Por isso não há recursos em caixa do governo. Falta para pagar os fornecedores de serviço, os funcionários de PST e outras coisas mais. Por isso o governo está em descrédito, não cumpre suas obrigações com as empresas que prestam serviço ao Estado. São obras inacabadas, outras sem conclusão, porque foram iniciadas no governo passado, praticando atos de improbidade. O que vejo é que a obra não é do governo passado, mas do Estado, do povo baiano. No Centro de Convenções de Itabuna, por exemplo, está sendo destruída a obra. Gastou-se uma fortuna, não se conclui, o governo coloca uma pedra em cima e, por capricho, deixa a obra parada.

Por outro lado, vemos desvios de recursos em todos os sentidos. Há poucos dias, estávamos falando aqui de duas balsas que foram adquiridas por uma fortuna, bem além do que foi proposto pelas empresas, pagando-se 50 milhões a mais e ainda é contratada uma outra empresa para ampliar o atracadouro. Porque as balsas que foram adquiridas não se adaptavam ao que está construído. Vejam o custo que trouxe tudo isso para que o governo desperdice dinheiro. Recursos que poderiam ser aplicados na área da saúde e segurança, que estão um caos em nosso Estado.

Para um estudo de viabilidade de uma ponte gasta-se um absurdo, deputado Isidório. Inventar-se um sonho e gasta-se com esse sonho. Paga-se a uma empresa, com dispensa de licitação, mais de 40 milhões para analisar se há viabilidade para ser construída a ponte.

Portanto é dinheiro que está saindo pelo ladrão, sendo despejado sem critério. É uma falta de respeito à Bahia, a nós que pagamos impostos, a nós, deputados, que ficamos observando os deputados de Oposição sem força para apurar com mais clareza e verificar quem está praticando atos errados. O governo tem que responder por esses atos. Mas a Maioria do governo não apura a CPI. É uma hora em que nós, deputados, deveríamos estar unidos, independentemente de qualquer posição partidária. Devemos abrir a apuração, que é o dever do deputado, para investigar e entregar às autoridades processantes para as devidas providências.

Mas se morre por aí, a denúncia para no ar, no espaço. Não há continuidade das denúncias nem das apurações para as devidas providências em relação ao Estado. O que se vê é a licitação cancelada, anulada, mas é muito pouco para essa tentativa de desvio desses recursos. O que ocorre é que ficamos tristes e desanimados quando vemos o Estado passando por dificuldades e o dinheiro faltando para pagar aos funcionários, as pessoas que trabalham e dependem de seus pequenos salários para sobreviver. Por outro lado, empresas que exercem seus trabalhos e não recebem. E há dinheiro para convênio com ONGs, convênios para fazer contratos com dispensas faraônicas, extravagantes mesmo.

Ficamos tristes e muito tristes quando vemos o caos por que passa a segurança pública passa. O governo locou milhares de carros, mais de 4 mil carros, por valores exorbitantes. E se ele fosse adquirir esses carros com o que paga mensalmente, com certeza, daria para comprar uma frota de veículos e, a cada seis meses, substituir essa mesma frota. Porém é mais fácil licitar ou, até mesmo, locar esses veículos por valores que deveriam ser adquiridos para o patrimônio do estado e não fazer locação, porque, depois, você paga uma fortuna, você paga o mesmo carro quatro a cinco vezes e esse mesmo carro não fica fazendo parte do patrimônio do estado.

É uma tristeza quando vemos o desperdício do dinheiro nesse sentido, enquanto o policial, lá no interior, depende da prefeitura para se alimentar, depende da prefeitura para fornecer combustível para as viaturas, depende da prefeitura para dar uma casa para o policial trabalhar, depende da energia que vai usar, depende do auxiliar fazer a limpeza da casa.

Tais gastos sobrecarregam os municípios. Vejam, são mais de 90% dos municípios que arcam com obrigações não são as obrigações municipais. A segurança pública é dever do estado. Mas quem assume este ônus são os municípios para poderem ter o mínimo de segurança. E, nesse mínimo, muitas vezes, não há um policial sequer. Os senhores podem ver várias cidades com um ou dois policiais. E os ladrões chegam em grupos com 10 a 15 elementos, fazem os policiais de reféns, fazem os policiais até se esconderem para não morrer e deixam o povo assombrado a se recolher em suas residências com as provocações e ameaças que esses bandidos têm feito, porque não há segurança no estado da Bahia.

O Sr. Adolfo Viana:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. CORONEL GILBERTO SANTANA:- Pois não.

O Sr. Adolfo Viana:- Deputado Coronel Santana, V.Ex^a faz um belo pronunciamento como sempre e como é de costume.

De fato, o estado da Bahia tem passado maus bocados com a falta de segurança pública. E digo isso porque estive recentemente no Extremo Sul do estado. Confesso que não é o meu destino. Normalmente, eu vou para o Norte. Mas, de Norte a Sul no estado da Bahia, este problema vem acontecendo.

E vem acontecendo, imagino eu, que deve ser por falta de condições criadas pelo governo do estado para que, de fato, a secretaria possa atuar de uma maneira melhor. Eu tenho observado diversos assaltos a bancos e a ônibus também. O deputado Sandro Régis já dizia que a Bahia, agora, iria para o *Guinness Book* como a cidade que conseguiu ter 5 bancos explodidos em, apenas, um só dia.

V.Ex^a é coronel de formação e sabe, de fato, o que vem sofrendo o estado da Bahia, o que vem sofrendo na mão de um governo que se esquece de usar, da melhor maneira, o recurso público.

O fato é a denúncia hoje ser apresentada pelo nosso Gaban. Um prédio deveria ser construído para melhorar a condição da segurança pública do estado e para melhorar o aparelhamento da Secretaria da Segurança Pública. Podemos observar a negligência na operação da licitação.

Então este é, realmente, um estado que vem sofrendo com a má administração

e com o mau uso dos recursos públicos. E a segurança pública é o reflexo de uma má administração sem sombra de dúvidas.

O Sr. CORONEL GILBERTO SANTANA:- Agradeço, colega, as suas palavras e as incorporo às minhas palavras.

Quero dizer que, realmente, o nosso estado precisa tomar uma medida mais séria em todos os planos. Só vemos escândalos, escândalos e escândalos. E quanto aos deputados, nós somos poucos, pois não temos força para, realmente, agir e praticar a nossa missão e o nosso mister como parlamentar. Isso nos deixa tristes. Enquanto a Maioria se omite e não quer que as coisas sejam esclarecidas, nós ficamos a denunciar.

Espero que um dia esta Casa possa, realmente, praticar, independente de qualquer posição política, porque o nosso dever é ajudar o governo a ser transparente, sério e não permitir haver extravagâncias com o dinheiro do estado. Muitas vezes, o governo não tem culpa. Mas é preciso que os deputados possam fiscalizar. Se todos os deputados pensassem assim, com certeza, teríamos um governo mais transparente, mais sério.

Obrigado a todos.

(Não foi revisto pelo orador nem aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Com a palavra o deputado Sandro Régis pelo tempo de até 10 minutos.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, amigos da *TV Assembleia*, amigos das Galerias Paulo Jackson, esta é uma noite de novidades na Assembleia Legislativa da Bahia. A nossa assessoria, com muita competência, como faz todos os dias, deputado Carlos Brasileiro, verifica o *Diário Oficial* do Estado. Não sei se o deputado Rogério Andrade, que está na presidência, soube desse fato, mas irei relatar aqui agora.

O secretário Paulo Câmara cancela uma licitação de R\$43 milhões alegando, deputado João Carlos Bacelar, que a Civil Construtora não tinha experiência em obra pública, só tinha em obra privada. Tudo bem! O normal seria o quê? Que a segunda fosse chamada. Mas ele cancelou a licitação, presidente, e fez uma dispensa de licitação de R\$53 milhões. O Líder do PT, deputado Rosemberg Pinto, liga para o secretário Paulo Câmara para perguntar qual foi o *modus operandi* dessa licitação. Presidente, preste atenção, porque foi a resposta do secretário do governo que V.Ex^a defende. Ele disse que cancelou a licitação de R\$43 milhões. Que R\$43 milhões foi a obra, nessa nova dispensa entraram R\$4,5 milhões de ar-condicionado e R\$6 milhões foi a taxa de aceleração. O governo do Estado da Bahia, na pessoa do secretário Paulo Câmara, cria agora a taxa de aceleração. Seis milhões de reais de taxa de aceleração!. Dito pelo Líder do PT, deputado Rosemberg Pinto, que ligou para o secretário Paulo Câmara.

Deputado João Carlos Bacelar, é o governo que não tem comando, é o verdadeiro “samba do crioulo doido”!. Num governo sério, isso jamais poderia acontecer. Isso cria um constrangimento para a Bancada. O presidente da Casa e o

deputado Paulo Azi, que são engenheiros civis o deputado Gaban, que é engenheiro, todos com experiência, nunca ouviram falar em taxa de aceleração. Realmente, deputado João Carlos Bacelar, o governo que demora de pagar fornecedor, que todas as obras do interior estão paralisadas, o governo que não cumpre acordo com ninguém, inova criando a taxa de aceleração de R\$ 6 milhões, deputado Marquinho Viana, justificando que era para a obra terminar antes do prazo.

No mínimo, se esse governo for sério, não tem apenas que cancelar essa licitação, se esse governo for sério, tem que ir à fundo pesquisar o que aconteceu. Taxa de aceleração? Queria saber aqui do deputado Luiz Augusto, que é engenheiro, conhecedor profundo, dono de empresa de construção, se S.Ex^a conhece a taxa de aceleração.

O Sr. Luiz Augusto:- Conheço.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- V.Ex^a passou a conhecer a partir deste momento. Como esta Casa também passou a conhecer, como a Bahia passou a conhecer. Deputado Cacá Leão, a Secretaria de Ciências Tecnologia e Inovação e, dentro da inovação, inova com a taxa de aceleração.

Deputado Rogério Andrade, dessa forma o governo vai levando, não paga a ninguém, as grandes obras estão paradas.

Deputado João Carlos Bacelar, a nossa assessoria deve averiguar se esse Parque Tecnológico que a secretaria construiu também não teve taxa de aceleração. Porque agora qualquer obra feita pela Secretaria de Tecnologia está sob suspeição. Terão de ser averiguadas todas as obras que a Secretaria de Tecnologia construiu neste governo.

Não é brincadeira, não, deputado Cacá Leão. Nós falamos de R\$ 6 milhões para um Estado que não terminou de pagar a Passarela de Pituaçu. Falamos de R\$ 6 milhões, deputado Cacá Leão, para um Estado que não paga a ninguém.

Estive sexta-feira em Jequié, deputado Alan Sanches – V.Ex^a, que é da Comissão de Saúde e muito elogia o secretário Jorge Solla –, não tem esparadrapo no Hospital Geral Prado Valadares. Se acontecer um acidente, o doente tem que levar seu esparadrapo e sua atadura, porque estão faltando há 3 meses, deputado Alan Sanches. Está um caos! E o Estado cria a taxa de aceleração no valor de R\$ 6 milhões!

Deputado Alan Sanches, eu falo do Hospital Geral Prado Valadares, de que o governo toma conta, e não tem esparadrapo. Quando estive em Jequié, pensei que fosse mentira, mas conversei com pessoas de municípios onde tenho eleitores e eles disseram que o paciente tem que levar. V.Ex^a é médico, tem muitos amigos, confirme com os médicos amigos seus o que estou dizendo.

E o Estado, deputado Marquinho Viana, que está nesse caos, fica inovando para fazer arrumações. É por isso, deputado Marquinho Viana, que o PV não quer mais o PT. O PV quer, Marquinho Viana, política de segurança pública; o PV quer, Marquinho Viana, uma saúde que funcione em nosso País e em nosso Estado; o PV quer uma segurança pública digna, não um Estado que tem 5 bancos assaltados em um dia.

Vai entrar no livro dos recordes agora, no *Guinness Book*. Será o primeiro Estado do Brasil a ter no livro de recordes 5 agências assaltadas num dia. Iremos fazer outra indicação para o *Guinness Book*: o primeiro Estado a criar a peça de aceleração, deputado Rogério Andrade, numa obra pública.

Proponho à nossa assessoria da Oposição, deputado Paulo Azi, que faça uma indicação do Estado da Bahia ao livro dos recordes, ao *Guinness Book*. O primeiro Estado a criar taxa de aceleração de obra pública.

Esta é a Bahia em que vivemos. Esta é a Bahia que os deputados governistas se constroem em defender, e os deputados do PT defendem porque não têm jeito. E vamos vivendo, deputado João Carlos Bacelar, neste Estado falido, que não tem responsabilidade para com os baianos, neste Estado que a cada dia mais nos entristece e nos envergonha.

Acontece um evento para sortear os grupos das seleções que irão jogar a Copa do Mundo. A mídia mundial, em vez de perguntar ao governador como vai o crescimento da Bahia, como vai o Estado,...

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Para concluir, nobre deputado Sandro Régis.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- (...) pergunta se com tanta violência a Bahia está preparada para receber o turista. Essa é a Bahia de V.Ex^a, essa é a Bahia do PT e a Bahia dos partidos aliados.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Paulo Azi:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Questão de ordem do deputado Paulo Azi.

O Sr. Paulo Azi:- Solicito que V.Ex^a faça uma verificação de quórum para a continuidade da presente sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Constatada a presença de apenas cinco Srs. Deputados, declaro encerrada a presente sessão.

*Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/v2/sessoes.cfm>. Acesse o caminho **Sessões** e leia-as na íntegra.*